

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

SIRLENE MARIA OLIVEIRA MONTEIRO



O ENSINO RELIGIOSO NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA UNIDADE  
MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL UMEF “IZALTINA ALMEIDA  
FERNANDES” EM VILA VELHA/ES

SIRLENE MARIA OLIVEIRA MONTEIRO

O ENSINO RELIGIOSO NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA UNIDADE  
MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL UMEF “IZALTINA ALMEIDA  
FERNANDES” EM VILA VELHA/ES

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/02/2023.



Trabalho de Conclusão de Curso na forma de  
Dissertação de Mestrado Profissional como  
requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestra em Ciências das Religiões. Faculdade  
Unida de Vitória. Programa de Pós-Graduação  
em Ciências das Religiões. Área de  
Concentração: Religião e Sociedade. Linha de  
Atuação: Ensino Religioso Escolar.

Orientador: Sergio Luiz Marlow

VITÓRIA-ES

2022

Monteiro, Sirlene Maria Oliveira

O ensino religioso no projeto político pedagógico da Unidade Municipal de Ensino Fundamental UMEF “Izaltina Almeida Fernandes” em Vila Velha/ES / Sirlene Maria Oliveira Monteiro. -- Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2022.

ix, 87 f. ; 31 cm.

Orientador: Sergio Luiz Marlow

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2022.

Referências bibliográficas: f. 84-87


1. Ciência da religião. 2. Ensino religioso escolar. 3. Ensino religioso. 4. Projeto político pedagógico. 5. BNCC. 6. Escola municipal Vila Velha/ES. - Tese. I. Sirlene Maria Oliveira Monteiro. II. Faculdade Unida de Vitória, 2022. III. Título.

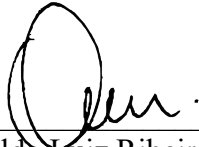
SIRLENE MARIA OLIVEIRA MONTEIRO

O ENSINO RELIGIOSO NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA UNIDADE  
MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL UMEF “IZALTINA ALMEIDA  
FERNANDES” EM VILA VELHA - ES

Trabalho de Conclusão de Curso na forma de  
Dissertação de Mestrado Profissional como  
requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Ciências das Religiões. Faculdade  
Unida de Vitória. Programa de Pós-Graduação  
em Ciências das Religiões. Área de  
Concentração: Religião e Sociedade. Linha de  
Atuação: Ensino Religioso Escolar.

Data: 13 fev. 2023.

  
Sergio Luiz Marlow, Doutor em História Social, UNIDA (presidente).

  
Osvaldo Luiz Ribeiro, Doutor em Teologia, UNIDA.

  
Leide Bela de Brito Anália da Costa, Doutor em Ciências da Religião.



Dedico esta dissertação a todos que conheci no percurso acadêmico, elas foram importantes na construção de uma visão onde aprendemos com as diferenças e respeitamos a escolha do outro.

## AGRADECIMENTO

Essa dissertação de mestrado não poderia chegar onde chegou sem o apoio de várias pessoas nesse período pandêmico onde nos readaptamos a uma nova realidade.

A paciência do meu orientador, Prof. Doutor Sergio Marlow, apesar dos encontros terem sido on-line e das várias vezes que me fez refletir e reescrever os parágrafos trouxe uma nova visão de teóricos, sem nunca me desmotivar. Durante os semestres, os trabalhos e Simpósios foram de extrema importância para me fortalecer e deixar confiante no momento da escrita e reescritas.

Desejo igualmente agradecer a todos os meus colegas do Mestrado, que apesar da amizade on-line criamos vínculos que foram se fortalecendo no decorrer do curso, com troca de experiências e ajuda quando foram necessárias.

Agradecer aos meus colegas de trabalho que contribuíram na construção dessa dissertação. Ter colegas de trabalho mestres e doutores em Ciência da Religião, direcionou um caminho na escrita pensado no Ensino Religioso voltado para escola como um espaço laico.

Agradecer à minha família, com apoio de todas as conquistas que desejamos fazem nossa luta ficar mais leve. Gratidão a Deus sempre.

## RESUMO

Considerando que o Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um importante instrumento de planejamento institucional da escola, o presente estudo teve como objetivo analisar as possíveis contribuições deste documento no direcionamento das práticas educativas em relação ao componente curricular de Ensino Religioso (ER) e o Projeto Político Pedagógico da (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes”. Com o desafio de tecer considerações sobre a construção deste documento junto a equipe pedagógica da escola e como neste documento, o (ER) está ou deve estar inserido atendendo as orientações da BNCC e do currículo da rede de ensino de Vila Velha. Trata-se de um estudo de caso misto, em que a recolha de dados é de caráter qualitativo (análise documental e entrevista semiestruturada) e quantitativo (questionários). Logo, propõe-se a pesquisa bibliográfica documental elencando como referencial teórico Emerson Sérgio da Silveira e Ilma Passos Veiga, além de outros autores. O estudo teve como *locus* de análise a (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes”, na qual foram realizadas entrevistas e analisar os dados obtidos. A partir das fontes, levantou-se o seguinte questionamento para o desenvolvimento da pesquisa: Quais as possibilidades e estratégias para garantir a aplicação do componente curricular de (ER) no PPP da (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes?”. Os resultados da pesquisa apontaram que, apesar do (PPP) estar sendo reelaborado de forma participativa precisa contemplar o (ER) nos diferentes contextos da escola e não somente em pequenas ações e projetos isolados. Como resultado, a conclusão desta dissertação sugere-se aos docentes da (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes” a OFICINA LÚDICA INTERDISCIPLINAR, com objetivo de levar o (a) a produzir matérias e ações lúdicas e interativas para conhecer os conteúdos do (ER) que os/as docentes entrevistados delimitaram durante o estudo.

Palavras-chave: Ensino Religioso. Projeto Político Pedagógico. BNCC.

## ABSTRACT

*Considering that the Political-Pedagogical Project (PPP) is an important school institutional planning instrument, the present study aimed to analyze the possible contributions of this document in directing educational practices in relation to the curricular component of Religious Education (RE) and the Pedagogical Political Project of the (UMEF). “Izaltina Almeida Fernandes”. With the challenge of making considerations about the construction of this document with the school's pedagogical team and how in this document, the (ER) is or should be inserted in compliance with the guidelines of the BNCC and the curriculum of the Vila Velha education network. This is a mixed case study, in which data collection is qualitative (document analysis and semi-structured interview) and quantitative (questionnaires). Therefore, a documentary bibliographical research is proposed, listing Emerson Sérgio da Silveira and Ilma Passos Veiga, as well as other authors, as a theoretical reference. The study had as analysis locus the (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes”, in which interviews were carried out and the data obtained were analyzed. From the sources, the following question was raised for the development of the research: What are the possibilities and strategies to guarantee the application of the curricular component of (ER) in the PPP of (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes?”. The research results showed that, despite the (PPP) being re-elaborated in a participatory way, it needs to contemplate the (ER) in the different contexts of the school and not only in small actions and isolated projects. As a result, the conclusion of this dissertation is suggested to the professors of (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes” the INTERDISCIPLINARY PLAYFUL WORKSHOP, with the objective of leading the (a) to produce ludic and interactive materials and actions to know the contents of the (ER) that the interviewed professors delimited during the study.*

**Keywords:** Religious Education. Pedagogical Political Project. BNCC.



## SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS .....	9
INTRODUÇÃO.....	10
1 O ENSINO RELIGIOSO E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA .....	14
1.1 Aspectos gerais sobre a legislação do Ensino Religioso no Brasil .....	14
1.2 O currículo proposto na Base Nacional Comum Curricular de Ensino Religioso .....	23
1.3 O componente curricular Ensino Religioso como um elemento cultural .....	30
2 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA UMEF “IZALTINA ALMEIDA FERNANDES” E O ENSINO RELIGIOSO NA PERSPECTIVA DA LEGISLAÇÃO.....	36
2.1 A importância da construção do projeto político pedagógico .....	36
2.2 Características do Projeto Político Pedagógico.....	46
2.3 Desafios para os (as) profissionais da educação da (UMEF ) “Izaltina Almeida Fernandes” .....	51
3 DESAFIOS E PROPOSTAS PARA A REELABORAÇÃO DO PPP DA UMEF “IZALTINA ALMEIDA FERNANDES” .....	55
3.1 Desafios da pesquisa e o perfil dos (as) docentes da UMEF “Izaltina Almeida Fernandes” .....	56
3.2 Análise e resultados: PPP e o Componente Curricular de Ensino Religioso .....	62
3.3 Propostas de alterações do PPP da UMEF “Izaltina Almeida Fernandes” .....	77
CONCLUSÃO.....	83
REFERÊNCIAS .....	84
APÊNDICE A: CARTA DE ACEITE – CONSELHO DE ESCOLA DA UMEF IZALTINA ALMEIDA FERNANDES .....	88
APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO APLICADO AOS DOCENTES DA UMEF “IZALTINA ALMEIDA FERNANDES” .....	89
APÊNDICE C: “OFICINA INTERATIVA INTERDISCIPLINAR” .....	93
ANEXO – OFÍCIO DE PESQUISA DE CAMPO.....	94

## LISTA DE SIGLAS

ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
AEE	Atendimento Educacional Especializado
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
ER	Ensino Religioso
EI	Educação Infantil
EM	Ensino Médio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PPP	Projeto Político Pedagógico
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
UME	Unidade Municipal de Ensino Fundamental
STF	Supremo Tribunal Federal
TCLE	Termos de Consentimento Livre e Esclarecido

## INTRODUÇÃO

A proposta desta dissertação de mestrado profissional em Ciências das Religiões vislumbra investigar: O Ensino Religioso no Projeto Político Pedagógico da Unidade Municipal de Ensino Fundamental (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes” em Vila Velha/ES. A referida unidade de ensino encontra-se localizada em Jardim Marilândia - bairro de periferia da região IV deste município e oferta matrículas para discentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

A escolha da (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes” se fundamenta por ser o local onde a pesquisadora trabalha como pedagoga tendo como uma das suas principais atribuições a articulação da elaboração da Projeto Político Pedagógica (PPP), com os/as docentes, discentes, pais, mães e responsáveis, além da comunidade escolar e local. Enquanto pedagoga desta escola,<sup>1</sup> ao longo dos anos, foi possível identificar os desafios que a educação enfrenta com relação à intolerância/tolerância religiosa frente ao direito dos/as discentes utilizarem a matrícula “facultativa” normatizada na legislação atual para se recusarem a participar das aulas de (ER) na escola. Porém as escolas não estão organizadas para ofertar outra atividade para este público que se recusa a frequentar as aulas de (ER) ou promover ações que possam motivar e incentivar a participação nas aulas de (ER) e o respeito a diversidade religiosa dos/das discentes.

A última atualização (PPP) da (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes” é datada de 2018, entretanto não consta informações e orientações sobre a garantia de atividades adaptadas para os/as discentes que optam por não frequentar as aulas de (ER) durante esse período. Fator que demonstra a necessidade de se pensar em estratégias para articular o (ER) como área de conhecimento ao se elaborar a revisão do (PPP), devendo contemplar os estudos sobre os fenômenos religiosos e propostas de projetos e atividades interdisciplinares para os/as discentes que por direito não frequentam as aulas de (ER), uma vez que o (PPP) da (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes” está sendo reelaborado entre final do segundo semestre de 2022 e o início do primeiro semestre de 2023. Informação que demonstra que esta dissertação pode trazer contribuições expressivas para área de conhecimento de (ER) para o cotidiano da escola ao ser inserido de forma interdisciplinar no (PPP) podendo ser utilizado por todos as áreas de conhecimento.

Ao percorrer o banco de dados da faculdade Unida de Vitória (FUV), foram recorrentes os temas relacionados ao (ER) e a escola. Porém existem fatores específicos que tornam a

---

<sup>1</sup> Sirlene Maria Oliveira Monteiro é servidora estatutária do município de Vila Velha/ES e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões. Área de concentração: Religião e Sociedade. Linha de Atuação: Ensino Religioso Escolar. Orientador: Sérgio Luiz Marlow.

temática abordada neste estudo inédito e necessário. O primeiro deles é a singularidade da unidade escolar e a construção do seu (PPP). O segundo é a investigação e proposição do (ER) no (PPP), contemplando o diálogo inter-religioso entre os/as discentes e os/as docentes.

Busca-se responder através deste estudo, quais as possibilidades e estratégias para garantir a aplicação do componente curricular de (ER) no (PPP) da (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes”? Essa pergunta surgiu com o desejo de perceber se os /as docentes estão engajados com a construção de uma sociedade democrática e plural articulando a emancipação dos/as discentes por meio das aulas de (ER), contribuindo com outros profissionais da educação, pois, segundo dados da Prova Brasil, 47% (quarenta e sete por cento) dos/as discentes optam por não cursar as aulas de (ER) no estado do Espírito Santo e as escolas em que esses fenômenos ocorrem acabam deixando estes/as discentes em aula vaga, por não haver outra opção de ensino para direcionar tais estudantes.<sup>2</sup>

Esse fenômeno ocorre todos os anos causando e após as divulgações dos dados referente ao assunto abordado sempre surgiram indagações que nos levam a pensar no objetivo geral deste estudo: Identificar se no (PPP) da (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes” constam as ações pedagógicas que a escola pode e deve propor a aos/as discentes que optam por não frequentar as aulas do componente (ER), para garantir a carga horária letiva e ao mesmo tempo atrair esse discente para a aula do componente de (ER) com aulas lúdicas e criativas envolvendo outras disciplinas/ áreas de conhecimento.

Para alinhar os procedimentos metodológicos necessários a execução do estudo delimita-se como objetivos específicos : a) Investigar se existem fatores, hábitos ou ações na comunidade local que altera ou não a questão da intolerância religiosa em sala de aula; b) Identificar no (PPP) da UMEF “Izaltina Almeida Fernandes” se as aulas do componente curricular de (ER) contemplam o diálogo inter-religioso; c) Avaliar se o (PPP) da (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes” contempla projetos ou estratégias para abordar questões referentes a intolerância religiosa na sala de aula articulados com outras áreas de conhecimento ou disciplina; d) Propor uma abordagem não coercitiva e nem excludente do fenômeno religioso no contexto da (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes” através da construção do seu (PPP) de forma colaborativa e participativa;

Ao se pensar nos objetivos e na questão problema desta pesquisa foi possível compreender que o pluralismo religioso se apresenta como exigência, o diálogo crítico e

---

<sup>2</sup> MEC. *Prova Brasil*: apresentação. [s.d.]. [online]. [n.p.].

reflexivo entre as diferentes tradições religiosas e suas respectivas culturas possibilitando o alargamento das fronteiras no contexto da sociedade.

A partir dessa compreensão realizou-se pesquisas no Banco de Teses e Dissertações da (CAPES)<sup>3</sup> para verificar quais os/as pesquisadores/as estão investindo em pesquisar a temática da frequência /ausência dos/as discentes nas aulas de (ER), onde foram encontradas encontradas cerca de dez teses que versam sobre (ER) com relevância para este estudo, além de periódicos e artigos acadêmicos publicados referente tema discutido nesta pesquisa por mestrados/as e professores/as da Faculdade Unida de Vitória (FUV), nos últimos cinco anos. Também foram encontradas pesquisas que problematizam o (PPP) e o (ER), porém com recorte cronológico anterior a aprovação da (BNCC), por esse motivo foram descartadas para este estudo, que tem como delineamento tomar teses de doutorados, dissertações de mestrado e artigos acadêmicos com recorte temporal entre 2017 a 2022/1. Por serem elaboradas a partir da aprovação da (BNCC) que ocorreu em dezembro de 2017. A relevância desse documento da (BNCC), para este estudo se dá pelo motivo de ser este, o primeiro documento nacional que eleva o (ER), ao status de área de conhecimento constituindo uma das cinco áreas de conhecimento para o Ensino Fundamental.<sup>4</sup>

Ressalta-se que esta curadoria acadêmica contribuiu para a realização da primeira etapa desta pesquisa qualitativa bibliográfica documental, que soma a esta seleção de material acadêmico, as legislações e o referencial acadêmico oportuno para organização e discussão do tema: O Ensino Religioso no Projeto Político Pedagógico da Unidade Municipal de Ensino Fundamental, (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes” Em Vila Velha (ES).

Desta forma apresenta-se três autores/as que abarcam o escopo teórico deste estudo a saber; Demerval Saviani e Ilma Passos Veiga para fundamentar os conceitos de elaboração de um (PPP) que contemplem a criticidade e colaboração na construção das experiências dos indivíduos nas instituições escolares de forma crítica. Quanto as questões de análises do Censo de 2010 referente ao campo religioso, optaram-se por apoiar-se nos estudos de Ricardo Mariano e para ampliar o debate sobre o componente curricular de (ER), por discutir o pensamento de Emerson Silveira e Sérgio Azevedo Junqueira a partir da obra *O Ensino religioso na BNCC: teoria para o Ensino Fundamental*.

Sobre a definição do referencial teórico cumpre-se relatar que a opção por estes/as autores/as citados no parágrafo anterior ,não destituem a inserção de outros/as autores/as e /ou

<sup>3</sup> CAPES. *Catálogo de Teses e Dissertações*. [s.d.]. [online]. [n.p.].

<sup>4</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Base Nacional Comum Curricular: educação é a base*. Brasília: MEC; SEB, 2017. p. 435-448.

obras que versam e colaboram para a construção deste estudo que está organizado em três sucintos capítulos e a finalizando com um convite de adesão a proposta de um produto pedagógico profissional cuja finalidade é contribuir com a escola e com o Sistema de Educação de Vila Velha no sentido de apresentar estratégias para contemplar o componente curricular de (ER) no (PPP).

Desta maneira, metodologicamente o primeiro capítulo apresenta a trajetória do componente curricular de (ER) na legislação brasileira, definindo os conceitos de Religião, Laicidade e Cultura. Semelhantemente o segundo capítulo aborda os conceitos de Currículos tendo na construção do PPP, um precioso instrumento de debate e construção de novas possibilidades. Este capítulo pontua ainda as características do bairro Jardim Marilândia e da (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes” no intuito de apresentar a situação socioeconômica do bairro e sua relação com a pesquisa finalizando com uma breve abordagem da pesquisa de campo que deve ser desenvolvida no terceiro capítulo.

No terceiro capítulo propõe-se os caminhos metodológicos, as coletas e análises de dados que respondem à questão levantada nesta dissertação, seguida da conclusão, aplicação prática contextualizada no produto pedagógico e as referências bibliográficas.

Frente a esta breve explanação inicial, prossegue-se para o primeiro capítulo com o desejo de apresentar e discutir os conceitos de Religião, Laicidade e Cultura propondo o diálogo inter-religioso como um caminho possível nesta caminhada para se compreender qual a função do (PPP) na escola, do ponto de vista do componente curricular de (ER).

## 1 O ENSINO RELIGIOSO E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Assim, neste capítulo tem-se a intenção de discorrer sobre os caminhos que a legislação brasileira percorreu para garantir o acesso aos campos de experiências que a (BNCC), propõe para o componente curricular de (ER) no Ensino Fundamental. Para tanto, apoia-se no pensamento de Emerson Sena da Silveira e Sérgio Junqueira os quais versam sobre a trajetória do (ER) ao longo dos anos na educação brasileira e a implementação da (BNCC) de (ER), além de outros/as autores/as que contribuem efetivamente para a construção teórica deste estudo ao abordar os conceitos de laicidade e Religião.

Mais adiante apresenta-se o conceito de cultura a partir da antropologia, compreendendo como as redes de relacionamentos nos diferentes grupos sociais podem dar sentido componente curricular de (ER) na educação na contemporaneidade a partir da antropologia da Religião interpretada por Clifford Geertz.<sup>5</sup>

Frente ao exposto o atual capítulo, divide-se em três subtemas sendo que o primeiro apresenta a evolução histórica da trajetória da legislação sobre o componente curricular de (ER) no Brasil, refletindo sobre os conceitos de laicidade, secularização e proselitismo; O segundo subtema, aborda a permanência do componente curricular de (ER) no currículo do Ensino Fundamental dissertando sobre os enfrentamentos que o componente curricular de (ER) encontra no campo educacional por configurar-se como oferta obrigatória de matrícula facultativa. O terceiro e último subtema da pesquisa apresenta discussões sobre as concepções de cultura na perspectiva histórico social, de modo que os conceitos que emergirem da pesquisa serão contemplados sob as lentes de autores acadêmicos que versam sobre tal temática e o já mencionado Clifford Geertz.

### 1.1 Aspectos gerais sobre a legislação do Ensino Religioso no Brasil

O componente curricular de (ER), vem sendo ao longo da história da educação brasileira um dos componentes curriculares que contribuem para potencializar as reflexões acerca das transformações sociais que envolvem a garantia dos direitos humanos, principalmente os direitos fundamentais que devem ser apreendidos desde quando o indivíduo inicia sua vida escolar.

---

<sup>5</sup> GEERTZ, 1989, p. 20-95.

O Componente Curricular de (ER) deve ser fomentado por docentes em sala de aula a partir do alinhamento entre o currículo e a metodologia que cada sistema de ensino articula somado ao documento da (BNCC) do componente curricular de (ER), o qual orienta as propostas de ensino escolar das escolas de Ensino Fundamental. O componente curricular de (ER), se constitui a partir de um conjunto de legislações nacionais, estaduais e municipais que normatizam o componente curricular de (ER), a formação de docentes de (ER) e os recursos didáticos que devem ser utilizados em sala de aula.<sup>6</sup>

Em linhas gerais o componente curricular de (ER), teve início no Brasil no período da colonização com os projetos missionários dos jesuítas, cujo objetivo era catequizar e potencializar as concepções dogmáticas da Igreja Apostólica Católica Romana e prosseguiu ao longo da história da educação brasileira rompendo desafios em torno da política de dominação da igreja em relação ao Estado. De acordo com Carlos Jamil Cury, o componente curricular de (ER) foi contemplado na Constituição Federal de 1889 assinalando a laicidade do Estado na tentativa de garantir a liberdade religiosa de todo cidadão/ã, promovendo a separação entre a Igreja e o Estado desde séculos passados.<sup>7</sup>

A separação entre religião e a esfera do Estado foi um marco histórico para as instituições públicas que passaram a ter mais autonomia frente às pressões que a Igreja impunha nas questões políticas, entretanto as características confessionais se mantiveram presentes até os dias atuais na maioria das repartições públicas, pois a sociedade brasileira se apresenta com forte raiz religiosa influenciando as diferentes práticas no bojo da sociedade atual, o que acaba por provocar atitudes de intolerância diante das diferentes práticas culturais e religiosas que envolvem a população brasileira<sup>8</sup>.

Nesta dissertação busca-se romper com o proselitismo e com dominação religiosa, propondo levar os/as discentes do Ensino Fundamental a perceber a importância do componente curricular de (ER) na sua vida escolar, através da construção de um (PPP) elaborado por docentes e todos os demais profissionais da educação, que ofereça alternativas de aprendizagens para os/as discentes que utilizam o direito de não frequentar as aulas do componente curricular de (ER) no ensino regular.

O direito de participar ou não das aulas de (ER) no Ensino Fundamental está previsto no artigo 33 da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB):

---

<sup>6</sup> SILVEIRA; JUNQUEIRA, 2020, p. 34.

<sup>7</sup> CURY, Carlos R. J. Ensino Religioso e escola pública: o curso histórico de uma polêmica entre Igreja e Estado no Brasil. *Revista Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 17, p. 20-37, 1993. p. 24.

<sup>8</sup> SILVEIRA; JUNQUEIRA, 2020, p. 34.



O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. § 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores. § 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.<sup>9</sup>

Diante desta prerrogativa da (LDB), pode-se afirmar que o artigo 33 da (LDB), normatiza algumas características para o componente curricular de (ER), contudo acrescenta outros aspectos que causam conflitos na comunidade acadêmica e nos sistemas de ensino, como por exemplo a complexidade em torno da expressão “facultativa”, uma vez que a referida legislação não esclarece como deve ser organizada a carga horária dos/as discentes que não assistem as aulas do componente curricular de (ER), ou como os estados e municípios devem organizar os currículos para atender a essa situação ocasionada pela própria lacuna deixada pela (LDB), ao deixar a cargo de cada sistema de ensino, a organização para cumprir a carga horária que se refere a não opção pelas aulas de Ensino Religioso.<sup>10</sup>

Atualmente o componente curricular de (ER) enfrenta no campo da educação muitos desafios políticos, pedagógicos e filosóficos no que tange a formação dos/as docentes de (ER), aos recursos didáticos metodológicos e às práticas de intolerância religiosa que envolve o ambiente escolar, principalmente quando se refere às religiões de matrizes africanas a saber: comunidades-terreiros; candomblé; Batuque; Xambá; Nagô; Jeje-Fon; Tambor de Mina; Fanti Ashanti; Umbanda; Quimbanda; Jurema Sagrada e as imagens e rituais da Igreja Católica Apostólica Romana, além de outras denominações religiosas que constituem a pluralidade religiosa brasileira e que por motivo de suas práticas culturais sofrem com atitudes de intolerância e discriminação.<sup>11</sup>

Motivo pelo qual muitos/as dos/as discentes optam por não assistir as aulas do componente curricular de (ER) nas escolas. Essas práticas de intolerância religiosa nas escolas precisam ser debatidas e problematizadas para que se possa programar uma metodologia de trabalho pedagógico voltado para diálogo inter-religioso criando novas possibilidades de aprendizagens que ampliem a perspectiva crítica de docentes e os/as discentes.

---

<sup>9</sup> CURY, 1993, p. 28.

<sup>10</sup> CURY, 1993, p. 29.

<sup>11</sup> SILVEIRA; JUNQUEIRA, 2020, p. 45-78.

Segundo Ricardo Mariano, o diálogo inter-religioso reconhece e respeita a diversidade religiosa brasileira considerando o reconhecimento da pluralidade religiosa como um crescimento necessário para a construção de uma vivência humana cidadã e democrática.<sup>12</sup>

Com o intuito de conhecer a trajetória da legislação brasileira sobre o (ER) e como os avanços dessa normativa podem auxiliar no rompimento com práticas de intolerância religiosas e culturais entre os/as discentes e os/as profissionais da educação, tendo em vista o estímulo ao debate sobre os conceitos de proselitismo, multiculturalismo e os desafios que a legislação brasileira denota em relação ao componente curricular de (ER), recorre-se ao texto de Maria do Rosário, Luiz Felipe do Rosário que apontam a intolerância religiosa como fruto que popularizou-se na sociedade brasileira e que teve sua gênese no processo de colonização se espalhando para todos os tempos, atravessando a escola brasileira, sobretudo a pública, apesar da presença de instrumentos legais como a Constituição Federal de 1988-CF,<sup>13</sup> o Código penal e a (LDB) se colocarem fundamentalmente contra essas práticas.<sup>14</sup>

Para Rosário e Rosário, conceituar a intolerância religiosa é algo complexo, pois necessita de uma compreensão ampla das relações humanas na sociedade desde o início da civilização e as relações de poder entre os indivíduos.<sup>15</sup>

As possíveis causas da intolerância podem ser encontradas e analisadas na própria produção da existência humana. A produção dessa existência implicou no desenvolvimento de formas de convívio em que homens e mulheres foram levadas/os a desenvolver suas capacidades físicas, psíquicas, sociais, políticas e por que não dizer religiosas. Primeiro porque a humanidade se constituiu a partir do momento em que precisou se destacar na natureza para sobreviver e para continuar existindo, adaptou a natureza a si; segundo, a partir dessa constituição houve a necessidade inerente do estabelecimento de formas de convívios que ao longo da história foram submetidas ao poder de uns sobre os outros.<sup>16</sup>

Essas relações encontram-se entrelaçadas nos diferentes modelos de produções capitalistas, na compreensão diversificada dos valores morais, éticos e sociais e nas diferentes concepções políticas, filosóficas e religiosas que envolvem a cultura e os valores humanos.

Nesse cenário, ao dialogar com a diversidade cultural existente no Brasil, que se diz laico e democrático, enquanto, na prática, demonstra não agir respeitando a liberdade religiosa, precisa-se de um planejamento direcionamento que rompa com práticas de intolerância na

<sup>12</sup> MARIANO Ricardo. Mudanças no campo religioso brasileiro no Censo 2010. *Revista Debates do NER*, Porto Alegre, a. 14, n. 24, p. 119-122, 2013. p. 119-122.

<sup>13</sup> BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Presidência da República. [online]. [n.p.].

<sup>14</sup> ROSÁRIO, Maria J. A.; ROSÁRIO, Luiz F. G. Intolerância religiosa no contexto escolar. *Revista Conexões de Saberes*, Belém, v. 3, n. 1, p. 115-119, 2019. [online]. p. 115-119.

<sup>15</sup> ROSÁRIO; ROSÁRIO, 2019, p. 115-119.

<sup>16</sup> ROSÁRIO; ROSÁRIO, 2019, p. 115-119.

sociedade atual, realizando práticas que promovam o diálogo inter-religioso em todas as esferas públicas educacionais.<sup>17</sup>

Ainda, de acordo com Ataíde a intolerância religiosa pode ser evidenciada em pequenas atitudes do cotidiano expressas em pequenos conflitos:

A intolerância religiosa se expressa em pequenos conflitos cotidianos, quando se desqualifica pessoas por não pensarem do mesmo modo de quem as desqualifica; ou quando se destroem locais de culto ou símbolos de religiões consideradas adversárias, inimigas, incorretas. Pior ainda quando o indivíduo se arroga o direito de qualificar a crença alheia de forma depreciativa se valendo de uma terminologia autoritária, como por exemplo, seita, pagão, não cristão, sem Deus.<sup>18</sup>

As atitudes de intolerância religiosa relatadas por Ataíde, ocorrem desde quando se iniciou o pluralismo religioso no Brasil, ainda no período colonial como pode-se confirmar nas palavras de Luiz Cláudio Borin, ao abordar a história do componente curricular de (ER) no Brasil a partir das perspectivas legais e pedagógicas fazendo uma retrospectiva da legislação e do currículo do componente curricular de (ER).<sup>19</sup>

Cláudio Borin, inicia suas discussões debatendo sobre o período colonial e imperial, período que os Jesuítas chegaram ao Brasil trazidos pelo o governador geral Tomé de Souza e programaram a educação através do poder estabelecido pela Religião. Esta fase foi marcada como educação humanista, a qual se caracteriza por ser individualista centrada nos valores propostos pelo Renascimento e favorecer a ideologia reinante, empregando métodos tradicionais.<sup>20</sup>

Desta maneira o componente curricular de (ER) neste período, foi caracterizado pela questão de cumprimento dos acordos estabelecidos entre a Igreja Católica e o Monarca de Portugal. Tendo em primeiro plano a evangelização dos gentios, por meio das leis e decretos instrutivos. Esse modelo de educação com caráter disciplinador de toda catequese concorre para a transmissão de uma cultura que visa à adesão ao catolicismo.<sup>21</sup> Concomitantemente os estudos de Demerval Saviani, prosseguem demonstrando que o componente curricular de (ER) continuou se desenvolvendo no Brasil no contexto da colonização brasileira como ensino doutrinário cristão/católico com o objetivo de propagar a fé católica, catequisando e reafirmando os dogmas da igreja Católica como enfrentamento ao avanço do protestantismo.<sup>22</sup>

<sup>17</sup> ROSÁRIO; ROSÁRIO, 2019, p. 115-119.

<sup>18</sup> ATAÍDE, Marlene A.; GUIMARÃES, Jayson. A. M. A. P. V. Diversidade cultural e intolerância religiosa: uma afronta aos direitos humanos, uma questão de educação. *Revista Momento: diálogos em educação*, Rio Grande, v. 26, n. 2, p. 297-312, 2017. [online]. p. 297-312.

<sup>19</sup> BORIN, Cláudio L. *História do Ensino Religioso no Brasil*. Santa Maria: UFSM, 2018. p. 1-45.

<sup>20</sup> BORIN, 2018, p. 45.

<sup>21</sup> BORIN, 2018, p. 13-18.

<sup>22</sup> SAVIANI, 2008, p. 28.

Para Borin e Saviani, esse projeto, desenvolvido pelos jesuítas, utilizava-se da educação que a priori, buscava atender a necessidade da coroa de escolarizar/alfabetizar os sujeitos como forma de dominação por meio da implementação da língua portuguesa, para ministrar o componente curricular de (ER) como um saber escolar não sistematizado, imprimindo apenas as concepções e expressões confessionais da doutrina Católica.<sup>23</sup>

Em 1759, com a expulsão dos jesuítas o ensino público passou a outros setores da Igreja Católica, sendo mais conservador e mais catequético. Sendo a Religião Católica como Religião oficial do Império, além de restringir a vivência das outras doutrinas e fé ao culto doméstico e particular.<sup>24</sup> Essa identidade religiosa da educação passa a ser normatizada em 1824 pela primeira Constituição Política do Brasil, quando o catolicismo exercia forte influência nas estruturas políticas do momento e no Estado.

De acordo com Borin, a segunda fase da história compreende o período republicano contemplando o início da separação entre o Estado e a Igreja. Neste período a educação passa a ser laica pela primeira vez na legislação. A Igreja perde sua influência e poder sobre a esfera do Estado, entretanto continua fortemente presente nas instituições públicas por meio de imagens, práticas culturais e influências políticas. Porém, a expressão “laica” ganha amplo debate na sociedade.

A Constituição de 1937 promoveu uma ruptura radical entre Estado e Igreja. Ficou estabelecido que o Ensino Religioso fosse contemplado como uma matéria do curso ordinário das escolas primárias, secundárias e também do ensino do Normal. Um detalhe importante para a disciplina escolar é que não poderia constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos. O Decreto-Lei nº 4.244, do dia 9 de abril de 1942, instituiu a lei orgânica do ensino secundário, cujo artigo 21 dispõe que o ensino religioso constituía parte integrante da educação, sendo lícito às escolas de ensino secundário incluir tal disciplina nos estudos do primeiro e do segundo ciclo. Os conteúdos trabalhados, assim como sua didática seriam promovidos pelas autoridades eclesásticas.<sup>25</sup>

Borin continua esclarecendo que, nesse cenário o componente curricular de (ER) enfrentou diversas lutas no que se refere a participação dos docentes na elaboração dos conteúdos curriculares. No período entre 1930 a 1961 o (ER) obteve algumas conquistas, como a inclusão do termo “laico”<sup>26</sup>, na constituição, o que representa grandes avanços para a garantia de uma educação sem proselitismo para todos e todas. Todavia, a normatização não assegurou

<sup>23</sup> SAVIANI, 2008, p. 179. Saiba mais em: BORIN, 2018, p. 42.

<sup>24</sup> BORIN, 2018, p. 15.

<sup>25</sup> BORIN, 2018, p. 15-20.

<sup>26</sup> “Derivado da sua necessidade de ser isento perante a Religião e de não se assumir confessional, o Estado democrático é, por excelência, o Estado da liberdade religiosa”. Saiba mais em: MONIZ, 2012, p. 7 *apud* RANQUETAT JR., César A. Laicidade, laicismo e secularização: definindo e esclarecendo conceitos. *Revista Sociais e Humanas*, Santa Maria, v. 21, n. 1, [n.p.], 2008. [online]. [n.p.].

que a laicidade fosse implementada de pronto nas instituições de ensino, sobretudo em razão da ausência de políticas públicas que visassem garantir tal liberdade religiosa.<sup>27</sup>

Semelhantemente a Borin, o pensamento de Cury, demonstra os primeiros avanços e retrocessos na legislação ao apontar para a primeira (LDB) sancionada em 1961 a qual referência em seu artigo 97º o componente curricular de (ER) como disciplina obrigatória, porém de matrícula facultativa:

O ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa, e será ministrado sem ônus para os poderes públicos, de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável. § 1º A formação de classe para o ensino religioso independe de número mínimo de alunos. § 2º O registro dos professores de ensino religioso será realizado perante a autoridade religiosa respectiva.<sup>28</sup>

Indo um pouco mais adiante Cury destaca que, com a ditadura militar o componente curricular de (ER), retrocede novamente, pois o governo militar propõe a inclusão da disciplina de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde no currículo de primeiro e de segundo graus, mantendo o componente curricular de (ER) com as matrículas facultativas e disciplina dos horários normais dos estabelecimentos oficiais de primeiro e segundo graus, deixando claro seu objetivo de formar moralmente cidadãos/ãs conscientes de suas responsabilidades para com o Estado. Ressalta-se que o componente curricular de (ER) neste período deveria favorecer os poderes vigentes da época.<sup>29</sup>

Para Cury e Borin, os movimentos históricos da educação trouxe grandes expectativas em relação as conquistas legais e pedagógicas para o componente curricular de (ER). Os campos de disputa sobre esta temática intensificaram os grandes debates que incentivaram o equilíbrio desses polos em defesa do componente curricular de (ER) com discussões que culminaram na organização política mais ampla de laicidade do Estado, posto que os dogmas religiosos ditaram as ordens no país e principalmente no campo educacional no passado, experimentaram grandes conquistas a partir implementação da atual (LDB) -9394/96 e suas respectivas alterações trouxeram um olhar mais ampliado para o componente curricular de (ER), mais precisamente o artigo 33, ainda que muitas lacunas.<sup>30</sup>

A (LDB) propõe normatizações e orientações para a implementação do currículo do componente curricular de (ER) a formação adequada dos/as docentes para esta área de ensino,

<sup>27</sup> BORIN, 2018, p. 15-23.

<sup>28</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. *Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. [Fixa as diretrizes e bases da educação nacional]. Brasília: Presidência da República. [online]. [n.p.].

<sup>29</sup> CURY, 1993, p. 24.

<sup>30</sup> CURY, 1993, p. 24-26.

a elaboração de recursos pedagógicos e a escuta da sociedade civil organizada para a elaboração de documentos norteadores do componente curricular de (ER).<sup>31</sup>

Entretanto, as fragilidades que envolvem o componente curricular de (ER) no Brasil continuam em destaque quando se menciona a matrícula como sendo facultativa para os/as discentes do Ensino Fundamental como já mencionado neste estudo.

As lacunas encontradas na atual (LDB) a respeito do componente curricular de (ER) e a necessidade da construção do currículo constituído não só por aspectos regionais mais também por diretrizes nacionais para o componente curricular de (ER) é alvo de análises de estudiosos que compõem o corpo desta dissertação de mestrado profissional.

Outro aspecto importante na legislação, mas que gera grandes disputas é a aplicabilidade da garantia da laicidade e a liberdade religiosa que protege ainda que remotamente os direitos dos indivíduos que professam religiões advindas do pluralismo religioso brasileiro. A esse respeito Luiz Antônio Cunha destaca que:

O Estado laico é aquele que tem sua legitimidade radicada na soberania popular. Ele não só dispensa a legitimidade conferida pelas instituições religiosas como é imparcial em matéria de Religião. O Estado laico respeita todas as crenças, religiosas e antirreligiosas, desde que não atentem contra a ordem pública. Ele não apoia nem dificulta a difusão das ideias religiosas nem das ideias que consideram a Religião fruto da alienação individual e/ou social. Respeita, igualmente, os direitos individuais de liberdade de consciência e de crença, de expressão e de culto.<sup>32</sup>

Cunha, esclarece que laicidade do Estado é um pré-requisito para a liberdade de crença e manifestações religiosas. Mas que há muito, o que discutir e implementar em termos de políticas públicas para se romper com o clero religioso que insiste em dominar a educação no Brasil na tentativa de pautar o currículo e a formação dos/as docentes, dentro dos estados e municípios, negando o acesso ao amplo conhecimento dos fenômenos religiosos que emergem da pluralidade cultural religiosa brasileira.<sup>33</sup>

De acordo com José Bittencourt Filho a pluralidade cultural brasileira se constitui a partir do conjunto de escravos vindos da África, alguns cristãos novos, os índios nativos que exerciam sua devoção ancestral e os diferentes rituais que cada grupo trouxe para o Brasil, provocando um movimento religioso entre os indivíduos que foram demonizados pelos portugueses e pelos religiosos tradicionais da época. Esse movimento causou o estranhamento simbólico por parte dos governantes locais, todavia foi necessário ceder às pressões e

---

<sup>31</sup> CURY, 1993, p. 24.

<sup>32</sup> CUNHA; CAVALIERE, 2000, p. 35.

<sup>33</sup> CUNHA; CAVALIERE, 2000, p. 35.

desenvolver caminhos para se trabalhar com a pluralidade cultural religiosa conforme explica Bittencourt.

A bem da verdade, deve-se considerar a Matriz Religiosa Brasileira como resultado inerente ao encontro de culturas e mundividências. Pode-se dizer, em grandes linhas, que no Brasil colonial colidiram com duas grandes concepções religiosas: uma que sacralizava o ambiente natural e as forças espirituais a ele subjacentes; outra ressaltava símbolos religiosos abstratos e transcendentais.<sup>34</sup>

Porém, o estranhamento das linguagens religiosas provocou o processo de “demonização” o que resultou em perseguição e repressão, assim forçando os indígenas e os africanos a assumirem a mesma postura dos cristãos novos que se escondiam dentro dos rituais católicos tradicionais. Por isso:

Com efeito, as formas religiosas e culturais condenadas como idolátricas e/ou demoníacas foram sendo canalizadas para uma religiosidade camuflada – transformada por isso mesmo em instrumento de resistência e de manutenção da identidade ante as violências do opressor - e puderam assim compor um acervo religiosos singular. Dito de outro modo, enquanto os indígenas (e africanos) aparentemente aceitavam as práticas sacramentais, mantinha no cotidiano, de maneira velada, condutas transgressoras no que tange às determinações eclesiásticas.<sup>35</sup>

Observa-se que o desejo de sobrevivência natural se baseava nas diferentes formas de cultura que a nova colônia estava vivenciando. Cada maneira de pensar e crer tornou-se cimento da matriz religiosa contemporânea, talvez por conta dessa formação subliminar e ao mesmo tempo tão evidente que a pluralidade e tolerância existam, pelo menos em linha gerais na sociedade brasileira do século atual.<sup>36</sup>

Nesse cenário de pluralidade cultural e religiosa, a busca pela tolerância religiosa, pelo direito a a laicidade, por um currículo pautado nos fenômenos religiosos e a necessidade de formação dos/as docentes de (ER), elencados e delimitados historicamente por Borin, Saviani e Cury demonstram o quanto é urgente avançar com os debates sobre estas temáticas tanto no campo da política quanto nos campos acadêmicos científicos pois os autores aqui mencionados chamam atenção para os conflitos que insistem em se manter em torno do pluralismo religioso e da laicidade do (ER) nas escolas.<sup>37</sup>

Frente ao exposto apresentou-se uma breve linha do tempo com a intenção de situar a pesquisa sobre os avanços e retrocessos presentes na legislação brasileira, fatores que trouxeram prejuízos para a educação e seus desdobramentos na disciplina de (ER) , atualmente

<sup>34</sup> BITTENCOURT FILHO, José. *Matriz religiosa brasileira: religiosidade e mudança social*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 49.

<sup>35</sup> BITTENCOURT FILHO, 2003, p. 56.

<sup>36</sup> BITTENCOURT FILHO, 2003, p. 56.

<sup>37</sup> CURY, 1993, p. 26.

denominada de componente curricular para o (ER) de acordo com a (BNCC). Desta maneira persegue-se no próximo subitem o conceito de laicidade e a construção do currículo com vistas ao (ER) como um componente curricular que possa colaborar para a formação de cidadãos e cidadãs críticos e reflexivos reconhecendo na aprovação da (BNCC) um importante aliado na elaboração de novas práticas de ensino para este componente curricular.

## 1.2 O currículo proposto na Base Nacional Comum Curricular de Ensino Religioso

Sérgio Junqueira enfatiza que a concepção de integração do componente curricular de (ER) entre a formação pessoal e a social, entre o desenvolvimento das personalidades e o exercício da cidadania tem sido objeto de estudos nas diferentes áreas de conhecimento, em vista a toda esta concepção do componente curricular de (ER) vislumbra o alargamento de novos caminhos para a adequação no sistema escolar como um todo, no sentido de extinguir os conflitos em torno do pluralismo religioso e da diversidade religiosa de caráter confessional e proselitista.<sup>38</sup> Esse caráter confessional tem sido refutado na sociedade contemporânea pelo atual modelo<sup>39</sup> das Ciências das Religiões, que defende o fenômeno religioso como procedimento metodológico para o componente curricular de (ER).<sup>40</sup>

O debate e a aprovação da (BNCC) em 2017, após diferentes seguimentos da sociedade civil organizada pensar e discutir as propostas presentes na (BNCC), também trouxe elementos metodológicos que possibilitam um novo pensar pedagógico sobre o currículo do componente curricular de (ER) nas escolas com a intenção de romper com a intolerância religiosa.<sup>41</sup>

Nesse direcionamento Junqueira ao apresentar suas perspectivas em relação a (BNCC) e o Ensino Fundamental toma o conceito de laicidade para explicar que:

Laicidade se constitui no regime político que possibilita dialogar sobre o lugar que a Religião ocupa no espaço público, seguido por um Estado para que haja a dissociação de qualquer instituição ou dogma religioso no âmbito público, visto que tal processo será declarado, ou imposto pelo Estado.<sup>42</sup>

Portanto, poderá ser viabilizada em dois aspectos: a exclusão da Religião da esfera pública; ou então a imparcialidade do Estado no tratamento das diferentes instituições

<sup>38</sup> JUNQUEIRA, Sérgio R. A.; WAGNER, Raul. *A presença do Ensino Religioso no contexto da educação: o Ensino Religioso no Brasil*. 2. ed. Curitiba: Champagnat, 2011. p. 27-54.

<sup>39</sup> Informa-se que nesta dissertação estamos trabalhando com a expressão “modelo” das ciências das religiões de acordo com: SILVEIRA; JUNQUEIRA, 2020, p. 25-75.

<sup>40</sup> JUNQUEIRA; WAGNER, 2011, p. 78.

<sup>41</sup> JUNQUEIRA, 2002, p. 75-85.

<sup>42</sup> JUNQUEIRA, 2002, p. 75-85.



religiosas,<sup>43</sup> percebendo-a de maneira concreta num Estado que diz democrático,<sup>44</sup> fazendo-se necessário fomentar a liberdade religiosa de maneira diversificada e reflexiva.

De maneira semelhante Ranquetat Jr., relata o estudo do conceito de laicidade com a exposição da origem histórica e linguística da palavra:

A expressão laicidade deriva do termo laico, leigo. Etimologicamente laico se origina do grego primitivo *laós*, que significa povo ou gente do povo. De *laós* deriva a palavra grega *laikós* de onde surgiu o termo latino *laicus*. Os termos laico, leigo exprimem uma oposição ao religioso, àquilo que é clerical.<sup>45</sup>

Para Ranquetat Jr, o termo laicidade precisa ser problematizado de maneira a levar os sujeitos a compreender que um Estado laico é aquele cujo interesse jurídico está na garantia de separar as concepções religiosas nas decisões públicas, possibilitando o tratamento igual a todas as crenças sem privilégios, inclusive para aqueles que se identificam como sem Religião, garantindo a liberdade e o direito a diversidade religiosa e cultural.<sup>46</sup>

O Estado laico não deve ser entendido como uma instituição antirreligiosa ou anticlerical, mesmo que em diversos momentos de sua construção histórica o tenha sido. Na realidade, o Estado laico é do ponto de vista jurídico segundo Ranquetat Jr,<sup>47</sup> a primeira organização política que garantiu as liberdades religiosas. Há que se lembrar que a liberdade de crenças, a liberdade de culto e a tolerância religiosa foram aceitas graças ao Estado laico, e não como oposição a ele. Portanto o Estado laico é o que garante que todos possam expressar suas opiniões e que o façam desde a perspectiva religiosa ou civil.<sup>48</sup>

Segundo Ranquetat Jr., o Estado laico democrático precisa respeitar a liberdade religiosa do povo, pois mesmo em países como o Brasil onde a maioria da população é cristã, não se pode negar a existência da pluralidade religiosa e que o setor público precisa se manter neutro em relação às forças de poder que a Religião tenta disseminar no interior das instituições públicas.<sup>49</sup>

A outra questão que interfere na laicidade do Estado é o desejo de utilizar a política e os próprios políticos como meio condutores para cumprir os fins sociopolíticos de alguns grupos

<sup>43</sup> RANQUETAT JR., 2008, [n.p.].

<sup>44</sup> “Derivado da sua necessidade de ser isento perante a Religião e de não se assumir confessional, o Estado democrático é, por excelência, o Estado da liberdade religiosa”. Saiba mais em: MONIZ, 2012, p. 7 *apud* RANQUETAT JR., 2008, [n.p.].

<sup>45</sup> RANQUETAT JR., 2008, [n.p.].

<sup>46</sup> RANQUETAT JR., 2008, [n.p.].

<sup>47</sup> RANQUETAT JR., 2008, [n.p.].

<sup>48</sup> RANQUETAT JR., 2008, [n.p.].

<sup>49</sup> RANQUETAT JR., 2008, [n.p.].

religiosos, sobretudo porque estes políticos, geralmente fazem parte de grupos de autoridades religiosas que na maioria das vezes não expressam a vontade de seus seguidores.<sup>50</sup>

Os conflitos que emergem da secularização apontam para a necessidade de se pensar uma educação laica na qual os sujeitos, ao ingressarem na escola, possam empoderar-se de conhecimento e romper com o proselitismo impostos ao longo dos anos nas instituições escolares. Pode-se dizer que primeira (LDB) nº 5692/61, ao defender a laicidade do ensino estabeleceu novas características ao contexto da educação brasileira, uma vez que a referida disciplina passou a ser compreendida como (ER), subdividido, em ecumênico, interconfessional e interreligioso.<sup>51</sup> Posteriormente, na atual (LDB) aprovada em 1996 passou-se a discutir a formação dos/as docentes de (ER), as metodologias que propõem discutir a diversidade e a complexidade do ser humano como um indivíduo aberto as diferentes concepções do sagrado nos diversos tempos e espaços históricos culturais. A (LDB) propõe:

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do Ensino Religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores. § 2º. Os sistemas de ensino ouvirão entidades civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do Ensino Religioso.<sup>52</sup>

Desse modo, a normativa estabeleceu o componente curricular de (ER) como área de conhecimento integrante do currículo do Ensino Fundamental propondo mudanças realizadas a partir da sintonia com a Constituição Federal (CF) de 1988, no que tange a diversidade cultural e religiosa brasileira rompendo com o proselitismo, porém, com muitas lacunas relacionadas as políticas públicas em torno deste componente curricular. Prossegue-se destacando de acordo com Cunha, que as mudanças no artigo 33 da (LDB) foram importantes, pois:

O fato a se destacar é o de que a proibição de que os custos da disciplina onerem os cofres públicos desaparece. Fato que simboliza por si só uma importante vitória do ‘lobby’ religioso. Mas outro fato tão importante quanto o primeiro é que ao mesmo tempo em que a Lei institui o ensino religioso como disciplina facultativa, a define como ‘parte integrante da formação básica’, encerrando-se assim uma contradição de cuja ambiguidade os defensores da obrigatoriedade da frequência tentarão se aproveitar, sem sucesso.<sup>53</sup>

<sup>50</sup> RANQUETAT JR., 2008, [n.p].

<sup>51</sup> JUNQUEIRA; WAGNER, 2011, p. 54.

<sup>52</sup> BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 9.475, de 22 de julho de 1997a*. [dá nova redação ao art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional]. Brasília: Presidência da República. [online]. [n.p.].

<sup>53</sup> CUNHA, Luiz A. A luta pela ética no ensino fundamental: religiosa ou laica? *Revista Cadernos de Pesquisa*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 137, p. 401-419, 2011. p. 413.

Segundo Cunha, as alterações do artigo 33 da (LDB) proposto pela Lei 9475/97 assegura o respeito à diversidade humana, cultural e religiosa do povo brasileiro com todas as complexidades que a referida lei impõe ao mencionar as responsabilidades dos Sistemas de Ensino em formar seus (suas) docentes de (ER); ao vedar todas as formas de proselitismo; tratar com a sociedade civil organizada e as diferentes denominações religiosas sobre a construção do currículo do (ER).<sup>54</sup>

De acordo com Junqueira, tais complexidades foram amplamente discutidas por conselhos ou associações de entidades religiosas, civis e Secretarias de Estado e Educação de diferentes subnacionais que passaram a debater o currículo e a formação dos/as docentes de (ER), durante a aprovação da (BNCC). Entretanto é no chão da escola que estas práticas são implementadas por isso a formação dos (as) docentes de (ER) na perspectiva das ciências das religiões torna-se uma ação fundamental para a garantia de um ensino que priorize o direito de todos e de todas a sua identidade cultural e religiosa.<sup>55</sup>

De acordo com Junqueira, o/a docente que não possui formação adequada e conseqüentemente não compreende o (ER) como o estudo dos fenômenos religiosos, acabam apreendendo o propósito do proselitismo que é, converter pessoas para determinada Religião, doutrina, filosofia, mesmo sem haver interesse inicial para a referida conversão da pessoa e aplicando esse conceito em suas aulas ainda que seja sem intenção dogmática.<sup>56</sup>

Posto que Walter Salles e Maria Augusta Gentilini apontam que o proselitismo é algo complexo e ao mesmo tempo sutil, pois a maneira como o componente curricular de (ER) vem sendo direcionado tanto na legislação, quanto no interior das escolas, por muitas vezes acaba por acumular atitudes de intolerância e preconceito presentes em práticas proselitistas.<sup>57</sup> Salles e Gentilini, assinalam o fato de as religiões cristãs tentarem inserir sua ideologia nas escolas sob alegação de que sendo o Brasil um país laico, poderia explorar a Religião dominante.<sup>58</sup>

Todavia, o poder doutrinário foi vencido pelos argumentos mencionados nas modificações da legislação, passando assim, a ser assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa vedando quaisquer formas de proselitismo, como já exposto neste estudo ficando a cargo dos Sistemas de Ensino a regulamentação da oferta do referido componente curricular (ER), no âmbito de suas jurisdições (municipal, estadual e federal).

---

<sup>54</sup> CUNHA, 2011, p. 423.

<sup>55</sup> JUNQUEIRA, 2002, p. 115.

<sup>56</sup> JUNQUEIRA, 2002, p. 35.

<sup>57</sup> SALLES, Walter; GENTILINI, Maria A. Desafios do Ensino Religioso em um mundo secular. *Revista Cadernos de Pesquisa*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 169, p. 856-875, 2018. p. 870.

<sup>58</sup> BORIN, 2018, p. 33-45.

Essas orientações foram timidamente exercidas pelas instituições escolares até 2010, ano em que o governo publicou o decreto de nº 107, o qual previa que o “ensino católico, aberto também a outras confissões religiosas”<sup>59</sup>, deveria ser oferecido aos/as discentes do Ensino Fundamental. Este decreto causou não só um desconforto entre os grupos de múltiplas pertencas religiosas no país, como também uma distorção legal complexa ao confrontar as orientações dos Parâmetros Curriculares com a própria Constituição brasileira.<sup>60</sup>

Diante dos desafios e da complexa discussão em torno da laicidade e da diversidade religiosa a Procuradoria Geral da República (PGR), encaminhou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a oferta de (ER) nas escolas públicas na modalidade confessional ou relacionada a uma Religião específica, solicitando a suspensão da eficácia do dispositivo I do Artigo 33 da (LDB) e do Artigo 11 do Decreto n. 7.107 de 2010,<sup>61</sup> orientando que os conteúdos do componente curricular de (ER) deveriam estar centralizados na história, nos aspectos sociais, nas práticas e doutrinas das religiões e formas de religiosidade, sem qualquer caráter catequizador por parte dos/as docentes abrindo espaço para posições não religiosas.<sup>62</sup>

Segundo a Procuradoria Geral da República –(PGR), essa seria uma forma de garantir efetivamente a laicidade do Estado brasileiro e sua neutralidade em relação às manifestações religiosas de sua população. A proposta da Ação Direta de Inconstitucionalidade – (ADI), apesar de não ter sido aprovada sinalizou que o componente curricular de (ER) e a sua conciliação com a laicidade do Estado precisam ser debatidos em âmbito social, político e pedagógico.<sup>63</sup>

Considerando a trajetória do componente curricular de (ER) na legislação brasileira e sua repercussão no cotidiano das escolas de Ensino Fundamental, passa-se a seguir a estabelecer os caminhos na construção do currículo deste componente curricular, com o intuito de ampliar as discussões em torno da laicidade do Estado e a concepção do componente curricular de (ER) para a educação, abordando as contribuições dos grupos organizados da sociedade civil, assim como os diferentes Fóruns de Estudos que se debruçam para pensar o currículo de (ER) partir

---

<sup>59</sup> BRASIL. Casa Civil. *Decreto n. 7.107, de 11 de fevereiro de 2010*. [Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé, relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, firmado na Cidade do Vaticano, em 13 de novembro de 2008]. Brasília: Presidência da República. [online]. [n.p.].

<sup>60</sup> SILVEIRA; JUNQUEIRA, 2020, p. 80-172.

<sup>61</sup> JUNQUEIRA, 2002, p. 85.

<sup>62</sup> BARBOSA, Karla C. R. S. *Ensino religioso em escolas públicas de Vila Velha (ES): avaliação e proposta*. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2018. p. 45.

<sup>63</sup> BARBOSA, 2018, p. 46-50.

da aprovação da (BNCC) e aquisição da cultura e a aceitação de diferentes identidades culturais e religiosas.

Segundo Karla de Cássia Redder da Silva Barbosa, o componente curricular de (ER) enfrentou consideráveis divergências legais, devido às contradições existentes nas leis principalmente quanto a referência do componente curricular (ER) como facultativo e ao mesmo tempo como parte integrante da formação básica do/a cidadão/ã.<sup>64</sup> Pois, a referida autora questiona como algo pode ser considerado importante para a formação básica do/a cidadão/ã e ao mesmo ser facultativo o acesso, deixando para o/a discente e seus familiares a responsabilidade em decidir sobre a frequência nas aulas de (ER).

Desta forma há de se considerar o pensamento de Junqueira, quando o referido autor enfatiza que as escolas assumem papel significativo por cultivar e estimular nas pessoas as razões mais íntimas e transcendentais, por serem fontes de cultura e força propulsora para o ser humano assumir seu engajamento na história, e para fortalecer o caráter do/a cidadão/ã.<sup>65</sup> Para que se compreenda o currículo do componente curricular de (ER) no Ensino Fundamental foi necessário compreender em linhas gerais a trajetória legal deste componente curricular e a partir de agora entender como se deu a consolidação do atual currículo e suas práticas de ensino.

Desta maneira assumem-se as leituras de Lurdes Caron e Lorival Martins em que os autores em questão, esclarecem sobre os movimentos que constituem o currículo do componente curricular de (ER), demonstrando amplo e complexo conjunto de posturas que o configuram vivo e dinâmico contando com a maioria dos profissionais comprometidos com o saber do currículo nacional voltados para a participação coletiva e para garantia os direitos humanos no âmbito da liberdade cultural e religiosa.<sup>66</sup>

O componente curricular de (ER) é uma área do conhecimento que deve ser intencionalmente planejado, discutido e organizado de maneira colaborativa e dialógica no bojo das propostas de ensino de cada sistema educacional e conseqüentemente em cada proposta pedagógica ou plano de ação de cada escola. Caron e Martins, chamam a atenção para a necessidade de potencializar a formação dos/as docentes de (ER) promovendo o maior número de profissionais habilitados, para que tenham condições teóricas e pedagógicas de debater sobre os conhecimentos pertinentes a este componente curricular, e ainda enfatizam que o currículo do componente curricular de (ER) precisa problematizar as dimensões humanas, de modo que compreenda o “ser e o viver” construindo caminhos para o acolhimento às diferentes

---

<sup>64</sup> BARBOSA, 2018. p. 46-50.

<sup>65</sup> JUNQUEIRA; WAGNER, 2011, p. 48.

<sup>66</sup> JUNQUEIRA; WAGNER, 2011, p. 62-68.

identidades religiosas e culturais “tendo como objetivo o conhecimento religioso produzido nos diferentes campos de saberes, em especial as Ciências Humanas e Sociais”.<sup>67</sup>

Segundo Junqueira, a (BNCC) apresenta as cinco áreas de conhecimento da educação básica: Linguagens; Matemática; Ciências da natureza; Ciências humanas; Ensino Religioso. O componente curricular de (ER) é legalmente reconhecido e deve ser metodologicamente aplicado nas escolas por isso. De acordo com Junqueira já não há mais espaço para intolerância, preconceitos, racismo religioso e muito menos para disputas jurídicas confessionais ou estatal sobre a presença do componente curricular de (ER) , na sala de aula. De modo que, o que se precisa é fortalecer as alteridades produzindo vivências positivas que possam destruir todas as formas de proselitismo que lamentavelmente ainda ocorrem no cotidiano da sala de aula, mesmo tendo bons profissionais nesta área de conhecimento.<sup>68</sup>

Nesta direção Marta Façanha e Valdir Stephanini destacam que a aprovação da (BNCC) em 2017, se constituiu um ganho importantíssimo para a Educação, porém os referidos autores reforçam a necessidade de discussões reflexivas e críticas sobre os campos de experiências e habilidades propostos pela (BNCC) para a implementação do currículo do componente curricular de (ER) pensado e praticado a partir dos fenômenos religiosos apresentados e contextualizados nas Ciências das Religiões ou seja, um currículo pautado nos fenômenos religiosos. Outro fator de destaque é a ausência de livros didáticos que organizem o componente curricular de (ER) assim como a formação docente pedagogicamente qualificada, posto que para Façanha e Stephanini o componente curricular de (ER) é uma área de conhecimento multicultural que possibilita diferentes saberes aos sujeitos.<sup>69</sup> E não pode ser mediada por profissionais com formação incompleta, mesmo a (LDB) tendo flexibilizado a formação destes docentes para o entendimento e adequação dos estados e municípios.

Deve-se considerar as diferentes culturas dos/as discentes e dos/as profissionais da educação para se pensar um currículo que de fato reflita as necessidades de aprendizagens dos/as discentes. Nesse sentido a (BNCC) é um importante elemento para a elaboração do (PPP), posto que os seus objetivos e os seus princípios devem ser contemplados de maneira sistematizada, observando as práticas culturais e a pluralidade cultural e religiosa da comunidade escolar.<sup>70</sup>

---

<sup>67</sup> FAÇANHA, Marta B.; STEPHANINI, Valdir S. Aspectos do Ensino Religioso na Base Nacional Curricular Comum: os fundamentos para educação de qualidade. *Revista Pistis Praxis*, Curitiba, v. 13, n. 1, p. 477-496, 2021. p. 482.

<sup>68</sup> JUNQUEIRA; WAGNER, 2011, p. 32.

<sup>69</sup> FAÇANHA; STEPHANINI, 2021, p. 479.

<sup>70</sup> FAÇANHA; STEPHANINI, 2021, p. 479.

Assim, na próxima e última seção deste capítulo bibliográfico, contemplam-se os conceitos de Cultura no âmbito sociocultural voltado para as Ciências das Religiões, pautados nos argumentos de Carlos Steil para entender a interpretação das experiências culturais sociais que ocorreram na sociedade contemporânea.<sup>71</sup> Outro autor que enriquece este estudo ao trazer suas contribuições sobre Cultura como interpretação antropológica é Clifford Geertz,<sup>72</sup> somado a perspectiva de Ivor Goodson,<sup>73</sup> sobre cultura e currículo.

### 1.3 O componente curricular Ensino Religioso como um elemento cultural

Observa-se que a construção do currículo reflexivo para o componente curricular de (ER) perpassa pelos trilhos da legislação vigente e a implementação das políticas públicas que a legislação atual sobre educação propõe no sentido de ofertar o componente curricular de (ER), onde todos tenham o direito a conhecer todas as religiões como ciências e não como dogmas. As ações propostas na atual legislação e a aprovação da (BNCC) não eximem a urgência em se construir as diretrizes nacionais para o componente curricular de (ER), fato também colocado por Junqueira, ao mencionar a necessidade de abordar o componente de (ER) na perspectiva da construção do currículo sem conceber as manifestações religiosas, compreendendo-as na pluralidade religiosa que potencializa e promove a diversidade cultural e religiosa na proposta da (BNCC) com o intuito de aproximar-se das culturas que desenham o conjunto de redes que tecem as diferentes expressões religiosas pautadas as simbologias sociais, nas filosofias e modos de viver de cada sociedade.<sup>74</sup>

O documento da (BNCC), nesse sentido reforça que o conhecimento religioso, objeto da área do conhecimento curricular (ER), é produzido no âmbito das diferentes áreas do conhecimento científico das Ciências Humanas e Sociais, notadamente da (s) Ciência(s) da (s) Religião (ões), ou seja:

Essas Ciências investigam a manifestação dos fenômenos religiosos em diferentes culturas e sociedades enquanto um dos bens simbólicos resultantes da busca humana por respostas aos enigmas do mundo, da vida e da morte. De modo singular, complexo e diverso, esses fenômenos alicerçaram distintos sentidos e significados de vida e diversas ideias de divindade(s), em torno dos quais se organizaram cosmovisões, linguagens, saberes, crenças, mitologias, narrativas, textos, símbolos, ritos, doutrinas, tradições, movimentos, práticas e princípios éticos e morais. Os fenômenos religiosos

<sup>71</sup> STEIL, Carlos A. Pluralismo, modernidade e tradição: transformações do campo religioso. *Revista Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, a. 3, n. 3, p. 115-129, 2001. [online]. p. 115-129.

<sup>72</sup> GEERTZ, 1989, p. 56.

<sup>73</sup> GOODSON, Ivor F. *Políticas de currículo e de escolarização: abordagens históricas*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p. 48.

<sup>74</sup> JUNQUEIRA, 2002, p. 81-84.

em suas múltiplas manifestações são parte integrante do substrato cultural da humanidade. Cabe ao Ensino Religioso tratar os conhecimentos religiosos a partir de pressupostos éticos e científicos, sem privilégio de nenhuma crença ou convicção. Isso implica abordar esses conhecimentos com base nas diversas culturas e tradições religiosas, sem desconsiderar a existência de filosofias seculares de vida.<sup>75</sup>

Como se pode constatar, as salas de aulas são espaços de diferentes experiências culturais e religiosas oportunizadas aos/às discentes/as e aos/as docentes. O espírito coletivo existente na escola promove a pluralidade cultural e religiosa por meio da necessidade de compreender os diferentes modos de vida, as relações sociais, os valores e as crenças de cada indivíduo, destacando que os/as docentes precisam estar prontos a acolher e trabalhar com as diferentes culturas.<sup>76</sup>

Marilena Chauí, ressalta que na dinâmica da sociedade atual não se pode falar em cultura de forma singular e destaca a importância de trabalhar com o conceito de “culturas” no plural.<sup>77</sup>

De acordo com Chauí:

As leis, os valores, as crenças, as práticas e instituições variam de formação social para formação social<sup>78</sup>. Promovendo, portanto, cultura como ‘a maneira pela qual os humanos se humanizam por meio de práticas que criam a existência social, econômica, política, religiosa, intelectual e artística’<sup>78</sup>

Ao declarar sobre as políticas Culturais a UNESCO define a cultura como:

O conjunto dos traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abarca, para além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças.<sup>79</sup>

No Brasil a Constituição Federal de 1988 apresenta no seu Art. 216 o conceito de patrimônio cultural da seguinte forma:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver.<sup>80</sup>

<sup>75</sup> ULRICH, Claudete B.; GONÇALVES, José M. O estranho caso do Ensino Religioso: contradições legais e questões epistemológicas. *Revista Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 58, n. 1, p. 14-27, 2018. p. 22.

<sup>76</sup> ULRICH; GONÇALVES, 2018, p. 22.

<sup>77</sup> CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1995. p. 295.

<sup>78</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). *Relatório Mundial da UNESCO: Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural*. Paris: CLT, 2009. [online]. p. 4.

<sup>79</sup> UNESCO, 2009, p. 4.

<sup>80</sup> BRASIL, 1988, [n.p.].



Os modos de viver, de criar, fazer e ser constituem as diferentes formas de expressão que a Constituição Federal referencia como patrimônio cultural, o que implica em perceber as tradições culturais e religiosas sempre no plural, pois essas tradições também estão se modificando constantemente. Desta forma, pode-se compreender a própria cultura como uma construção sócio histórica, não apenas uma possibilidade em meio a tantas outras, posto que a Religião apresenta um dos traços da cultura de um determinado grupo ou sociedade,<sup>81</sup> toma-se a interpretação de Clifford Geertz, que afirma que:

Um sistema de símbolos que atua para estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e vestindo essas concepções com tal aura de factualidade que as disposições e motivações parecem singularmente realistas.<sup>82</sup>

Desse modo, a cultura constitui-se como práticas sociais e possibilita ao indivíduo a convivência com o meio que se traduz nas diferentes experiências com o sagrado.

De maneira semelhante Carlos Steil registra que o crescimento do campo das religiões no Brasil perpassa pela interpretação das práticas culturais que ocorrem na dinâmica social presente na contemporaneidade, especificamente nos séculos XIX, XX e XXI em que a diversidade religiosa vem se constituindo a partir do fenômeno religioso que busca acabar com o monopólio de uma Religião e culmina no rompimento das relações orgânicas entre a Igreja e a esfera do Estado. Visto que diferentes culturas religiosas estão se ressignificando e articulando-se na busca de identidades coletivas por meio do pluralismo cultural e que são frutos da própria dinâmica moderna a qual transformou e reordenou suas formas institucionais e não institucionais, novas e tradicionais ampliando o campo da diversidade religiosa no Brasil.<sup>83</sup>

Sobre a homogeneização, Sanchis constata que há um universo espiritual constituído de diversas crenças simbólicas que acreditam na interação e na influência dos diferentes espíritos no mundo material, e que oportuniza o tráfego do indivíduo nas doutrinas ao longo do tempo.<sup>84</sup> Cabe ressaltar que a dinâmica da sociedade contemporânea no campo da Religião no Brasil se destaca pela ampliação cultural e política do sujeito, que com a globalização e a escolarização se emancipa e busca cada vez mais implementações de questões éticas, as quais levam a uma perspectiva investigativa constante no sentido de romper com os paradigmas presentes na esfera do campo religioso.

<sup>81</sup> ULRICH; GONÇALVES, 2018, p. 22.

<sup>82</sup> GEERTZ, 1989, p. 67.

<sup>83</sup> STEIL, 2001, p. 126.

<sup>84</sup> SANCHIS, Pierre. As religiões dos brasileiros. *Revista Horizonte*, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 28-43, 1997. p. 36.

Assim reconhecendo a importância dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs),<sup>85</sup> ao apontarem para a pluralidade cultural brasileira como fruto do desenvolvimento do processo histórico:

A pluralidade cultural existente no Brasil é fruto de um longo processo histórico de interação entre aspectos políticos e econômicos, no plano nacional e internacional. Esse processo apresenta-se como uma construção cultural brasileira altamente complexa, historicamente definida e redefinida continuamente em termos nacionais, apresentando características regionais e locais. Coexistem aqui culturas singulares, ligadas a identidades de origem de diferentes grupos étnicos e culturais. Essa composição cultural tem se caracterizado por plasticidade e permeabilidade, incorporando em seu cotidiano a criação e recriação das culturas de todos esses povos, sem diluí-las, ao mesmo tempo em que permite seu entrelaçamento. Nesse entrelaçamento de influências recíprocas, configuram-se a permanente elaboração e redefinição da identidade nacional, em sua complexidade.<sup>86</sup>

A configuração de um currículo pautado no reconhecimento da pluralidade cultural e religiosa é de fundamental importância para construção da identidade de um país que busca a qualidade e igualdade na educação. Sendo Assim, apresenta-se os argumentos de Ivor Goodson, referente a construção do currículo prescrito e político vivenciado no campo da educação é fruto de uma história com diferentes níveis de poder dentro do mesmo contexto, o qual identifica aspectos voltados para o acúmulo de capital de vivências de cada indivíduo ou grupo e as transformações que essas experiências provocam ao longo dos anos, estabelecendo “interligações” entre os indivíduos e as estruturas sociais, políticas, filosóficas e culturais que culminam nos contextos históricos nos quais está inserido o currículo contemporâneo.<sup>87</sup>

Embora Goodson mencione uma produção de subjetividades que se expressa nos currículos escolares, sua análise o coloca como subordinado às questões de poder mais amplas, isto é, relativas às estruturas sociais. Goodson trabalha na perspectiva em que o currículo é uma “construção social”, podendo estabelecer “a negociação contínua da realidade “revelando os antecedentes estruturas de poder na educação e sugerindo a forma como as atitudes de grupos dominantes na sociedade continuam influenciando a escolarização, apesar dos sinais de conflitos e contestações”<sup>88</sup>.

Nessa lógica os indivíduos podem ser controlados pelas estruturas sociais, sem a produção de quaisquer formas de resistência e/ou ‘escape’, mas que, ainda que reconheça uma

<sup>85</sup> BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual*. Brasília: MEC; SEF, 1997b. p. 19.

<sup>86</sup> BRASIL, 1997a, [n.p.].

<sup>87</sup> GOODSON, 2008, p. 72.

<sup>88</sup> GOODSON, 2008, p. 72.

certa autonomia relativa dos sujeitos e das instituições sociais, ele as vê sendo ‘fabricada’ no âmbito dessas estruturas.<sup>89</sup> Nesse sentido:

Perceber as disciplinas influenciando, diretamente, nas relações de classe e, portanto, nos mecanismos de controle social, o autor destaca que as formas de conhecimento que se pretendem hegemônicas não são simplesmente mantidas por estruturas sociais de caráter macro, mas fazem parte de um sofisticado mecanismo que combina a busca por recursos e por status social.<sup>90</sup>

Frente ao exposto conclui-se que Goodson, considera o currículo como um campo de disputas e relações de poder, pois os conhecimentos a ele associados acabam por configurar também que essas disputas, são construções sociopolíticas cujos “atores envolvidos empregam uma gama de recursos ideológicos e materiais para levarem a cabo as suas missões individuais e coletivas”<sup>91</sup>.

Por meio das leituras para a construção deste capítulo foi possível observar que, ao longo da história da educação brasileira o componente curricular de (ER) sofreu grandes desafios e que a complexidade em torno da formação humana e a fragilidade da frequência regular nas aulas ocasionadas pela expressão “facultativa” imprimiu nos sujeitos envolvidos o desejo de lutar por uma ação equivalente que resultasse na construção de documentos norteadores e produtores de culturas e valores para todos/as os/as discentes.

Nesse sentido a (BNCC), foi o primeiro documento curricular cuja escrita considerou uma consulta popular que respeitasse as perspectivas de cada região brasileira, mesmo sendo iniciado por especialistas. Este documento foi aprovado em sua terceira fase em 2017, e durante sua aprovação o componente curricular de (ER) sofreu várias alterações para que se estivesse registrado os conceitos religiosos a partir das Ciências das Religiões, chegando a ser extinto da (BNCC) na segunda fase de negociação política para sua aprovação, porém após grandes debates foi recolocado na terceira fase a qual foi aprovada e sancionada em julho de 2017.<sup>92</sup>

A aprovação e permanência do componente curricular de (ER) na (BNCC) pode ter sido um primeiro passo para sanar dúvidas surgidas em decorrência da trajetória controversa da sua existência. Após tantas consultas públicas e de especialistas, tem-se o aval do próprio Ministério da Educação de que o componente curricular de (ER), sob uma determinada perspectiva, pode contribuir para a formação humana e para o exercício da cidadania contribuindo para a construção da paz nas escolas.<sup>93</sup>

<sup>89</sup> GOODSON, 2008, p. 74.

<sup>90</sup> GOODSON, 2008, p. 79.

<sup>91</sup> GOODSON, 2008, p. 41.

<sup>92</sup> JUNQUEIRA, 2002, p. 70-75.

<sup>93</sup> JUNQUEIRA, 2002, p. 65-79.

Contudo, ainda é preciso lutar pela construção e aprovação das diretrizes curriculares para o componente curricular de (ER) em âmbito nacional, pois a partir da sua elaboração os estados e municípios terão competências plausíveis para construir seus próprios currículos de (ER). Destaca-se que enquanto as diretrizes nacionais para o (ER) não se configuram como documento normativo os estados e municípios têm a responsabilidade de construir seu próprio documento a partir do trabalho colaborativo previsto no (PPP) de cada unidade escolar.

Nesse âmbito o (PPP), é um importante instrumento de diálogo reflexivo que tem como premissa o respeito às diferenças e as diferentes culturas. A partir da temática esboçada nestas páginas foi possível compreender que o longo caminho do componente curricular de (ER) na história da educação brasileira e a luta por uma educação de qualidade e igual para todos e todas foi um importante elemento para se consolidar o currículo deste componente compreendendo a Cultura e a Religião no contexto educacional.

O capítulo a seguir propõe-se apresentar a trajetória da participação no campo da educação com vistas a construção do (PPP) a partir da constituição do Sistema Educacional de Vila Velha(ES) com o objetivo de conhecer os desafios do componente curricular de (ER), tomando como base o cotidiano da (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes” em relação a construção e efetivação do (PPP) da escola no que diz respeito a aprendizagem dos/as discentes que se recusam a assistir as aulas do componente curricular de (ER) no Ensino Fundamental. Ou seja, quais são as ações que devem constar no (PPP) em atendimento a estes estudantes, que optam por não frequentar as aulas do componente curricular de (ER). Sendo este um dos desafios para a gestão da escola que precisa proporcionar outras ações pedagógicas para atender tanto a carga horária letiva quanto a aprendizagem desses discentes.

## 2 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA UMEF “IZALTINA ALMEIDA FERNANDES” E O ENSINO RELIGIOSO NA PERSPECTIVA DA LEGISLAÇÃO

Neste breve capítulo, busca-se apresentar o papel social e as principais finalidades da escola na construção de uma escola que possibilite aos/as discentes o crescimento como cidadão/ã em que por meio da investigação, da reflexão das crenças e convicções da comunidade escolar e local possa ter na elaboração e revisão do (PPP) um forte instrumento de emancipação e participação de todos /as discentes nas aulas do componente curricular de (ER) cujo desejo possa estar fundamentado no prazer e no contentamento de dialogar de maneira respeitosa com todas as culturas e religiões que se evidenciarem na sociedade e no cotidiano da escola.

Para Ilma Passos Veiga, a construção do (PPP) precisa estar pautada nos processos de discussões reflexivas pois o seu processo de construção aglutinará:

Crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar, do contexto social e científico, constituindo-se em compromisso político e pedagógico coletivo. Ele precisa ser concebido com bases nas diferenças existentes entre seus autores, sejam eles professores, equipe técnico-administrativa, pais, alunos, e representantes da comunidade local. É, portanto, fruto de reflexão e investigação.<sup>94</sup>

Nesse sentido os desdobramentos teóricos para a elaboração deste segundo capítulo perseguem os princípios da construção do (PPP) no sentido de trazer, ainda que de maneira breve, os caminhos para a construção desse documento que é um referencial para as práticas pedagógicas e administrativas da escola percorreu na história da educação brasileira tendo em vista transformar e formar o indivíduo em suas subjetividades possibilitando-o o acesso aos direitos que todo/a cidadão/ã possui em relação a sua cidadania e neste estudo, a sua identidade religiosa.

### 2.1 A importância da construção do projeto político pedagógico

Toda a Unidade Escolar precisa definir de forma clara quais são suas ações, metas e objetivos e como alcançá-los. Sem um planejamento, com objetivos e planos bem definidos, torna-se difícil para a escola organizar a sua estrutura e os seus recursos didáticos e financeiros. O planejamento favorece o norteamento das ações institucionais e contribui para o desenvolvimento das ações na escola. Nas instituições de ensino, o mais importante instrumento

<sup>94</sup> VEIGA, Ilma P. *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 29. ed. São Paulo: Papirus, 2013. p. 9-11.

de planejamento é o (PPP), que contribui para a organização coletiva da escola e consequentemente para o êxito das suas finalidades.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) recebe outras denominações no campo da educação como, projeto pedagógico, projeto educativo, proposta pedagógica, projeto educacional, projeto de estabelecimento, plano de ação da escola, plano diretor, projeto de escola e projeto pedagógico curricular, dentre outros. Atualmente, no contexto brasileiro, a denominação Projeto Político-Pedagógico é a mais utilizada. Nesta pesquisa optou-se por trabalhar com a denominação utilizada por Vasconcelos, Veiga e Gadotti, os quais utilizam o termo Projeto Político-Pedagógico (PPP).<sup>95</sup>

Os autores mencionados, justificam que o termo (PPP) é mais abrangente por contemplar as dimensões pedagógicas e administrativas, além das dimensões mais gerais como políticas, culturais, econômicas, etc). Nesse sentido Veiga destaca que, o (PPP)

(...) busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade (...). Na dimensão pedagógica reside a possibilidade de efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.<sup>96</sup>

Ao fundamentar o (PPP), Gadotti reforça o entendimento de Veiga analisando que “não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também político”.<sup>97</sup>

Para Veiga o (PPP) possibilita o entendimento da própria organização do trabalho da escola como um todo, sendo mais amplo e reflexivo que um simples agrupamento de planos de ensino e atividades diversas. Desse modo para Veiga, o (PPP) não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. O (PPP) deve ser construído e vivenciado em todos os contextos da escola, por todos os envolvidos com o processo educativo da instituição escolar. Para autora o

<sup>95</sup> VASCONCELOS, Celso dos Santos. *Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico*. 17. ed. São Paulo: Libertad, 2010; VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas: Papirus, 2013a; PASSOS, João D. *Ensino religioso: construção de uma proposta*. São Paulo: Paulinas, 2007. GADOTTI, Moacir. *Perspectivas atuais da educação*. O Projeto Político-Pedagógico da escola na perspectiva de uma educação para cidadania. Porto Alegre, Artes Médicas Sul. 2000.

<sup>96</sup> VEIGA, 2013, p.13.

<sup>97</sup> GADOTTI, p.35.

(PPP) é um produto específico que reflete a realidade da escola, situada em um contexto mais amplo que a influencia e que pode ser por ela influenciado. É um instrumento que esclarece as ações educativas da escola em sua totalidade. Nas palavras da Veiga:<sup>98</sup>

O projeto pedagógico, ao se constituir em processo participativo de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizada da burocracia e permitindo as relações horizontais no interior da escola.<sup>99</sup>

Vasconcelos, define o (PPP) como sendo o plano global e participativo da instituição escolar que:

(...) pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente que tipo de ação educativa que se quer realizar. É um elemento de organização e integração da atividade prática da mudança da realidade. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição nesse processo de transformação.<sup>100</sup>

Observa-se assim, que os autores mencionados reconhecem o (PPP) como elemento norteador, que define a intencionalidade política, teórico-metodológica e a organização das práticas escolares de forma participativa e reflexiva. É consenso entre Veiga e Vasconcelos que essa proposta precisa ser construída por toda a comunidade escolar, para que todos sejam responsáveis pela sua concretização, favorecendo a unidade do trabalho desenvolvido pela escola, por meio da ação-reflexão coletiva. O (PPP) deve refletir a identidade da escola construída a partir das especificidades da comunidade escolar e local, ou seja, a escola deve moldar-se para a comunidade e não o inverso.<sup>101</sup>

Destaca-se que a escola pública só passou a ser orientada a construir o seu PPP após a descentralização do ensino que ocorreu por meio da gestão democrática. Segundo Cury, esse modelo de gestão se instalou de forma mais efetiva a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e da consequente com a (LDB) 9394/96, que trouxe não só a lei, mas garantiu a descentralização do ensino tornando o (PPP) um instrumento de poder colaborativo no ambiente escolar.

Destarte, os princípios da gestão democrática da escola tornaram-se objeto de estudo no âmbito acadêmico e entre os profissionais da educação com o objetivo de propor novos modos

<sup>98</sup> VEIGA, 2013, p.12.

<sup>99</sup> VEIGA, 2013, p.13.

<sup>100</sup> VASCONCELOS, 2010, p.169;

<sup>101</sup> VEIGA, 2013, p.13; VASCONCELOS, 2010, p.169.

de gestão como condição para alcançar a efetiva qualidade da educação, especialmente a educação básica pública, vislumbrando romper com o paradigma tradicional da administração escolar e instalar novas estratégias que contemplem a participação de todos os atores da comunidade escolar no trabalho pedagógico da escola. A começar pela elaboração participativa do (PPP).<sup>102</sup>

No bojo deste estudo o conceito de gestão democrática, que permeia as reflexões, parte de Veiga, ao afirmar que, para “que a ação administrativa democrática aconteça é necessária a ampla participação dos representantes dos diferentes segmentos da escola nas decisões e ações administrativas e pedagógicas ali envolvidas”.<sup>103</sup> Isto significa que a comunidade escolar deve estar envolvida no processo de gestão da escola para que haja a gestão democrática. Os movimentos de participação na gestão surgem à época da atuação de Anísio Teixeira (período de 1931 a 1935) como secretário de educação do Rio de Janeiro.<sup>104</sup>

Segundo Bastos, Anísio Teixeira foi o primeiro secretário a implementar o exercício democrático na administração da educação.<sup>105</sup> Porém, esse cenário ganha destaque a partir de 1980 com os pensamentos democráticos. De acordo com Vitor Paro, os/as docentes começaram a reivindicar a participação nas questões pertinentes à educação debatendo sobre o modelo burocrático e hierárquico de organização escolar, propondo a sua superação e a democratização dos espaços educacionais que ganharam notoriedade com o processo de globalização.<sup>106</sup>

Conforme Paro, explica em sua obra, é necessário que se construa uma nova cidadania através do entrelaçamento entre as forças políticas e o bem estar social com vistas ao bem comum no contexto social, repensando o papel da escola e da comunidade possibilitando um novo sentido para a mobilização referente a gestão participativa na educação constituindo-se em instrumentos de construção de uma nova cidadania participativa:

Tendo em conta que a participação democrática não se dá espontaneamente, sendo antes um processo histórico em construção coletiva coloca-se a necessidade de se preverem mecanismos institucionais que não apenas viabilizem, mas também incentivem práticas participativas dentro da escola pública.<sup>107</sup>

Paro, enfatiza que para se construir a gestão participativa na escola é necessário paciência e comprometimento por ser este, um processo com resultados em longo prazo, pois é necessário romper com velhos hábitos de centralização no/a diretor/a para uma gestão que

---

<sup>102</sup> CURY, 1996, p. 98.

<sup>103</sup> VEIGA, 2013, p. 18.

<sup>104</sup> VEIGA, 2013, p. 18.

<sup>105</sup> BASTOS, João B. *Gestão democrática*. Rio de Janeiro: DPE, 2003. p. 76.

<sup>106</sup> PARO, Vitor H. *Gestão democrática da escola pública*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2012. p. 43-46.

<sup>107</sup> PARO, 2012, p. 46.



valorize a participação coletiva de todos/as que fazem parte da comunidade na qual a escola está inserida.<sup>108</sup>

No mesmo sentido, Saviani ressalta que as várias conferências realizadas pela Associação Brasileira de Educação-(ABE)<sup>109</sup> culminaram no convite do então presidente Getúlio Vargas para que os representantes desta instituição pudessem colaborar com o planejamento da definição da política de governo:<sup>110</sup> “Solicitou aos presentes que colaborassem na definição da política educacional do novo governo”.<sup>111</sup> Neste processo histórico da educação brasileira, surge a primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Vale destacar que os debates em torno desta lei sugeriram no período de 1942 a 1961, quando se discutiram as interpretações do capítulo da educação no texto constitucional de 1988. Porém, o projeto da referida Lei passou por fases de debates que trataram do seu conteúdo e de suas interpretações sendo aprovada somente após treze anos de debates. A primeira (LDB) dispõe que:

A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim: a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade; b) o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem; c) o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional; d) o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum.<sup>112</sup>

Ainda segundo Saviani a (LDB) nº 4.024/1961 se caracterizou nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade e, ao mesmo tempo, estabeleceu como finalidades a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana em si e dos mais diversos grupos que constituem a comunidade, bem como o respeito à dignidade e às liberdades indispensáveis ao homem, constituindo-se assim, o pensamento de uma gestão democrática.<sup>113</sup>

Desta forma ao se pensar a gestão democrática na perspectiva da cidadania toma-se o pensamento de Paulo Freire,<sup>114</sup> ao defender a relação dialógica em uma abordagem voltada para

<sup>108</sup> PARO, 2012, p. 46.

<sup>109</sup> A ABE era uma sociedade civil, de adesão voluntária, que reunia professores e interessados em educação, fossem jornalistas, políticos, escritores ou funcionários públicos. Fora do Rio de Janeiro, onde se localizava sua sede, a filiação à entidade se fazia por meio das seções regionais que gozavam da mais ampla autonomia. Consulte: FGV. *Associação Brasileira de Educação (ABE)*. [s.d.]. [online]. [n.p.].

<sup>110</sup> SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane S.; SOUZA, Rosa F.; VALDEMARIN, Vera T.; BOMBARDI, Érica. *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 34-35.

<sup>111</sup> SAVIANI; ALMEIDA; SOUZA; VALDEMARIN; BOMBARDI, 2004, p. 34-35.

<sup>112</sup> BRASIL, 1961, [n.p.].

<sup>113</sup> SAVIANI; ALMEIDA; SOUZA; VALDEMARIN; BOMBARDI, 2004, p. 36.

<sup>114</sup> FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p. 5.

as transformações sociais, assim, trazendo a concepção de que a educação popular está diretamente relacionada à tríade cultura, política e sociedade. Os ideais freirianos propõem a educação popular como uma “educação libertadora” ou “educação para a prática da liberdade”, capaz de conscientizar os sujeitos na busca pela transformação social.<sup>115</sup>

Desse modo, segundo Beatriz de Oliveira Andrade,<sup>116</sup> na confluência de todas as tentativas e lutas por uma educação ideal para o contexto daquele e de outros momentos ao longo da história da educação brasileira a nova (LDB), Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, no Título II, Dos Princípios e Fins da Educação Nacional, art.2º, II e VIII, assim dispõe:

Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; e gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino, nos garante uma educação baseada nas práticas sociais e humanas. Diretriz que rege como premissa garantir a base para uma aprendizagem cidadã e democrática que uma vez formada, vai desenvolver uma sociedade democrática, mais justa e solidária.<sup>117</sup>

Para Andrade, essa busca por uma transformação social implica uma balança de poder que tem como peso a cultura, a política e a sociedade, cuja configuração que se busca como gestão democrática é aquela em que o diálogo e a reflexão perpassam a comunidade escolar, oportunizando que a voz dos indivíduos que a frequentam, rompa com o modelo hierárquico estabelecido na administração escolar ao longo da história da educação.<sup>118</sup>

Nesse sentido, a democracia é entendida como um regime político fundado na soberania popular, na separação e na descentralização de poderes, com pleno respeito aos direitos humanos. É entendida, ainda, como um eixo político que melhor protege e promove os direitos humanos, os quais balizam as controvérsias que envolveram toda a história de desigualdade humana ao longo da história política e social de colonização do Brasil como explicita Maria Victoria de Mesquita Benevides:

Democracia é o regime político da soberania popular, porém com respeito integral aos direitos humanos. A fonte do poder está no povo, que é radicalmente o titular da cidadania e que deve exercê-la seja através de seus representantes, seja através de formas diretas de participação nos processos decisórios. É o regime de separação de poderes e, essencialmente, é o regime da defesa e da promoção dos direitos humanos. E quando me refiro à garantia dos direitos humanos, estou unindo a democracia política e a democracia social. A democracia política, herdeira do liberalismo. Com as liberdades individuais e as liberdades públicas, que são os fundamentos dos direitos

<sup>115</sup> FREIRE, 1994, p. 5-6.

<sup>116</sup> ANDRADE, Beatriz O. *Processos de inclusão na escola: percepção de conselheiros escolares*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016. p. 42-45.

<sup>117</sup> BRASIL, 1996, [n.p.].

<sup>118</sup> ANDRADE, 2016, p. 46.

civis e elementares. A democracia social, fruto de lutas sociais e da consolidação dos valores da igualdade e da solidariedade, acrescidos ao valor da liberdade.<sup>119</sup>

Paro, ao mencionar o conceito de democracia afirma que esta deve ser globalizante envolvendo todos os indivíduos na construção e decisão de sua história, o muito se aproxima da construção do (PPP), uma vez que o (PPP) deve abranger todos os aspectos da escola e envolver todos os atores, estabelecendo trocas recíprocas com o intuito de promover uma educação de qualidade. “A democracia enquanto valor universal e prática de colaboração recíproca entre grupos e pessoas, é um processo globalizante que, tendencialmente, deve envolver cada indivíduo, na plenitude de sua personalidade”.<sup>120</sup>

Paro, assim como os demais autores mencionados neste segundo capítulo dialogam com a legislação atual no sentido de garantir a participação popular nas implementações e discussões de políticas públicas para o ensino. Nesse sentido, o Plano Nacional de Educação (2014), a respeito da efetivação da gestão democrática da educação (Meta19), especificamente na estratégia 4, propõe:

Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando- sê-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.<sup>121</sup>

De acordo com Andrade, para analisar a questão do processo de práticas participativas da comunidade na gestão escolar é necessário ter claras as suas características e, principalmente, a compreensão do que é comunidade e participação. Esses conselhos e grêmios também devem estar presente no conjunto da elaboração do (PPP).<sup>122</sup>

Para tanto, torna-se relevante registrar, segundo Maria Gohn, que “participar é visto como criar uma cultura de dividir as responsabilidades na construção coletiva de um processo”.<sup>123</sup> Ainda em relação à essa temática, Gohn afirma que:

A participação envolve também lutas pela divisão das responsabilidades dentro do governo. Essas lutas possuem várias frentes, tais como a constituição de uma linguagem democrática não-excludente nos espaços participativos criados ou existentes, o acesso dos cidadãos a todo tipo de informação que lhe diga respeito e o estímulo à criação e desenvolvimento de meios democráticos de comunicação.<sup>124</sup>

<sup>119</sup> BENEVIDES, Maria V. M. *A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular*. São Paulo: Ática, 1991. p. 72-73.

<sup>120</sup> PARO, 2001. p. 25.

<sup>121</sup> BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. [Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências]. Brasília: Presidência da República. [online]. [n.p.].

<sup>122</sup> ANDRADE, 2016, p. 45-56.

<sup>123</sup> GOHN, Maria G. *Conselho de gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 19.

<sup>124</sup> GOHN, 2001, p. 19.

Nesse mesmo sentido, Dinair da Hora, propõe a realização, a partir da participação dos pais, funcionários/as e estudantes, que todos possam compreender que a instituição escolar é um espaço de referência da comunidade sendo aberta à reuniões e sugestões com os mesmos.<sup>125</sup> Para Hora, o planejamento elaborado com a participação de todos é o principal instrumento para se desenvolver a gestão participativa e transformadora.<sup>126</sup>

O principal instrumento da administração participativa é o planejamento participativo, que pressupõe uma deliberada construção do futuro, do qual os diferentes segmentos de uma instituição, cada um com sua ótica, seus valores e seus anseios, que, com poder de decisão, estabelecerão uma política, que deve estar em permanente debate, reflexão, problematização, estudo, aplicação, avaliação e reformulação, em função das próprias mudanças sociais e institucionais.<sup>127</sup>

As formas de participação da gestão democrática que pressupõe a construção de um futuro onde todos e todas tenham as mesmas oportunidades ganham centralidade com a instituição dos Conselhos Escolares e com a elaboração dos (PPPs) dos diferentes sistemas e redes de ensino do país. Porém, cabe ao/a gestor/a fomentar e implementar a participação democrática na escola, mobilizando e promovendo um ambiente escolar agradável, com a interação de todos na busca da realização de um trabalho pedagógico coletivo, construindo uma identidade própria para a escola com resultados satisfatórios e eficazes em todos os segmentos. Posto que ao possibilitar espaços de participação de todos os indivíduos envolvidos o/a gestor/a estará promovendo a construção de um (PPP) crítico e reflexivo.

Nesse processo de gestão democrática participativa, surgem as contribuições para o processo de construção do (PPP). A seguir abordam-se os parâmetros para a construção deste importante instrumento norteador das práticas educacionais no ambiente escolar democrático.

Visando compreender como a participação democrática na escola pode de fato contribuir para a participação dos indivíduos nas tomadas de decisões sobre a educação, propõe-se a explicar neste subitem como ocorre esse movimento de construção do (PPP). As decisões macros, como as das políticas públicas são debatidas ou discutidas por via das consultas públicas on-line ou presencial em todas as instâncias administrativas.<sup>128</sup>

Com o advento da promulgação da atual (LDB) 9394/1996 foi possível criar os Sistemas de Ensino e os seus respectivos conselhos consultivos para descentralização da educação brasileira. Assim a União ficou responsável pela educação superior enquanto os estados e

---

<sup>125</sup> HORA, Dinair L. *Gestão democrática na escola: artes e ofícios da participação coletiva*. São Paulo: Papirus, 1994. p. 23-28.

<sup>126</sup> HORA, 1994, p. 29-30.

<sup>127</sup> HORA, 1994, p. 29-30.

<sup>128</sup> VASCONCELLOS, 2010, p. 170.

municípios ficaram responsáveis pela educação básica (ofertando vagas para crianças pequenas de 0 a 5 anos - Educação Infantil-(EI); para crianças entre 6 a 14 anos - Ensino Fundamental, e para adolescentes entre 15 e 18 anos - Ensino Médio-(EM)).<sup>129</sup>

Nesse cenário de reorganização do ensino e autonomia das escolas os entes federados organizaram seus Sistemas de Ensino de acordo com a legislação vigente:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público.<sup>130</sup>

Nesse cenário de debates e busca por autonomia e participação escolar surge o Sistema Educacional de Vila Velha, que ancorado pela Lei nº 4.100, de 22 de outubro de 2003, possibilitou autonomia de Sistema Educacional no município, seguindo o ordenamento legal que garante as características da gestão democrática nas escolas.

A organização e a atuação do Sistema Municipal de Ensino atenderá o disposto nesta lei cabendo ao Poder Público Municipal: I - estabelecer as políticas municipais de educação articuladas às políticas educacionais do Estado e da União e promover sua execução; II - exercer função normativa e função redistributiva, esta em relação às instituições públicas do sistema de ensino; III - criar, autorizar, reconhecer, aprovar e supervisionar instituições de ensino do sistema municipal; IV - promover ensino de qualidade, assegurando a universalização do ensino fundamental e da educação infantil; V - formular, aprovar e executar os Planos Municipais de Educação; VI - otimizar a aplicação dos recursos destinados à educação, assegurando a legitimidade e a legalidade dessa aplicação.<sup>131</sup>

A partir da emancipação do sistema educacional, as escolas de Ensino Fundamental de Vila Velha (ES) passaram a ter a obrigação de elaborar suas diretrizes curriculares e os seus (PPPs), devendo este importante documento pedagógico ser revisados ao final de cada ano letivo, pelo coletivo da unidade escolar. Compreende-se que esta construção deve ocorrer de maneira dialógica e colaborativa indicando as suas demandas, respeitando as características locais e regionais tendo como premissa os direcionamentos do documento da (BNCC) e seus componentes curriculares.

Nesta direção, Elizabeth Dondoni Grijó, registra que:

<sup>129</sup> BRASIL, 1996, [n.p.].

<sup>130</sup> BRASIL, 1996, [n.p.].

<sup>131</sup> VILA VELHA (Cidade). Secretaria Municipal de Educação. *Lei nº 4.100, de 22 de outubro de 2003*. [Institui o sistema municipal de ensino do município de Vila Velha, Estado do Espírito Santo e disciplina seu funcionamento]. Vila Velha: Prefeitura Municipal. [online]. [n.p.].

O primeiro Regimento foi elaborado e aprovado em 27 de dezembro de 1996. Na época, o colegiado era formado por representantes dos professores municipais, do administrativo escolar, do sindicato dos professores, do sindicato dos auxiliares administrativos, de pais e/ou responsáveis dos alunos das escolas municipais, com idade acima de 16 anos, dos membros indicados pelo executivo municipal, dentre os representantes do magistério e da comunidade científica. Durante algum tempo o Conselho ficou adormecido por falta de quórum e, conseqüentemente, por falta de condição de funcionamento que resultou no encerramento das atividades em 1998. Em 31 de agosto de 2001, pela Lei n.º 3.821, foram redefinidas a estrutura e competências do Conselho Municipal de Educação, sendo elas: representação dos professores em docência de rede pública municipal, apresentação do Conselho Nacional de Ensino Religioso, representantes das instituições privadas da Educação Infantil, representante dos pais de alunos indicado pelos conselhos escolares representante dos alunos da Rede Municipal representante da comunidade indicado pelo conselho comunitário, representante da comunidade científica indicado pela Secretaria Municipal de Educação e representante da própria secretaria.<sup>132</sup>

Esse movimento de retomada do Conselho Municipal foi um importante projeto com o objetivo de fomentar a participação democrática na educação de Vila Velha (ES).

Veiga destaca a relevância dos conhecimentos éticos e pedagógicos necessários para a construção do (PPP) da escola a partir da reflexão coletiva, sobre os objetivos que se deseja alcançar e de que escola quer construir, assim potencializando a sua identidade crítica e criativa.<sup>133</sup> Nesse sentido, Moacir Gadotti ressalta que todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro:

Projetar significa quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinada ruptura. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.<sup>134</sup>

Deve-se motivar a participação da comunidade escolar na elaboração do (PPP) da escola, assim como a participação nos Conselhos Escolares em relação aos enfrentamentos que a escola pública vivencia atualmente, a exemplo do fato, de discentes não terem acesso a outra alternativa de ensino, ao optarem por não cursar o componente curricular de Ensino Religioso e ficarem na ausência de ações motivadoras que atraiam esses estudantes para essas aulas. Tendo prejuízo tanto de carga horária quanto de conteúdo curricular.

De acordo com Veiga, o (PPP) deveria reestruturar e avaliar as ações da escola, consolidando seu compromisso ético, político e pedagógico a partir das discussões reflexivas sobre crenças, valores, convicções e demais conhecimentos da comunidade escolar, social e

<sup>132</sup> GRIJÓ, Elizabeth D. *Ensino religioso nas escolas públicas de Vila Velha (ES) na perspectiva dos alunos, pais e líderes religiosos*. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2017. p. 34-35.

<sup>133</sup> GADOTTI, Moacir. *Autonomia da escola: princípios e propostas*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 56.

<sup>134</sup> GADOTTI, 2000, p. 57.

científico.<sup>135</sup> Frente ao exposto, na sequência, aborda-se a respeito das etapas necessárias para a elaboração do (PPP), com vistas sobre a participação de todas as pessoas que estão envolvidas com a escola, propondo sempre o diálogo com os objetivos da (BNCC) para o Ensino Fundamental que contribua a pensar essa construção à luz de critérios para as metodologias que atendam ao componente curricular de (ER).

## 2.2 Características do Projeto Político Pedagógico

A construção do (PPP) deve buscar a implementação de práticas que favoreçam o comprometimento com os direitos fundamentais humanos na trilha de caminhos que levem os indivíduos a ter atitudes de respeito, de solidariedade e de diálogo com a diversidade religiosa e cultural de maneira pacífica.

Assim, a organização da primeira etapa para a construção do (PPP), deve pautar-se na relação entre os indivíduos da escola e da comunidade local, a qual pressupõe uma reflexão sobre a sociedade. O/A pedagogo, articulador do (PPP), deve promover momentos para que se estabeleçam relações entre os diferentes assuntos e a realidade escolar, assim como os temas previstos pela instituição escolar. Nessa fase, é necessário sensibilizar os sujeitos sobre a importância da participação de profissionais, discentes, pais, mães e comunidade.<sup>136</sup>

Nesse particular, Garcia e Queiroz afirmam que para se construir um (PPP) os sujeitos devem discutir sobre as temáticas que envolvem sua cultura e sua identidade:

Ao construir o seu projeto, os sujeitos não só definem as regras que regem o coletivo e sua identidade, como também reconstróem suas relações escolares, o que confere consciência das possibilidades e da capacidade do grupo de levar adiante um projeto coletivo de educação.<sup>137</sup>

A respeito desta construção coletiva, Veiga chama atenção para os períodos de elaboração, avaliação e reelaboração do (PPP).<sup>138</sup> A referida autora retrata o delineamento das etapas do (PPP) como um projeto que visa reforçar e reorganizar o trabalho em equipe.

Entende-se o (PPP) como projeto por reunir propostas de ações concretas a serem executadas durante determinado período de tempo: médio e curto prazo e que esse documento precisa ser avaliado e reconstruído constantemente; é político por considerar o espaço escolar

<sup>135</sup> VEIGA, 2013, p. 8.

<sup>136</sup> GARCIA, Luciene T. S.; QUEIROZ, Maria A. *Embates pedagógicos e organizacionais nas políticas de educação*. Natal: UFRN, 2009. p. 119.

<sup>137</sup> GARCIA; QUEIROZ, 2009, p. 120.

<sup>138</sup> VEIGA, 2013, p. 19.

como um local de formação integral da pessoa humana contribuindo para a formação de indivíduos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai trilhar; é pedagógico por definir e organizar as ações e as propostas referentes a aprendizagem refletindo de maneira sistemática sobre as práticas educativas.<sup>139</sup> Conforme Vasconcellos:

O Projeto Político-Pedagógico é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação.<sup>140</sup>

Esse processo de transformação perpassa pelas principais características do (PPP): abrangência; duração; participação e concretização, buscando coerência entre o pensar e o agir através dos eixos norteadores mencionados por Veiga como “igualdade, qualidade, gestão democrática, liberdade/autonomia e valorização do magistério”. Veiga assina-la que a igualdade de oportunidades requer acesso e permanência com sucesso na aprendizagem escolar.<sup>141</sup>

Segundo Veiga a escola de qualidade tem obrigação de evitar de todas as maneiras possíveis a repetência e a evasão escolar. Precisa garantir a meta qualitativa do desempenho satisfatório de todos/as. Qualidade para todos/as, portanto, vai além da meta quantitativa de acesso global, no sentido de que as crianças em idade escolar estejam matriculadas na escola. É preciso garantir a permanência dos/das que nela ingressarem.<sup>142</sup>

Nessa perspectiva, o (PPP) precisa definir e apontar a construção de uma escola focada na concepção de sociedade, de indivíduos /cidadãos/ãs, de escola e de mundo, as quais são essenciais para a construção de um projeto de qualidade, pois norteiam as ações específicas para obtenção dos fins que se pretende. Ao abordar a qualidade da educação, Veiga, evidencia a valorização do magistério visto que a formação dos/as docentes precisa ser alvo de interesse e investimento público, melhores condições de trabalho e remuneração adequada são elementos fundamentais para que se alcance a qualidade na educação.<sup>143</sup>

A formação continuada é um direito de todos os/as profissionais que trabalham na escola, uma vez que não só ela possibilita a progressão funcional baseada na titulação, na

<sup>139</sup> VASCONCELLOS, Celso S. *Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização*. 24. ed. São Paulo: Libertada, 2014. p. 169.

<sup>140</sup> VASCONCELLOS, 2014, p. 171-173.

<sup>141</sup> VEIGA, 2013, p. 82.

<sup>142</sup> VEIGA, 2013, p. 17.

<sup>143</sup> VEIGA, 2013, p. 17-18.



qualificação e na competência dos/as profissionais, mas também propicia, fundamentalmente, o desenvolvimento profissional articulado com as escolas e seus projetos.<sup>144</sup>

Para atender ao quesito formação de docentes a gestão da escola deve caminhar com o Sistema de Educação no direcionamento de garantir no calendário escolar formações com temáticas pertinentes ao seu cotidiano. Ao consolidar os eixos norteadores mencionados neste estudo passa-se a identificar as características organizacionais do (PPP) em que se inicia com:

A) o marco situacional que vai delimitar quem somos apresentando a realidade da comunidade local; b) marco conceitual aborda o que queremos a partir da relação entre conceitos teóricos e o cotidiano da escola definindo ações e propostas a serem desenvolvidas dentro e fora da sala de aula, nesta etapa precisa considerar os currículos e diretrizes como por exemplo a BNCC; c) o marco operacional implica em delimitar o que faremos compreendendo o planejamento das ações que a comunidade escolar precisa organizar, avaliar e implementar para garantir o sucesso na qualidade da educação.<sup>145</sup>

Nessa direção o (PPP) da (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes” está caracterizado com os seguintes itens: a) Caracterização da unidade escolar que deve ocorrer logo na introdução relatando ao perfil da comunidade local, comunidade escolar e estrutura física e pedagógica da escola; b) princípios filosóficos que envolvem a missão e filosofia da escola) os objetivos gerais e específicos que a escola precisa delimitar de acordo com cada segmento da comunidade com vistas a fundamentar as metas a serem alcançadas; d) princípios e diretrizes curriculares. Nesse quesito a escola elenca seus princípios curriculares de acordo com as necessidades da escola embasados nos documentos legais a nível federal, estadual e municipal; e) avaliação e rendimento escolar e avaliação institucional; f) plano de funcionamento; g) planejamento integrado de atividades pedagógicas; h) recursos, planejamento e formação continuada; i) projetos; j) biblioteca; k) avaliação do (PPP).

Destaca-se que o componente curricular de (ER) deve ser contemplado no (PPP) da (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes” nas seguintes dimensões: no planejamento integrado das atividades pedagógicas; na formação continuada, nos princípios e objetivos; nos princípios e diretrizes curriculares. No entanto o (ER) é citado apenas na dimensão “plano interdisciplinar das atividades pedagógicas” com duas ações específicas a serem realizadas na biblioteca. E em dois projetos temáticos desenvolvidos pela secretaria de educação.<sup>146</sup> Além dessas ações os objetivos e habilidades do (ER) estão listados apenas como conteúdo para área de (ER) o que demonstra a relevância deste estudo no sentido de articular o (ER) na elaboração do (PPP),

<sup>144</sup> SILVEIRA; JUNQUEIRA, 2020, p. 21-22.

<sup>145</sup> SILVEIRA; JUNQUEIRA, 2020, p. 24-28.

<sup>146</sup> UMEF IAF, 2018, p.21-35.

interagindo com as demais áreas de ensino do 1º ao 5º ano na (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes”.

No bojo desta dissertação, aplica-se os conhecimentos de Sérgio Junqueira sobre os campos de experiências e objetivos da BNCC–ER e seus desdobramentos, com o intuito de elencar a construção de um currículo que favoreça a atração dos/as discentes em relação as aulas de Ensino Religioso para que todos possam participar das aulas.<sup>147</sup>

Junqueira sinaliza que o conteúdo proposto na (BNCC), deve nortear as diretrizes de formação dos/as docentes, a aquisição de recursos e materiais didáticos, assim como os (PPPs) considerando as necessidades e possibilidades étnicas, linguísticas e culturais dos/as discentes. Feito isto, reconhece-se o compromisso com a formação e o desenvolvimento humano integral abrangendo as dimensões intelectuais, físicas afetivas, psicológicas, sociais e simbólicas de cada indivíduo.<sup>148</sup>

A (BNCC) propõe uma abordagem intercultural com temas contemporâneos que afetam a vida humana local e global destacando os “direitos da criança e do adolescente; educação para o trânsito; educação alimentar; respeito e valorização do idoso; educação em direitos humanos; conhecimentos das relações étnico-raciais; e o ensino da história e cultura afro-brasileiras africana e indígena”<sup>149</sup>.

Os conceitos e procedimentos referentes aos conhecimentos que devem ser mediados com os/as discentes estão articulados e estruturados nas dez competências gerais que a (BNCC) apresenta de forma vertical desde a Educação Infantil até o Ensino Médio:

- 1) conhecimento; 2) pensamento científico, crítico e criativo; 3) repertório cultural; 4) comunicação; 5) cultura digital; 6) trabalho e projeto de vida; 7) argumentação; 8) autoconhecimento e autocuidado; 9) empatia e cooperação; 10) responsabilidade e cidadania.<sup>150</sup>

Tais competências devem ser trabalhadas ao longo da educação básica de acordo com cada etapa da educação. Nesta dissertação apresenta-se, referência apenas a áreas de conhecimento do Ensino Fundamental no que tange ao componente curricular de (ER).

Segundo Junqueira, a (BNCC) organiza o Ensino Fundamental, por áreas do conhecimento; competências específicas de áreas; componentes curriculares; competências

<sup>147</sup> SILVEIRA; JUNQUEIRA, 2020, p. 80-81.

<sup>148</sup> SILVEIRA; JUNQUEIRA, 2020, p. 80-81.

<sup>149</sup> SILVEIRA; JUNQUEIRA, 2020, p. 80-81.

<sup>150</sup> SILVEIRA; JUNQUEIRA, 2020, p. 82-83.

específicas de componente. Didaticamente é traçado para cada componente curricular unidades temáticas, objetos de conhecimentos e habilidades.<sup>151</sup>

As dez competências da (BNCC) e as habilidades mencionadas por Junqueira nesta dissertação ganham destaque de acordo com cada ano escolar.<sup>152</sup> Neste estudo apresentam-se os objetos de conhecimento e habilidades para discentes do EF anos iniciais (1º ao 5º ano) por ser este o público determinado como os sujeitos desta pesquisa.

Os objetos de conhecimentos para o componente curricular de (ER) Ensino Religioso podem proporcionar aos/às discentes habilidades leitoras e reflexivas, as quais servirão de ferramentas ou suporte para que eles (as) sejam capazes de ler e compreender textos multimodais moldados por diversos gêneros, familiarizando-os com diferentes eventos de letramento, integrando-os, por sua vez, às rotinas dos jovens aprendizes.<sup>153</sup>

Estes objetos de conhecimentos estão assim organizados:

Primeiro ano: O eu o outro e o nós. Imanência e transcendência. Sentimentos, lembranças e memórias. Segundo ano: O eu, a família e o ambiente de convivência. Memórias e símbolos. Símbolos religiosos. Alimentos sagrados. Terceiro ano: espaços e territórios religiosos Práticas celebrativas. Indumentárias religiosas. Quarto ano: Ritos religiosos. Representações religiosas na arte. Ideias de divindades. Quinto ano: Narrativas religiosas. Mito nas tradições religiosas. Ancestralidade e tradição oral.<sup>154</sup>

Como se pode observar, a realidade da sociedade atual impõe um olhar mais reflexivo aos processos educativos inserindo docentes e discentes num espaço físico e virtual onde são necessárias, novas habilidades e diferentes competências para que sejam capazes de aprender a aprender sabendo lidar com todas as vivências sociais, cognitivas e econômicas, atuando com responsabilidade no contexto físico e digital. O que eleva a escola a um território de diversidades sintonizadas com mundo, o supõe valorizar, conhecer e respeitar as diferentes culturas e realidades.<sup>155</sup>

As reflexões realizadas até aqui, demonstram que desenvolver hábitos de participação, de tolerância e respeito em um mundo com tantas diversidades que demandam pensar e construir juntos um (PPP), que de fato proponha caminhos pautados nos princípios dos direitos humanos. A seguir apresentam-se os desafios que a (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes” enfrenta ao buscar exercer uma prática colaborativa, ética e reflexiva na construção do (PPP).

<sup>151</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017, p. 461.

<sup>152</sup> SILVEIRA; JUNQUEIRA, 2020, p. 89.

<sup>153</sup> SILVEIRA; JUNQUEIRA, 2020, p. 89.

<sup>154</sup> IBGE. *Resultados preliminares do Universo do Censo Demográfico 2010*. 2010. [online]. [n.p.].

<sup>155</sup> DELORS, Jacques. *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 1998. p. 190.

### 2.3 Desafios para os (as) profissionais da educação da (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes”

Neste subitem apresenta-se de maneira sucinta as características do município de Vila Velha, do bairro Jardim Marilândia e da (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes”. Segundo o IBGE em relação ao município de Vila Velha, é o município mais antigo do estado, sendo caracterizado por diversos pontos turísticos litorâneos, gastronômicos e patrimônios históricos. Vila Velha (ES) possui, aproximadamente, 210 km<sup>2</sup> e uma população estimada em 458.489 habitantes distribuída em 91 bairros, divididos em cinco regiões administrativas: Região I - Centro; Região II - Grande Ibes; Região III - Grande Aribiri; Região IV - Grande Cobilândia; Região V - Grande Jucu. O referido município se destaca economicamente por sua expansão urbana na orla marítima e por patrimônios histórico-culturais de grande relevância para o estado, como o Convento da Penha, o Morro do Moreno e as lindas praias que compõem o seu litoral.<sup>156</sup>

O bairro Jardim Marilândia está localizado na região IV e conforme dados do (IBGE) (2010) apresenta uma população de classe média baixa e com pouca escolaridade. Seus habitantes segundo dados do censo são distribuídos entre homens e mulheres sendo que a população feminina representa 52,6% da população. A maior fatia da população deste bairro enquadra-se no grupo que compreende a faixa etária dos 15 aos 65 anos ou mais, totalizando 66, % dos moradores.<sup>157</sup>

No bairro Jardim Marilândia existe um comércio variado, igrejas Evangélicas, Católicas e um Centro Espírita. Quanto a religião dos moradores locais, pode-se registrar que no terceiro capítulo a tempo das análises dos dados serão apresentadas as seguintes manifestações: Sem Religião; Católico Apostólico Romano; Evangélica Tradicional; Evangélica Missionária; Evangélica Pentecostal; Assembleia de Deus; Deus é amor, Maranata; O Brasil para Cristo; Igreja Universal do Reino de Deus; Igreja de Jesus Cristo Dos Santos Dos Últimos Dias; Testemunha de Jeová; Outras Religiosidades Cristãs.<sup>158</sup>

A (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes” está localizada no município de Vila velha, bairro Jardim Marilândia –Avenida Castelo Branco nº 500. Esta unidade escolar possui estrutura física que conta com 14 salas de aulas, 01 sala de direção, 01 sala de professores/as, 01 laboratório de informática, 01 sala de recursos multifuncionais para Atendimento Especializado (AEE). Dispõe ainda de 01 cozinha, 01 biblioteca, 01 banheiro adequado aos/às

---

<sup>156</sup> IBGE, 2010, [n.p.].

<sup>157</sup> IBGE, 2010, [n.p.].

<sup>158</sup> IBGE, 2010, [n.p.].

alunos/as com deficiência ou mobilidade reduzida, 01 sala de secretaria, 01 refeitório, 01 despensa, 01 almoxarifado, 01 pátio coberto e 01 pátio descoberto.<sup>159</sup>

A infraestrutura da escola conta ainda com rede de esgoto pública, energia pública, lixo destinado à coleta periódica, acesso à internet. Quanto aos aspectos pedagógicos, a (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes”, oferta o Ensino fundamental anos iniciais (1º ao 5º ano) nos turnos matutino e vespertino nos quais se distribuem trezentos e sessenta e cinco matrículas distribuídas em quatorze turmas em cada turno de aula.<sup>160</sup>

Esta unidade escolar está inserida no contexto da gestão democrática em que o diretor escolar é eleito para um mandato de três anos. O Conselho de Escola é composto por representantes do seguimento do magistério, do seguimento de pais/mães ou responsáveis, representantes do seguimento dos servidores administrativos e representante do seguimento de discentes. O representante da liderança comunitária e o/a direto/ar escolar são membros nato. O referido conselho reúne-se bimestralmente em assembleia com função: consultiva, deliberativa; fiscalizadora e mobilizadora como preconiza a atual (LDB).<sup>161</sup>

No que se refere ao (PPP), a (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes”, encontra-se em processo de avaliação e reconstrução, pois sua última avaliação é datada de dois e mil e dezoito. A elaboração e atualização do (PPP) é um desafio uma vez que há um conjunto de situações que inviabilizam a participação de todos/as envolvidos nesse processo de elaboração e avaliação. Entre os desafios estão a dificuldade em articular um momento de encontro coletivo com o grupo matutino e vespertino para refletir sobre a elaboração do (PPP), além da pouca ou nenhuma participação dos líderes comunitários e pais para pensar e planejar as ações situando a comunidade e a escola frente às necessidades dos/as discentes e também a ausência de tempo destinado a estudos teóricos com vistas a elaboração do (PPP) no calendário letivo. As condições de trabalho onde o/a docente precisa se dividir em dois ou três turnos de trabalho não tendo tempo para investir em sua formação complementar, também dificultam esse processo coletivo. Por fim, identifica-se a falta de direcionamento do Sistema de Educação em relação a ruptura destes desafios.<sup>162</sup>

Assim por ser tão importante a ruptura com estes desafios para que se possa construir um (PPP) que ofereça oportunidades de aprendizagens iguais a todos/as discentes em relação à participação nas aulas do componente curricular de Ensino Religioso, no próximo capítulo os

---

<sup>159</sup> UMEF IZALTINA ALMEIDA FERNANDES (UMEF IAF). *Projeto Político Pedagógico*. Vila Velha: Prefeitura Municipal, 2018. p. 5.

<sup>160</sup> UMEF IAF, 2018, p. 6.

<sup>161</sup> UMEF IAF, 2018, p. 15-19.

<sup>162</sup> UMEF IAF, 2018, p. 15-19.

caminhos delineados metodologicamente para a coleta e análises de dados configuram a ida a campo por meio do estudo de caso na (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes”. Após esta breve pesquisa bibliográfica documental prossegue-se com entrevistas, e estudos de documentos normativos sobre o currículo do componente curricular de (ER) e o (PPP) com o intuito de prosseguir realizando a pesquisa compreendendo as possíveis respostas aos objetivos propostos para este estudo, e a construção de um produto pedagógico com vistas a contribuir para promover a participação dos/as discentes nas aulas do componente curricular de (ER) e/ou propor alternativas pedagógicas que garantam o cumprimento da carga horária e dias letivos dos/as discentes que optarem por participar das respectivas aulas do componente curricular de (ER).

Para tanto, pretende-se realizar visitas à unidade escolar, lançando mão da observação direta e de entrevistas com a equipe pedagógica e com os /as docentes. As visitas serão realizadas os meses de agosto e setembro de 2022. Tendo em vista as especificidades deste estudo, optou-se pelo emprego das técnicas de “entrevista guiada” in *locus*,<sup>163</sup> pelo fato de as entrevistas guiadas serem compostas por perguntas pré-estabelecidas e, por isso, basear-se em certo conhecimento prévio acerca do objeto por parte do/a pesquisador/a, permite o melhor uso do tempo empregado à entrevista.<sup>164</sup>

Desta maneira relata-se as principais perguntas que constituem o instrumento de entrevista aos/as docentes: 1) Qual o seu nome completo?; 2) Qual a sua cor?; 3) Em que área de conhecimento leciona?; 5) Professora alguma Religião?; 6) Qual a importância da Projeto Político pedagógico (PPP) para a área de conhecimento que você leciona? Na (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes” existem projetos e ou atividades que contemplem o Ensino Religioso ?; 8) Em sua percepção como o Ensino religioso deve ser trabalhado na (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes” ?; 9) Em sua percepção enquanto professor/a quais são os temas que são mais complicados para abordar nas aulas de Ensino Religioso ?; Você já participou da elaboração do (PPP) na escola em que leciona?; Em sua opinião quais as estratégias podem ser utilizadas para motivar os/as discentes a participarem das aulas de Ensino Religioso?; 11) você acha que o Ensino Religioso deve ser contemplado no PPP da escola? Justifique sua resposta; 12) o que significa religião para você?; 13) Em sua opinião a escola é laica (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes”? Justifique sua resposta; 14) Você conhece as experiências e o conhecimento dos/as discentes sobre Religião?; 15) você consegue identificar no (PPP) da (UMEF) “Izaltina Almeida

<sup>163</sup> RICHARDSON, Roberto J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 24.

<sup>164</sup> RICHARDSON, 2010, p. 24.

Fernandes” se as aulas do componente curricular de Ensino Religioso contemplam o diálogo inter-religioso? Como?

Assim, o terceiro capítulo apresentará os resultados e as análises da pesquisa de campo, detalhando a estrutura metodológica desta pesquisa, bem como oferecendo reflexões, com vistas a corrigir possíveis problemas identificados por meio da aplicação dos questionários e da observação em campo.



### 3 DESAFIOS E PROPOSTAS PARA A REELABORAÇÃO DO PPP DA UMEF “IZALTINA ALMEIDA FERNANDES”

Ao apresentar este último capítulo, esta pesquisadora tem como pretensão discutir os resultados da pesquisa de campo, os caminhos metodológicos para que, com procedimentos simples elencados e eficazes a realização do estudo de caso, possa ocorrer o desenvolvimento prático na (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes”, localizada no bairro Jardim Marilândia, na região IV, do município de Vila Velha (ES).

A investigação se deu por meio da aplicação de questionário composto por dezenove questões, entregues aos/às docentes que atuam na escola supramencionada, confrontando as respostas dos/as entrevistados/as com a análise realizada do (PPP) da (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes”, concordando com Gil, ao afirmar que o conhecimento, para ser considerado científico precisa determinar seus processos e métodos: “para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam sua verificação. Ou, em outras palavras, determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento”.<sup>165</sup>

Destaca-se que o texto discutido nesta etapa da pesquisa busca encontrar, por meio dos métodos escolhidos, subsídios que respondam quais as possibilidades e estratégias para garantir a aplicação do componente curricular de (ER) no (PPP) da (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes”.

O objetivo do estudo foi identificar se no (PPP) da (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes,” constam ações pedagógicas que a escola pode e deve propor aos/às discentes que optam por não frequentar as aulas do componente curricular de (ER) que garantam a carga horária letiva, e motivem esses/as discentes a frequentarem as aulas do componente de (ER), como aulas lúdicas e criativas onde eles /elas possam interagir com os conteúdos apresentados.

Após a análise dos dados obtidos na pesquisa de campo, a pesquisadora sugere ações como oficinas pedagógicas de jogos interdisciplinares para os/as discentes que optarem por não frequentar as aulas do componente curricular de (ER), podendo desenvolvê-los e utilizá-los na biblioteca ou no laboratório de informática replicando e compartilhando com toda a comunidade escolar.

---

<sup>165</sup> GIL, Antônio C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1995. p. 27.



### 3.1 Desafios da pesquisa e o perfil dos (as) docentes da UMEF “Izaltina Almeida Fernandes”

No que concerne ao estudo de caso aqui desenvolvido, destaca-se que as entrevistas foram aplicadas aos trinta e nove docentes que compõem a equipe pedagógica da (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes”, no turno vespertino, o que corresponde a 100% (cem por cento) dos/as docentes incluindo o/a docente do componente curricular de (ER). Durante a aplicação dos questionários encontrou-se três desafios relevantes para esta dissertação:

A rotatividade dos/as docentes do componente curricular de Ensino Religioso na UMEF. Izaltina Almeida Fernandes; A fragilidade de se trabalhar com o currículo de dois mil e oito, porque o município de Vila Velha está em processo de homologação do currículo atualizado de acordo com a BNCC; O PPP da UMEF Izaltina Almeida Fernandes, estava desatualizado desde 2008 e sua atualização para 2023, está ocorrendo neste último trimestre de 2022.<sup>166</sup>

Estes desafios não dificultaram a execução da pesquisa, ao contrário, instigou novas leituras e observações que contribuíram na elaboração das questões que constituem o questionário de entrevistas utilizados para a ida a campo. Desta forma, a aplicação dos questionários foi realizada pela pesquisadora no turno vespertino durante reunião coletiva com os/as docentes, o que oportunizou momentos de debates em relação à pesquisa enriquecendo o conteúdo proposto.

A primeira parte da entrevista é constituída de questões que recrutam informações sobre o perfil dos/as docentes. A segunda parte das entrevistas é composta por questões que indicam as compreensões destes docentes sobre o (ER), (PPP) e como eles/as percebem a inserção ou a ausência de ações pedagógicas sobre o componente curricular de (ER) Ensino Religioso no (PPP) da (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes”.<sup>167</sup>

Em relação a análise e tratamento dos dados, utilizou-se o método estatístico que, comungam com a perspectiva de Marconi e Lakatos, em relação ao método e as investigações científicas:

O método estatístico exerce papel importante em termos de procedimento numa investigação científica, não só por fornecer uma descrição quantitativa de fenômenos

---

<sup>166</sup> Informações obtidas e percebidas por esta pesquisadora durante os planejamentos pedagógicos ao atuar como pedagoga da UMEF. Izaltina Almeida Fernandes.

<sup>167</sup> Para mais informações, consultar o APÊNDICE D da pesquisa.

sociológicos, políticos, econômicos etc., mas também por se constituir em método de experimentação e prova, já que é método de análise.<sup>168</sup>

Visando a análise da constituição do perfil dos/as respondentes, apresenta-se brevemente as informações relevantes sobre o perfil destes professores/as que atuam na (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes” e participaram da pesquisa respondendo questões referente ao seu perfil pessoal.

Desta forma a questão 1- gráfico 1 busca investigar se os /as entrevistados aceitam participar da pesquisa proposta.

Gráfico 1: Aceita participar da pesquisa?



Fonte: Autora<sup>169</sup>

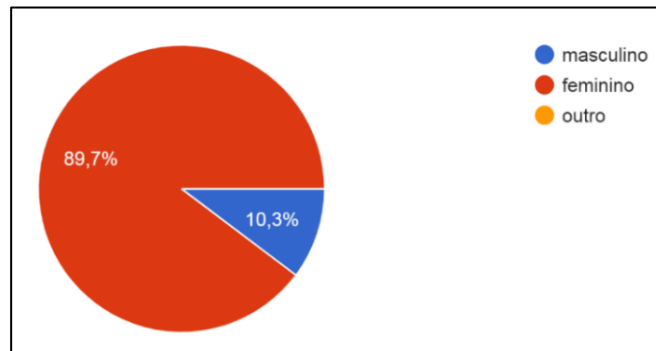
Dos 39 entrevistados todos responderam que aceitavam a participar da entrevista contribuindo com os dados coletados. O que corresponde a 100% (cem por cento) dos respondentes. Assim, prossegue-se para as próximas questões investigando o perfil individual de cada entrevistado:

Questão 2: Perfil dos entrevistados: Você se declara do sexo: masculino; feminino; outros?

<sup>168</sup> MARCONI, Marina A.; LAKATOS, Eva M. *Fundamentos da metodologia científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. p. 108-109.

<sup>169</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022

Gráfico 2: Perfil dos/as entrevistados/as



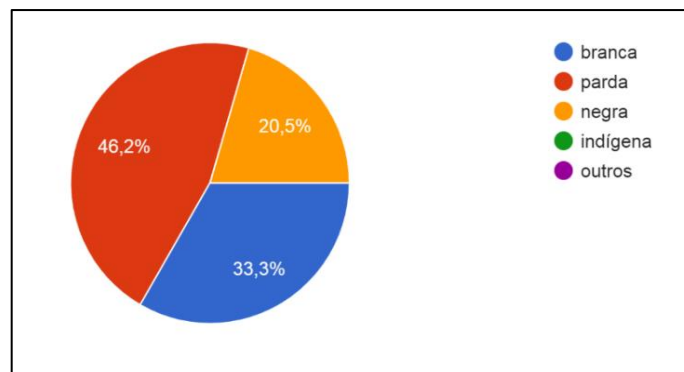
Fonte: Autora<sup>170</sup>

Os respondentes responderam que no que concerne ao gênero masculino ou feminino cerca de 89,7% são do sexo feminino. Enquanto que, 10,3% são do sexo masculino. A predominância do sexo feminino nas instituições educacionais relaciona-se com a identidade feminina que tem a educação básica, onde mesmo os espaços escolares que são dirigidos por homens trazem uma identidade feminina, o que tem sido alvo de discussões acadêmicas no sentido de demonstrar que é preciso romper com esse estigma, pois essa referência da predominância feminina na educação se deu devido a ida da mulher para o mercado de trabalho no século passado onde a educação foi um dos maiores nichos profissionais para a mulher. Porém atualmente esse quadro tem evoluído e as mulheres estão ocupando diferentes espaços profissionais e a escola por sua vez precisa ser constituída por bons profissionais independente do seu gênero sexual ou racial.<sup>171</sup>

Toma-se a próxima questão para conhecer como os /as professores /as da (UMEF) Izaltina Almeida Fernandes” se identificam quanto a sua raça/ cor.

Questão 3: Você se declara; branca, parda, negra indígena, outros?

Gráfico 3: Você se declara?



<sup>170</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

<sup>171</sup> BONATO, Nailda Marinho da Costa. A Escola normal: uma escola para mulheres? A formação de professores/as para o ensino primário no Rio de Janeiro do Império à República. In: CAMPOS, M. C. S. de S.; SILVA, V. L. G. da (org.) *Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente*. Bragança Paulista: Edusf, 2002. p.163-191.

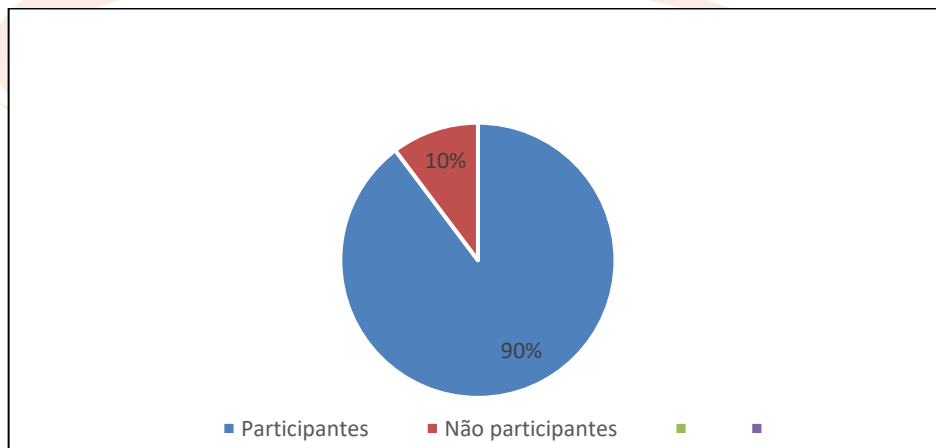
Fonte: Autora <sup>172</sup>

Outro fator relevante para se compreender o perfil dos/as docentes é a identidade étnica racial pois, dos trinta e nove respondentes, 33,3% se declararam brancos/as, 46,2% relataram que são pardos/as, enquanto que 20,5% se identificaram como negros/as. A maioria dos entrevistados se declararam parda, demonstrando a importância de se falar em diversidade cultural e respeito posto que esses dados evidenciam a pluralidade de raça existente em todo o território brasileiro.

A formação profissional é o principal requisito para se organizar o quadro da educação por isso se considera relevante averiguar o perfil acadêmico dos respondentes neste estudo.

Questão 4- perfil dos entrevistados: gráfico 4 - Qual o seu perfil acadêmico: graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado?

Gráfico 4: Perfil acadêmico dos/as docentes



Fonte: Autora <sup>173</sup>

Neste mesmo grupo de respondentes, encontram-se profissionais todos com graduação em nível de licenciatura ou bacharelado e destes profissionais, 94,9% são pós-graduados em áreas da educação e áreas afins, como educação inclusiva, supervisão escolar e psicopedagogia, totalizando 38 respondentes. E apenas dois professores /a que corresponde a 5,1% possui mestrado sendo um docente com mestrado acadêmico em educação em instituição pública e outro com mestrado profissional em Ciências das Religiões em instituição privada:

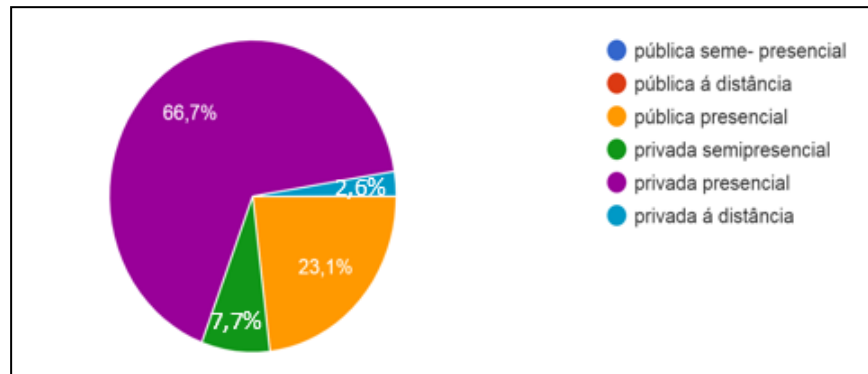
Para um melhor esclarecimento a questão de nº (5) cinco propõe esclarecer em que condições os/as docentes concluíram ou estão concluindo sua formação acadêmica.

<sup>172</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

<sup>173</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

Questão 5: Perfil dos entrevistados: Sua formação foi em Universidade ou Faculdade pública ou privada?

Gráfico 5. Formação em universidade pública ou privada



Fonte: Autora<sup>174</sup>

Destes entrevistados que participaram da pesquisa, ao declararem sobre sua formação acadêmica também registram que, 66,7% completaram seus estudos acadêmicos em universidades privadas no modo presencial, enquanto que 23,1% estudaram nas universidades públicas na modalidade presencial. Apenas 2,6% estudaram em universidade privadas na modalidade semipresencial<sup>175</sup>, enquanto outros 7,7% realizaram seus estudos em universidades privadas a distância. A amostra coletada nesta questão reflete a ausência de investimento na formação dos /as docentes por parte do governo e o possível descumprimento da Lei 9474/98 no que se refere aos investimentos na formação dos/as professores/as, em que o profissional que deseja se especializar em determinada área de ensino para qualificar seu trabalho precisa reprimir parte de seu salário para custear essa especialização/ formação. E desta maneira os Sistemas de Ensino continuam seguindo sem investir na garantia da formação dos /as professores a nível de graduação/ especialização *lati sensu* e *estricto sensu*. Fator que contribui para a manutenção de baixos salários e falta de qualidade na educação como um todo. Ressalta-se que dificuldade e /ou a falta de investimento público na formação dos / as docentes afeta também o acesso aos cargos e funções no campo da educação, sendo necessário averiguar como está a situação quanto ao regime de trabalho na escola pesquisada, demonstra a questão a seguir.

Questão 6: Perfil dos entrevistados: Você atua na Prefeitura Municipal de Vila Velha, na (UMEF) “Izaltina Almeida Frenardes” em qual regime?

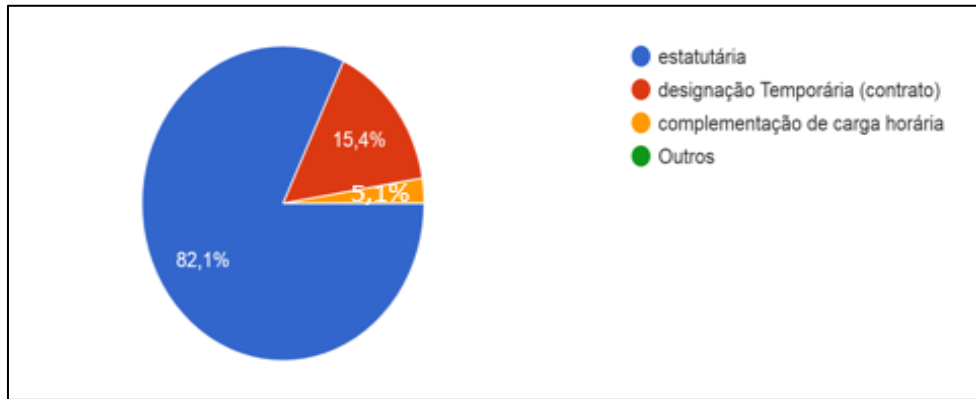
a) Estatutária

<sup>174</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

<sup>175</sup> Informa-se que o modo semipresencial de aula, consiste em o estudante estudar de forma virtual e ir a faculdade realizar as avaliações de forma presencial.

- b) Designação temporária (contrato)
- c) Complementação de carga horária
- d) Outros

Gráfico 6: Tipo de atuação profissional



Fonte: Autora <sup>176</sup>

No que tange ao regime de trabalho exercido na rede de ensino de Vila Velha o gráfico nº 6 demonstra que dos 100% dos/as respondentes, 82,1% registraram que são servidores/as estatutários. Enquanto que 15,4% são servidores/as em designação temporária. Cabe aqui destacar que os/as docentes atuam em outras instituições escolares no contra turno percorrendo redes de ensino estadual, municipal e privada. Destaca-se que 5,1% atuam na mesma escola como complementação de carga horária:

Os/as docentes que atuam na (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes” se destacam por apresentarem como características a assiduidade, a pontualidade e comprometimento em prestar um serviço colaborativo com a equipe gestora da escola, sempre interagindo e desempenhando seu papel enquanto mediadores da aprendizagem, facilitando aquisição da aprendizagem e da autonomia dos/as discentes que frequentam a referida escola.<sup>177</sup>

Frente aos dados recolhidos nas seis primeiras questões, pode-se pontuar a (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes”, possui profissionais com perfil potentes para continuar contribuindo com a qualidade da educação na referida escola. No entanto foi possível verificar a necessidade de pontuar no PPP da escola discussões com a comunidade escolar e com o Sistema de Educação de Vila Velha a garantia da implementação dos investimentos públicos nas formações dos /as docentes.

<sup>176</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

<sup>177</sup> Registros realizados por esta pesquisadora durante a ida a campo com a equipe gestora composta por “diretor, pedagogo e coordenador”.

Prossegue-se para a próxima seção onde a tratativa aborda a análise do Projeto Político pedagógico da (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes” e componente curricular de Ensino Religioso.

### 3.2 Análise e resultados: PPP e o Componente Curricular de Ensino Religioso

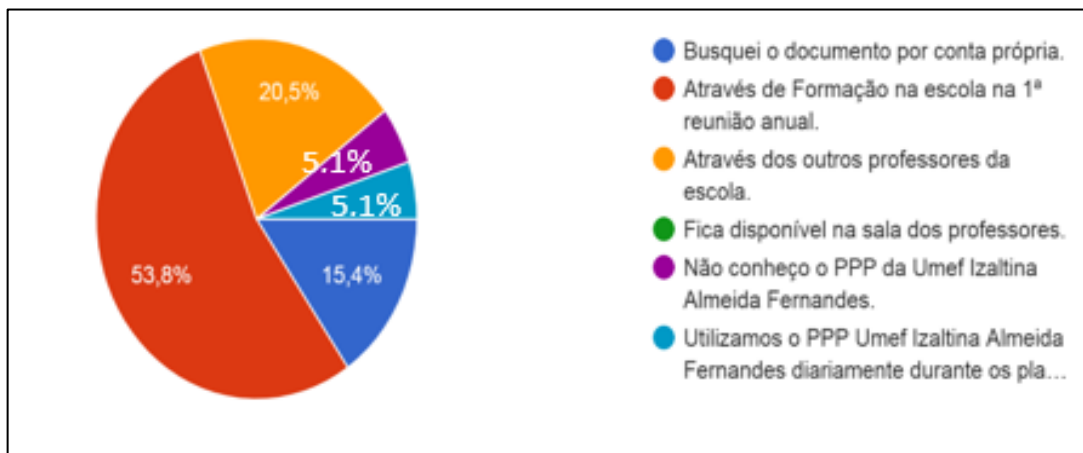
Passa-se agora a tratar dos dados referentes ao conhecimento dos/as docentes em relação ao Ensino Religioso e sua articulação no (PPP) da (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes”. Por isso a questão 7, questiona o/a docente se ele/a conhece o PPP e como teve acesso ao documento.

Questão 7: Como você conheceu o (PPP) da (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes”?

Para esta pergunta os/as respondentes tiveram como opção múltiplas respostas podendo marcar apenas uma opção a saber:

- Busquei o documento por conta própria;
- Através de formação na escola, na primeira reunião anual;
- Através de outros professores da (UMEF). “Izaltina Almeida Fernandes”;
- Fica disponível na sala dos professores;
- Não conheço o PPP da (UMEF). “Izaltina Almeida Fernandes”;
- Utilizamos o (PPP) da (UMEF). “Izaltina Almeida Fernandes”, diariamente durante os planejamentos.

Gráfico 7: Como você conheceu o PPP da UMEF Izaltina Almeida Fernandes?



Fonte: Autora<sup>178</sup>

<sup>178</sup> Gráfico 6: Tipo de atuação profissional

Observa-se ao ler o gráfico 7, que 15,4% dos respondentes buscaram a leitura do referido documento por conta própria, enquanto 53,8% leram o PPP em momentos formativos na escola como na primeira reunião anual. Outros docentes que correspondem a 20,5% conheceram o PPP por meio de outros professores/as da escola. Apenas 5,1% informaram utilizam o PPP da UMEF “Izaltina Almeida Fernandes” diariamente durante os planejamentos. E outros 5,1% desconhecem o PPP da escola.

Essa questão referente ao conhecimento do (PPP) é bastante relevante, porque este documento deveria direcionar todas as ações pedagógicas e administrativas da instituição escolar. A pesquisa possibilitou perceber o fato de que todos estão tendo acesso ao PPP, na escola em estudo, uma vez que a equipe pedagógica está em processo de reconstrução e avaliação das propostas pedagógicas para definir o PPP que será implementado em 2023.<sup>179</sup> Vale destacar que a porcentagem dos/as docentes que desconhecem o (PPP) pode ocorrer devido a organização fragmentação da carga horária disponibilizada mesma escola.

Prossegue-se para a questão 8, em que se busca compreender se todos os/as docentes participaram ou participam da elaboração do PPP na (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes”.

Questão 8: Você participou da elaboração do (PPP) na (UMEF). Izaltina Almeida Fernandes?

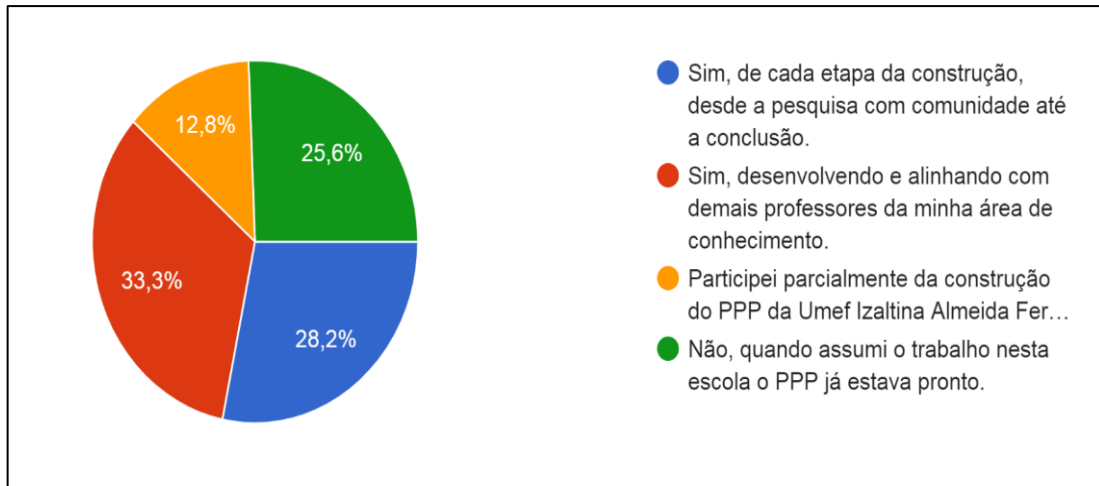
- a) Sim, de cada etapa da construção. Desde a pesquisa com a comunidade até a conclusão;
- b) Sim, desenvolvendo e alinhando com os demais professores/as da minha área de conhecimento;
- c) Participei parcialmente da construção do (PPP) da (UMEF). Izaltina Almeida Fernandes;
- d) Não, quando assumi o trabalho nesta escola o (PPP) já estava pronto;

---

<sup>179</sup> Registros realizados por esta pesquisadora durante a ida a campo com a equipe gestora composta por “diretor, pedagogo e coordenador”.



Gráfico 8: Participação na elaboração do PPP da UMEF “Izaltina Almeida Fernandes”



Fonte: Autora<sup>180</sup>

Nesta questão é possível identificar no gráfico nº8 que 28,2% dos respondentes participaram de cada etapa da construção do (PPP) acompanhando desde as primeiras fases dialogando com a comunidade até a conclusão com a aprovação através dos seguimentos escolares. Outros 33,3% responderam que participaram discutindo e alinhando seus programas e currículos com seus colegas de acordo com a área do componente curricular em que atuam em grupo durante os planejamentos das aulas ou via e-mail no drive. Enquanto que 25,6% dos respondentes informaram que quando assumiram suas atividades laborais na (UMEF). “Izaltina Almeida Fernandes”, o (PPP) já se encontrava pronto e ainda 12, 8% afirmam que participaram da elaboração do (PPP) na (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes”, parcialmente.

Esses dados apontam para as dificuldades que todas as escolas possuem ao discutir e planejar o (PPP) tendo que discutir as questões pertinentes sua elaboração por seguimentos e em horários de planejamentos, quando na verdade o (PPP) deveria ser discutido por todos juntos em tempo e espaço real possibilitando um olhar mais reflexivo e colaborativo no documento. Essas dificuldades nos remetem ao texto de Veiga, quando a autora destaca os impedimentos para elaboração da construção de um (PPP) efetivamente participativo e crítico.<sup>181</sup> Veiga referenda as principais dificuldades relatadas pelos/as docentes durante a pesquisa, como a ausência de tempo disponibilizado no calendário letivo para pensar e estudar sobre o (PPP) em horário de trabalho, já que os/as docentes da rede de Vila Velha não possuem dedicação exclusiva e precisam trafegar de um local para o outro, com curto tempo para se chegar ao outro local de trabalho; pouca ou nenhuma abordagem teórica e prática sobre o (PPP) durante os

<sup>180</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

<sup>181</sup> VEIGA, 2013, p. 17-18.

planejamentos na escola; acúmulo de atribuições para o pedagogo/a que interfere e compromete a inserção do (PPP) no cotidiano escolar.<sup>182</sup>

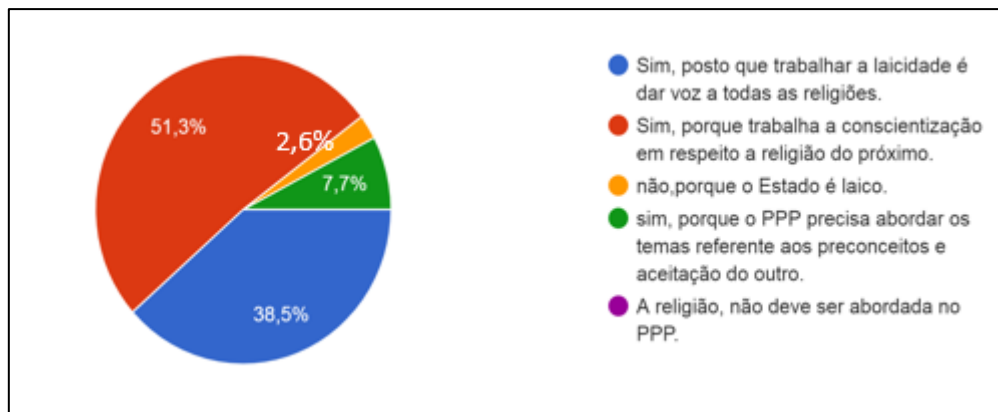
Ao apresentar esse cenário e corroborando com as obras já estudadas, toma-se os argumentos de Veiga, para pensar sobre a equipe escolar da (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes”. Nas palavras da pedagoga do turno vespertino, tem-se buscado realizar estudos e encontros quinzenais breves, porém produtivos para reconstruir o (PPP) da escola primando pela participação de todos e todas em seus respectivos seguimentos, desta forma foram criados grupos e comissões para discutirem as ações por subtemas e em reunião coletiva via *google meet* com o objetivo de fecharem as ideias centrais para 2023.<sup>183</sup>

Prossegue-se para a questão9, buscando compreender o que os/as docentes pensam a respeito da escola laica. Desse modo pergunta-se:

Questão 9- gráfico9- Segundo as Diretrizes Nacionais da Educação, a escola é laica. Você acha que devem ser abordados temas relacionados à religião no (PPP) da (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes”?

- a) Sim, posto que trabalhar a laicidade é dar voz a todas as religiões;
- b) Sim, porque trabalha a conscientização em relação a religião do próximo;
- c) Não, porque o Estado é laico;
- d) Sim, porque o (PPP) precisa abordar os temas ligados a religião.

Gráfico 9. Opinião acerca de temas relacionados ao Ensino Religioso na escola



<sup>182</sup> VEIGA, 2013, p. 32.

<sup>183</sup> Registros extraídos do caderno da pedagoga escolar: turno vespertino da UMEF Izaltina Almeida Fernandes.

Fonte: Autora<sup>184</sup>

Ao aferir a opinião do/as respondentes constatou-se que 100% dos entrevistados, ou seja, trinta e nove docentes se dispuseram em responder proporcionado a seguinte análise estatística ao ler o gráfico nº 9: 38,5% dos respondentes responderam que sim, que trabalhar a laicidade na escola é dar voz a todas as religiões. O quantitativo de 51,3% dos respondentes além de responderem que sim, evidenciaram que trabalhar a laicidade na escola é trabalhar a conscientização em relação a religião do próximo. Enquanto que apenas 7,7% ao responderem sim, enfatizaram que o (PPP) precisa abordar os temas ligados a religião, por considerarem, que a religião deve ser abordada na escola.

Vale destacar que neste grupo de respondentes 2,6% responderam que a religião não deve ser trabalhada na escola porque o Estado é laico. Entretanto, a maioria 97,5% dos respondentes dos/as docentes da (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes”, possuem a consciência de que o componente curricular de (ER) tem como uma de suas premissas conscientizar sobre o respeito e a tolerância à religião do outro e deve ser contemplado na construção e execução do (PPP) garantindo a comunidade escolar políticas educacionais e pedagógicas que contribuam para ações que refletem a tolerância religiosa na escola.

Sobre este assunto, Junqueira sugere olhar o componente curricular de (ER) sob as perspectivas das Ciências das Religiões, compreendendo que não existe verdade absoluta e que todos os fenômenos religiosos devem ser estudados e compartilhados com os membros da sociedade, para que possa colaborar para a construção de indivíduos pensantes e reflexivos com capacidade para dialogar sobre as diferentes religiões nos diversos contextos nos quais ele possa estar inserido.<sup>185</sup>

Nessa direção a questão 10, propõe investigar a abordagem em relação as metodologias utilizadas nas aulas do componente curricular de (ER) da (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes”.

Questão 10- gráfico 10- Você conhece as metodologias usadas nas aulas do componente curricular de (ER) da (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes”?

As respostas devem ser através de opções objetivas de múltipla escolha apenas uma opção.

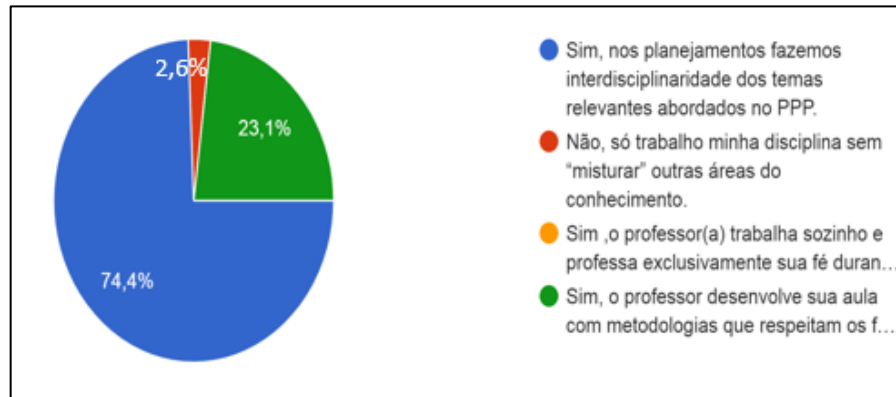
- a) Sim nos planejamentos fazemos interdisciplinaridade dos temas relevantes abordados no (PPP);

<sup>184</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

<sup>185</sup> SILVEIRA; JUNQUEIRA, 2020, p. 21-22.

- b) Não, só trabalho minha disciplina sem “misturar” outras áreas do conhecimento;
- c) Sim, o professor/a trabalha sozinho e professa exclusivamente sua fé durante as aulas de Ensino Religioso;
- d) Sim, o professor desenvolve sua aula com metodologias que respeitam os fenômenos religiosos e as diferentes crenças dos alunos.

Gráfico 10: Conhecimentos acerca das metodologias do ER na UMEF Izaltina Almeida Fernandes



Fonte: Autora<sup>186</sup>

Em resposta a décima questão, encontram-se representados no gráfico de nº 10 os seguintes dados: 74,4% responderam que sim, nos planejamentos fazem a interdisciplinaridade dos temas relevantes abordados no (PPP). Cerca de 2,6% dos respondentes afirmam que não, que só trabalham com sua disciplina, sem “misturar” outras áreas do conhecimento.

Mas, outros 23,1% afirmaram que sim, que conhecem e utilizam o componente curricular de (ER) porque o/a professor/a precisa desenvolver sua aula com metodologias que respeitam os fenômenos religiosos e as diferentes crenças dos/as alunos/as.

Destaca-se que (as) docentes que responderam que sim, que conhecem e utilizam as metodologias usadas nas aulas do componente curricular de (ER) demonstram comprometimento e empenho como seu exercício profissional. Segundo a (BNCC) o componente curricular de (ER) precisa abarcar como metodologia o diálogo, a reflexão e a criatividade e essas metodologias cabem em todos os demais componentes. E ainda ficou claro nesta questão, que os respondentes que representam os/as docentes possivelmente entendem metodologias como conteúdo em determinados momentos, o que representa a necessidade de formações específicas sobre metodologia e conteúdo curricular, pois metodologia vai gerar ou inferir sobre os procedimentos como apresentações teatrais, jogos virtuais, apresentação

<sup>186</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

musical, apresentação expositiva ou participativa, que delineiam as formas como os conteúdos podem ser ministrados. Assim, tanto a metodologia quanto os conteúdos do componente curricular de (ER) devem perpassar por outros componentes curriculares e outras áreas das ciências humanas. Mas é necessário que o /a docente tenha clareza do que é metodologia e do que é conteúdo.

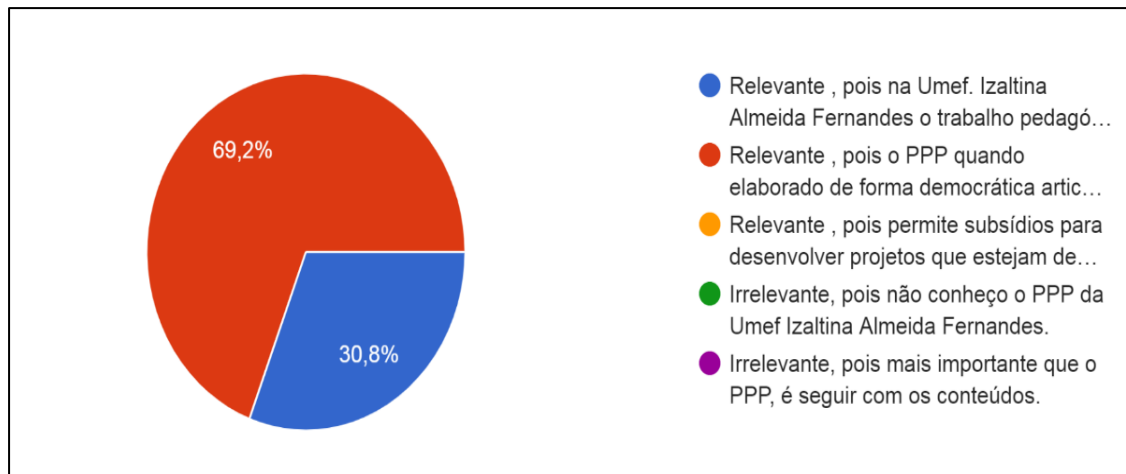
Diante desse contexto de trabalho voltado para a diversidade, torna-se relevante considerar que a instituição escolar é considerada o espaço social mais adequado para o desenvolvimento e formação científica e cultural dos indivíduos, preocupando-se com a preparação do/a discente para uma vida cultural, profissional e cidadã. Entretanto, a escola estaria preparada para receber um discente com vestimenta própria da religião a qual pertence? Ou um corte de cabelo diferente que fuja dos padrões e normas estipulados pela sociedade? Se ao chegar à escola caracterizado com adereços de sua religião ou até mesmo de sua cultura, e fosse tratado com deboche por seus colegas de turma, qual seria as atitudes e o comportamento dos/as docentes? Pensando nestas questões a próxima pergunta oportuniza reflexões sobre como propor uma melhor compreensão do quanto é positivo trabalhar de forma interdisciplinar com o componente curricular de (ER).

Ao longo desta dissertação, a revisão bibliográfica possibilitou a compreensão de que ninguém é igual ao seu semelhante, e a escola é espaço para aprender a conviver com o outro e colocar em prática a diversidade, a tolerância. Isto torna a articulação da relação entre o (PPP) e o componente curricular de (ER) fundamental para a aprendizagem dos/as discentes da (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes”. Desta forma, a questão 11 se propõe a buscar respostas sobre a importância do (PPP) para o componente curricular de (ER).

Questão 11- gráfico 11- Qual a importância do Projeto Político pedagógico – (PPP) para a área de conhecimento curricular de (ER) na UMEF “Izaltina Almeida Fernandes”?

- a) Relevante, pois na UMEF. “Izaltina Almeida Fernandes” o trabalho pedagógico ocorre de forma interdisciplinar;
- b) Relevante, pois o (PPP) quando elaborado de forma democrática articula todas as ações da escola;
- c) Relevante, pois permite subsídios para desenvolver projetos que estejam de acordo com a vida dos estudantes;
- d) Irrelevante, pois não conheço o (PPP) da (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes”;
- e) Irrelevante, pois mais importante que o (PPP), é seguir com os conteúdos.

Gráfico 11: Importância do PPP na UMEF Izaltina Almeida Fernandes

Fonte: Autora<sup>187</sup>

O gráfico referente a questão nº 11 evidencia que 69,2% dos respondentes acham relevante, a construção do (PPP) para a área do componente curricular de (ER) pois oportuniza ou cria possibilidades dessa elaboração ocorrer de forma democrática articulando todas as ações da escola. Já, 30,8%, acham relevante pois na (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes” o trabalho pedagógico ocorre de forma interdisciplinar e desta forma o (ER) deve ser contemplado no (PPP) para que todos os profissionais tenham acesso às informações quanto ao componente curricular em tese.

No entanto ao analisar o (PPP) da (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes” nos itens referente a formação e elaboração curricular, sentimos faltas de ações que comprovem as respostas demandas acima, não foram encontradas ações que motivam ou direcionam a formação ou debates sobre o componente curricular de (ER) articulados com outras áreas de conhecimento durante todo o ano letivo. Em todo o (PPP) foram encontradas apenas duas ações para o trabalho interdisciplinar: uma ação foi referente ao *bullying* e a outra em relação ao dia mundial da tolerância religiosa, e dois projetos escolares, um sobre o folclore e outro sobre a consciência a negra. Essas ações precisam ser ampliadas ou mais discutidas com os profissionais das diferentes áreas que formam o currículo escolar da UMEF)“Izaltina Almeida Fernandes” além de ouvir o que pensam os discentes sobre essas ações para que possa realizar a interdisciplinaridade nas aulas de forma a atender as demandas e objetivos da comunidade escolar docente e discente em relação ao (ER) e as demais áreas de conhecimento como por exemplo matemática, história, português entre outras que configuram o currículo escolar.

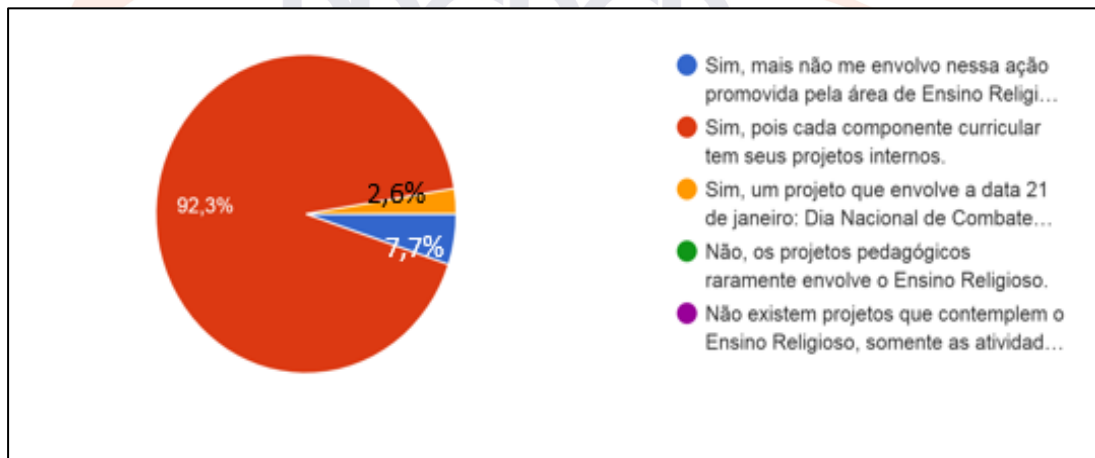
<sup>187</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

Ao percebermos a ausência de ações ou projetos mais articulados sobre o (ER) no (PPP) lançamos a próxima questão com o intuito de buscar respostas sobre as atividades que são desenvolvidas na (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes”

Questão 12- gráfico 12- No (PPP) da (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes” existem projetos ou atividades que contemplem o Ensino Religioso?

- Cada sim, mais não me envolvo nessa ação promovida pela área de Ensino Religioso;
- Sim, pois componente curricular tem seus projetos internos;
- Sim, um projeto que envolve a data 21 de janeiro: Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. Realizado no mês de novembro;
- Não, os projetos pedagógicos raramente envolvem o (ER);
- Não existem projetos que contemplem o (ER), somente as atividades da grade
- Curricular de (ER).

Gráfico 12: Projetos ou atividades complementares ao Ensino Religioso



Fonte: Autora<sup>188</sup>

Dos trinta e nove respondentes, 92,3% responderam que sim, que existem projetos, pois cada componente curricular tem seus projetos internos, ou seja, realmente não conversam entre a área de conhecimento do componente curricular de ER. Outros 7,7% responderam que sim, mais não me envolvo nessa ação promovida pela área do componente curricular de (ER). Por fim, apenas 2,6% responderam que sim, um projeto que envolve a data 21 de janeiro: Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, realizado no mês de novembro. Como confirmado nas questões anteriores o componente curricular de (ER) precisa ser mais

<sup>188</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

problematizado tanto no (PPP) quanto nos planejamentos semanais que ocorrem de maneira ordinária dentro do cronograma da equipe pedagógica.

Frente a este questionamento o docente que leciona para o componente de Ensino Religioso na UMEF. “Izaltina Almeida Fernandes” esclareceu as ações referente ao trabalho que é desenvolvido na escola referente ao dia mundial de intolerância religiosa, e sobre ações em sala de aula que são realizadas sobre a aceitação das diversidades religiosas a partir da característica da comunidade local, mas que infelizmente essas ações ainda precisam ser transcritas para o (PPP), para que possam ser validadas e reconhecidas pela comunidade escolar.

Ao analisar o (PPP) nas páginas que se referem ao componente curricular de (ER) foi possível verificar que o comprometimento do pedagogo/a junto aos/às docentes é fundamental, e isso ocorre por meio do diálogo entre os mesmos, a fim de alcançar a construção da relação de mediação. O trabalho da equipe pedagógica influencia no dia a dia dos/as docentes e dos/as discentes, exigindo uma avaliação sistematizada e constante da atuação do docente.

Considerando esses pressupostos, e em articulação com as competências gerais da BNCC, a área de (ER) e, por consequência, o componente curricular de (ER) devem garantir aos discentes o desenvolvimento das seis competências específicas de ensino religioso para o Ensino Fundamental.

Cabe ao Ensino Religioso tratar os conhecimentos religiosos a partir de pressupostos éticos e científicos, sem privilégio de nenhuma crença ou convicção. Isso implica abordar esses conhecimentos com base nas diversas culturas e tradições religiosas, sem desconsiderar a existência de filosofias de vida.<sup>189</sup>

Em consonância com as competências referente ao (ER), a (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes” participa de duas ações coletivas via rede de ensino, que destacam a área de conhecimento do componente curricular de (ER), sendo a primeira o projeto: “Entre versos e rimas”, que é promovido pela Gerência de Projetos Educacionais/Coordenação de Bibliotecas da Prefeitura Municipal de Vila Velha (PMVV), esse projeto é um concurso no qual são selecionadas produções de discentes e servidores. O (ER) entra na categoria, Diversidade Religiosa de Vila Velha. Essa ação acontece na primeira quinzena de agosto todos os anos.<sup>190</sup>

A segunda ação ocorre na primeira quinzena de do mês de abril, onde o tema *bullying* ganha destaque entre as atividades escolares de toda a rede de ensino. Desde 2016, o Brasil instituiu o dia 7 de abril, como “O Dia Nacional de Combate Ao *Bullying*” e à Violência na Escola. Esta data é destacada na (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes”, com o objetivo de

<sup>189</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017, p. 436.

<sup>190</sup> UMEF IAF, 2018, p. 26.



promover o respeito, a tolerância e o diálogo entre todas as religiões existentes no mundo, que pregam como princípio a bondade, tendo como culminância a confecção de um mural sobre as diferentes formas de evitar o *Bullying*. Porém, mesmo com as duas ações previstas para serem trabalhadas na escola a nível de sistema, 92,3% dos respondentes relatam que trabalham de forma interna seus projetos, evidenciando o tema apenas no projeto “Folclore – Resgatando as raízes culturais” realizado pelos servidores da biblioteca e da “consciência negra” realizado pelos docentes de língua portuguesa e história.<sup>191</sup> Assim, entende-se que uma instituição escolar que pretende dar conta de desenvolver a interdisciplinaridade entre o componente curricular de (ER) e as demais áreas do conhecimento indicam que precisam compreender e desenvolver o diálogo inter-religioso no ambiente escolar sem conflitos.<sup>192</sup>

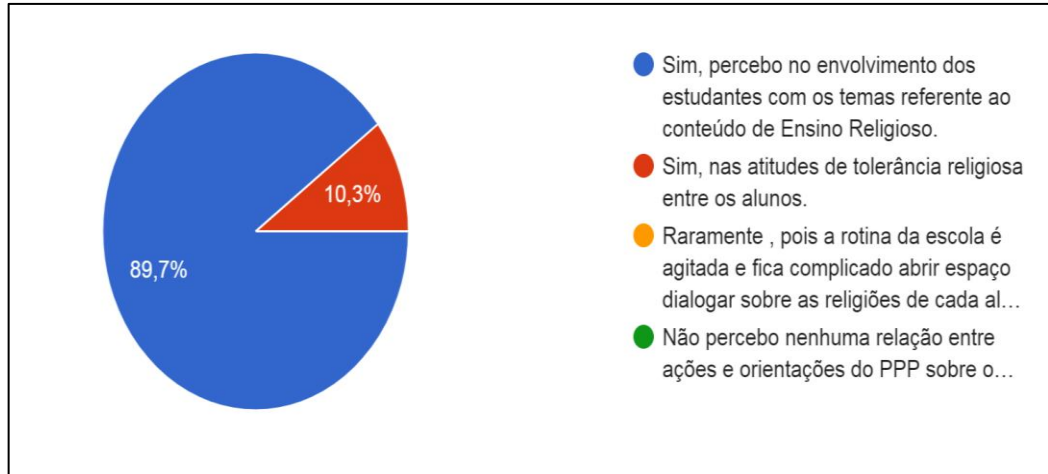
Questão 13- gráfico 13-: Você consegue identificar no (PPP) da (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes” se as aulas do componente curricular de Ensino Religioso contemplam o diálogo inter-religioso?

- a) Sim, percebo no envolvimento dos estudantes com os temas referentes ao conteúdo de Ensino Religioso;
- b) Sim, nas atitudes de tolerância religiosa entre os alunos;
- c) Raramente, pois a rotina da escola é agitada e fica complicada abrir espaço dialogar sobre as religiões de cada aluno;
- d) Não percebo nenhuma relação entre ações e orientações do (PPP) sobre o diálogo Inter-Religioso.

Gráfico 13: Aulas do Ensino Religioso e o Diálogo Inter-Religioso

<sup>191</sup> UMEF IAF, 2018, p. 32-33.

<sup>192</sup> UMEF IAF, 2018, p. 32-33.



Fonte: Autora<sup>193</sup>

Dos 100% dos respondentes, 89,7% afirmaram que sim, que conseguem perceber no envolvimento dos/as estudantes os temas referentes ao conteúdo de (ER) o diálogo inter-religioso. Enquanto outros 10,3% dos respondentes relataram que o diálogo inter-religioso é contemplado nas aulas do componente de (ER) quando apresentadas atitudes de respeito e tolerância religiosa entre os colegas.

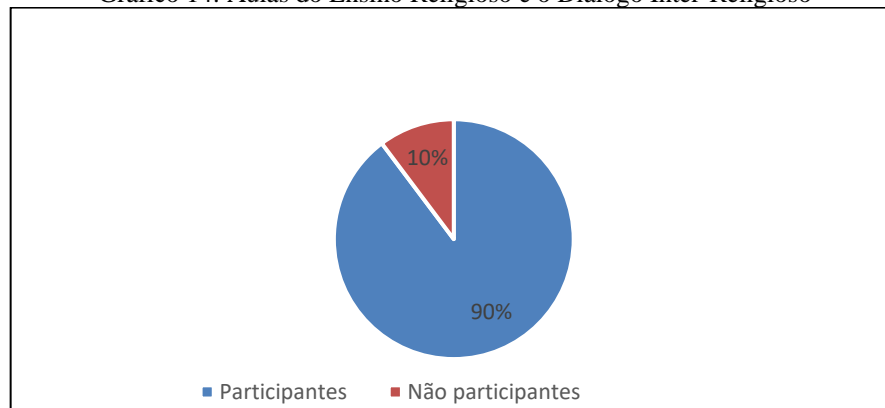
Apesar desta visão dos/as docentes, no (PPP) a questão do diálogo inter-religioso é complexa para ser inserida sem nenhum estudo prévio sobre esse tema. Segundo Frank Usarski, da Antiguidade até o período do iluminismo, o “outro”, o estrangeiro, o diferente era considerado bárbaro, inferior primitivo. Com o advento da razão científica, passou-se a enxergar este “outro” como um objeto a ser estudado, incluindo seus ritos, seus textos, sua forma de lidar com a transcendência ou com as questões essenciais da existência. Naquele momento, de uma certa maneira, também nascia o que hoje conhecemos como Ciência (s) da Religião. Ou seja, o diálogo inter-religioso deve ser estimulado no ambiente escolar para que todos e todas tenham acesso à cultura e a religião do outro sem preconceito.<sup>194</sup> Logo a próxima questão contempla a temática do diálogo inter-religioso.

Questão 14: O que compreendem por diálogo inter-religioso? Sobre esta questão, os participantes responderam com frases curtas assim transcritas para o estudo em foco. Ressalta-se que nesta questão, dos trinta e nove respondentes apenas trinta e uma pessoas responderam à questão o que corresponde a 79% dos participantes os quais foram identificados por números ordinais sequenciais.

<sup>193</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

<sup>194</sup> USARSKI, Frank. *A Ciência da Religião como disciplina auxiliar da Teologia das Religiões*. Pistis & Praxis, 2014, vol. 6, n.2, p. 719-736.

Gráfico 14: Aulas do Ensino Religioso e o Diálogo Inter-Religioso

Fonte: Autora<sup>195</sup>

Destes participantes, o quadro a seguir explicita de maneira descritiva as respostas:

Quadro 01: Respostas dos participantes das aulas do Ensino Religioso e o Diálogo Inter-Religioso

ENTREVISTADO	RESPOSTAS
1	‘Acho esse assunto pessoal’.
2	‘Não sei falar sobre o assunto abordado’.
3	‘Tolerância e compreensão’.
4	‘Respeitar o próximo’.
5	‘É promover a unidade entre igrejas e religiões, afirmando que, embora existam diferenças, é possível a convivência e o respeito’.
6	‘É dialogar, mas também respeita a religião de cada uma, ou seja, mutualmente’.
7	‘É o diálogo e o respeito entre as religiões’.
8	‘Confissão de fé independente de cada religião’
9	‘Uma conversa respeitosa e sem preconceito’.
10	‘A capacidade de dialogar sem impor suas convicções religiosas.’
11	‘É a ideia da busca de supremacia mundial e deve ter sempre o diálogo entre todos’.
12	‘Diálogo com todos os tipos de crenças e religiões’.
13	‘Promover um esclarecimento entre igreja e religiões, pois embora existam diferenças, é possível a convivência e o respeito’.
14	‘É um diálogo da pluralidade de cada aluno com respeito e baseado na herança cultural dos indivíduos da região’.
15	‘Conversa sobre religião, Deus’.
16	‘Diálogo entre as religiões buscando o senso comum, respeito entre as religiões’.
17	‘Respeito ao outro, empatia, etc.’
18	‘É respeitar a religião do próximo’.
19	‘De ideias de diferentes religiões’.
20	‘O conteúdo trabalhado em todas as disciplinas’.
21	‘Diálogo entre as religiões buscando o senso comum, respeito entre as religiões’.
22	‘É aquele onde há respeito mútuo entre as diferentes religiões’.
23	‘É a construção de pontes e identificação das mesmas entre uma religião e outra’.
24	‘Cada um fala sua opinião, e sua certeza do que acredita e conhece’

<sup>195</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

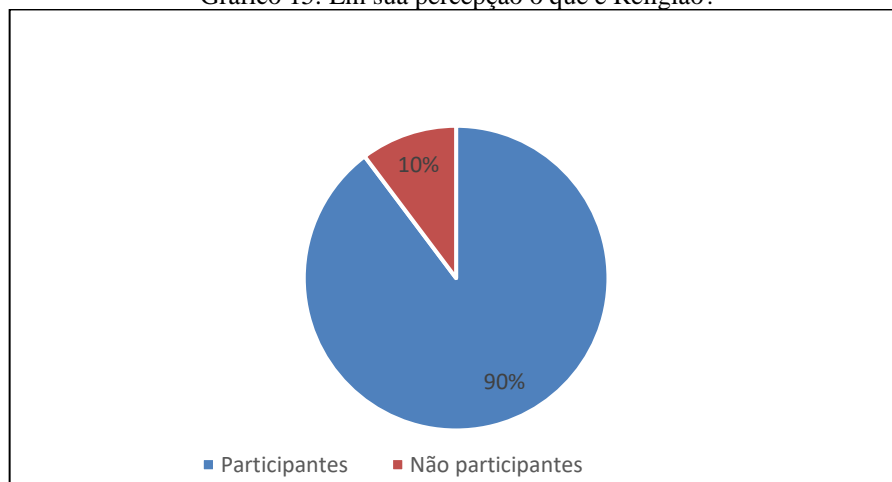
25	‘Abordar temas sem preconceitos, respeitando a preferência de cada indivíduo’.
26	‘No meio onde vivemos devemos respeitar as diferenças e ter respeito com o próximo’.
27	‘Conversar sobre todos os aspectos religiosos com respeito’
28	‘Diálogo entre as religiões buscando senso comum’.
29	‘Dialogar e ser respeitar mutuamente’.
30	‘É o diálogo entre pessoas ou grupos de pessoas de religiões diferentes de forma respeitosa, onde cada um respeita o ponto de vista do outro’.
31	‘Conversar com outras pessoas com crenças diferentes que a minha’.

Fonte: Autora<sup>196</sup>

As respostas que os /as docentes descreveram sobre o que pensam a respeito do que compreendem sobre o diálogo inter-religioso leva-nos a perceber que a concepção sobre o diálogo inter-religiosos corresponde a noção de respeito ao outro e valorização da vida humana.<sup>197</sup> O respeito a perspectiva da pluralidade cultural, percebendo-a como fator elementar para os dias de hoje.

Sobre essa temática do diálogo inter-religioso, a (BNCC) orienta as habilidades e as competências que devem ser conhecidas e trabalhadas por todos os (as) docentes que atuam com o Ensino fundamental. As habilidades e objetivos da (BNCC) ao serem internalizadas, garantem a prática da maioria das concepções sobre o diálogo inter-religioso relatadas nesta questão e ampliam a profundidade do assunto. Segundo a normativa da (BNCC) o conceito do diálogo inter-religioso amplia de forma crítica, ética e respeitosa a identidade e a cultura de todas as crenças e filosofias de vida, assim possibilitando o amplo debate sobre essa temática na (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes”, para a qual foi estabelecida a seguinte questão15: Em sua percepção o que é Religião?

Gráfico 15: Em sua percepção o que é Religião?



Fonte: Autora<sup>198</sup>

<sup>196</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

<sup>197</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017, p. 436.

<sup>198</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

Ao serem questionados sobre o que compreendem como Religião, dos trinta e nove participantes da pesquisa somente trinta e cinco responderam. O que configura aproximadamente 90 % dos participantes. A manifestação das suas respostas encontra-se no quadro a seguir.

Quadro 02: Resposta dos entrevistados sobre o que compreendem como Religião

ENTREVISTADO	RESPOSTAS
1	'Pessoas que buscam no sobrenatural, respostas para questões não respondidas na vida terrena'.
2	'Amor e respeito as diferenças e ao próximo'.
3	E uma crença que acredito e sigo'.
4	'A religião é definida como um sistema sociocultural de comportamentos e práticas, moralidades, crenças, visões de mundo, textos considerados sagrados, lugares santificados, profecias, ética'.
5	'É um conjunto de princípios e crenças, baseado na Bíblia'.
6	'É uma crença'.
7	'Postura moral de fé de cada indivíduo'.
8	'Crença em alguém ou algum princípio'.
9	'A conexão com algo que não posso ver, mas me permite buscar e tentar ser melhor como ser humano'.
10	'É o respeito, amor, empatia pelo o próximo. Saber olhar para si mesmo, tentando sempre o melhorar o há dentro de si mesmo. Em busca de sua evolução espiritual e amor à Deus e ao próximo'.
11	'Penso que é algo que te orienta'.
12	'Uma concepção futura sobre o inexplicável'.
13	'Religião é crer em algo que nos faz bem, é exercer a fé e o amor ao próximo!'.
14	'Religião é uma fé que fortalece o ser humano e faz refletir tentando ser uma pessoa melhor'.
15	'É a crença de fé onde existe o sobrenatural atrelado ao destino de cada um'.
16	'Conjunto de crenças e práticas sociais relacionadas com noção do sagrado'.
17	'É o que cada pessoa acredita'.
18	'Religião é o que nos liga ao Sagrado'.
19	'Aquilo que se acredita'.
20	'É uma organização de ideias religiosas obedecendo as regras e ordens'.
21	'Crenças diferentes'.
22	'Um estilo de vida'.
23	'É o que cada pessoa acredita'.
24	'É o conjunto de crenças e práticas sociais ligadas à noção do sagrado'.
25	'Religião significa religar, alguém que está desligado de algo, conexão de alguém com algo. Um tema muito importante porque cada vez mais estamos menos desconectados em nossos relacionamentos'.
26	'Religião significa religar o homem a Deus'.
27	'É a orientação de cada um, no credo religioso de sua preferência'.
28	'Postura moral e intelectual que resulta em uma crença'.
29	'Crê em Deus'.
30	'No que cada ser Humano acredita'.
31	'Contato que pessoa tem fé'.
32	'Religião é o que nos liga ao sagrado'.
33	'É aquilo que acredito e vivo'.
34	'É pessoal'.
35	'É a crença num determinado contexto'.

Fonte: autora<sup>199</sup>

<sup>199</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

Os respondentes demonstram uma visão fragmentada da concepção de Religião que reflete a história do Ensino Religioso confessional e catequizador, ao mesmo tempo em que já aparecem definições mais reflexivas. No entanto é preciso destacar que a Religião precisa ser concebida no contexto escolar com uma identidade sólida, com pressupostos pedagógicos tendo os fenômenos religiosos como seu objeto central e fundamentando-se nas ciências.<sup>200</sup>

Prossegue-se para a seção que apresenta a percepção dos/as docentes em relação as atitudes de intolerância que possam ocorrer na (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes”, as contribuições destes profissionais em relação aos conteúdos curriculares determinam como podem ser abordado nas aulas do componente curricular de (ER), que norteiam a elaboração da sugestão de oficinas de jogos pedagógicas para suprir a carga horária dos/as discentes que por ventura venham utilizar do seu direito de não participar das aulas deste componente curricular.

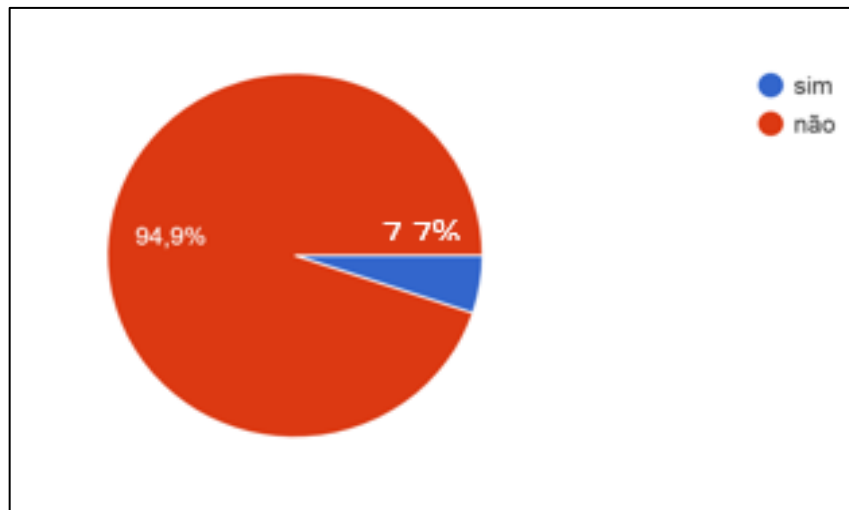
### 3.3 Propostas de alterações do PPP da UMEF “Izaltina Almeida Fernandes”

Nesta seção da pesquisa busca-se propor alterações no (PPP) da (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes”, a partir das contribuições dos/as docentes que participaram das entrevistas e da reunião explicativa sobre a dissertação, realizada por esta pesquisadora. Até este momento da pesquisa foi possível constatar que os (as) discentes tentam dentro de suas possibilidades articular suas áreas de conhecimento com os conhecimentos pertinentes ao (ER), tanto na sala de aula quanto no (PPP)

Questão 16: Você presenciou atitudes de intolerância religiosa em sala de aula?

---

<sup>200</sup> PASSOS, 2007, p. 34.

Gráfico 16: Atitudes intolerância religiosa em sala de aula<sup>201</sup>Fonte: Autora<sup>202</sup>

Dentro desse cenário participativo sete virgula sete por cento dos respondentes relatam que já presenciaram atitudes de intolerância religiosa em sala de aula na (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes”, esse dado mesmo parecendo ser pequeno não deve passar como irrelevante nesta pesquisa e nem mesmo para os leitores pois ainda que 94,9% dos 100 % dos respondentes relataram que nunca presenciaram tal situação em sala de aula. E apenas 7,7% responderam que já presenciaram atitudes de intolerância religiosa em sala de aula. Esse quantitativo de respostas ainda que inferior, demonstra o quanto é importante a equipe pedagógica da escola estar motivada e empenhada para trabalhar as temáticas relacionadas ao Ensino Religioso não só em sala de aula, mas em outros ambientes também. Nesse sentido a participação de toda a equipe da (UMEF) na construção e reconstrução do PPP assegura o pensar coletivo em ações para banir as atitudes de intolerância e preconceito na escola

A seguir prossegue-se com as sugestões para que se possam trabalhar os fenômenos religiosos no contexto da (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes”, principalmente com os/as discentes que optam por não frequentar as aulas do componente curricular de (ER). Logo, os/as docentes precisam compreender que quando não constroem ou não promovem atividades extracurriculares, estão contribuindo para evolução equivocada dos preconceitos e da privação dos direitos.

Desta forma a questão 17, convida os respondentes a contribuírem com a pesquisa escrevendo duas sugestões para o trabalho com os fenômenos religiosos no contexto da

<sup>201</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

<sup>202</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

(UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes”. Dentre as sugestões, o respeito às diferenças, a tolerância, a empatia e a diversidade foram as que mais pareceram, seguidas de temas como o *bullying*, valores humanos, valores familiares, cuidado com o próximo. Os respondentes também sugeriram: Trabalhar com temas que envolvam respeito, tolerância, diversidade. Reflexões sobre costumes e valores das diferentes religiões existentes na sociedade, explorando os conteúdos de maneira interdisciplinar, com atividades que estimulem o diálogo e o respeito entre religiões.

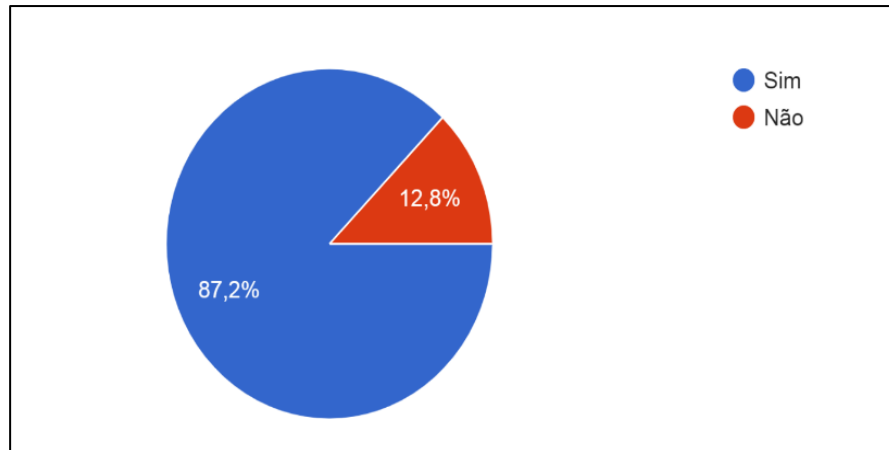
Desse modo os respondentes indicaram que, a escola deve promover apresentações teatrais, confecção de jogos e dramatizações para que de forma lúdica e interdisciplinar os/as discentes possam conhecer e se envolver com os diferentes valores. Apresentações culturais envolvendo as diferentes manifestações religiosas presentes no Brasil, além do uso de reportagens atuais envolvendo questões religiosas, como forma de promover o respeito às religiões diversas.

Outras sugestões que foram registradas relatadas pelos respondentes e são válidas para a escola são: saber o motivo da migração de religião dos/as alunos, que parece ser mais um fenômeno de influência que de crença. Sugerir que todas as aulas sejam elaboradas sem abordar credo religioso, valorizando a opinião dos outros. E ainda que o estudo do artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que fala sobre religião, objetivando enfatizar o direito de cada um praticar sua fé possa ser praticado na escola, por meio do diálogo religioso e a compreensão de si mesmo e sua compreensão de mundo. Debate com os alunos sobre opções religiosas e quais eram as principais religiões no Brasil.

Destaca-se que os/as docentes não apontaram sugestões envolvendo a robótica, a tecnologia e a biblioteca com o componente curricular de (ER), mesmo estes apoios e áreas pedagógicas estando presente no cotidiano da escola e no (PPP), demonstrando a necessidade de novas propostas para envolver estas temáticas.

A questão 18- pergunta aos respondentes se eles (as) conhecem os conteúdos do componente curricular de (ER), Sobretudo a partir das contribuições das Ciências das Religiões e da (BNCC).

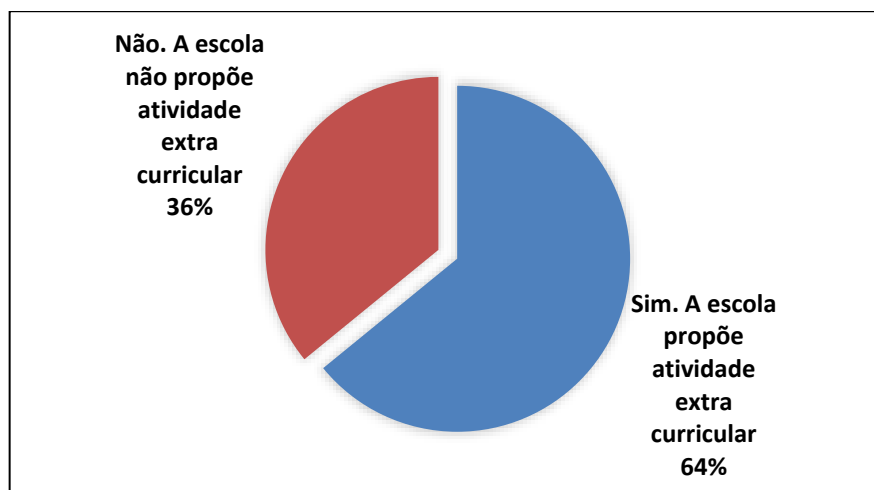


Gráfico 17: Conhecimento acerca dos conteúdos curriculares do Ensino Religioso<sup>203</sup>Fonte: Autora<sup>204</sup>

Logo, dos trinta e nove respondentes 87,2% responderam que sim, que conhecem os conteúdos e apenas 12,8 % responderam que desconhecem os conteúdos abordados nesta questão. De tal modo que a próxima questão pretende saber se a (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes” apresenta atividades extracurriculares para os/as discentes que optam por não frequentar as aulas do componente curricular de (ER).

Questão 19: A escola propõe atividade extra curricular para os /as discentes que não frequentam as aulas de (ER)?

Gráfico 19: A escola propõe atividade extra curricular para os /as discentes que não frequentam as aulas de (ER)?

Fonte: Autora<sup>205</sup>

<sup>203</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

<sup>204</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

<sup>205</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

Vale destacar que na (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes” os dados obtidos contrariam os dados teóricos do (PISA), pois segundo dados da secretaria da escola todos os discentes nos últimos dois anos assistem as aulas do componente curricular de (ER).

Sobre este assunto, a observação realizada durante a aplicação da entrevista proporcionou diálogos com o o/a auxiliar de secretaria que esclareceu que durante o período de matrícula os responsáveis pelos/as discentes questionam sobre como será ministrado as aulas do componente curricular de (ER), assim como qual a Religião do/a docente deste componente. Os pais ou responsáveis que ficam mais preocupados com as metodologias e conteúdo das aulas são encaminhados ao pedagógico da escola para dialogarem sobre a temática, e acabam optando pela frequência de seus/as filhos/as às aulas de ER)

Porém é fato comprovado no (PPP) da (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes”, que caso o/a discente venha optar por não assistir as aulas de (ER) não há um planejamento de atividades para atender esse público, como orienta as diretrizes curriculares e a (LDB).

Deste modo, a análise evidencia a relevância do produto pedagógico que resulta desta dissertação de mestrado profissional, o qual tem por finalidade propor a equipe pedagógica da (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes”, uma oficina pedagógica lúdica, interdisciplinar e interativa em que os/as discentes ao optarem por não assistir às aulas do componente curricular de (ER) possam elaborar sob a orientação pedagógica jogos, trilhas e teatros que envolvam o respeito a diversidade e tolerância religiosa.

A “Oficina interativa interdisciplinar” como será chamada constitui um conjunto de atividades adaptadas para os (as) discentes que optarem por não assistir as aulas do componente curricular de (ER) após prévia autorização e conhecimento dos responsáveis farão a confecção dos materiais da seguinte forma: “Oficina interativa interdisciplinar; Público alvo: Discentes que optaram por participar das aulas do componente curricular de Ensino Religioso. Objetivo: Elaborar e produzir jogos, trilhas pedagógicas e teatros sobre temas que envolvem o diálogo inter-religioso, a tolerância e o respeito as diferenças. Desenvolvimento:

- a) assistir sob a supervisão de um profissional da equipe pedagógica ao filme: “guerra das cores”, disponível: [www.youtube.com.br](http://www.youtube.com.br);
- b) produzir jogos da memória com materiais recicláveis como papelão, embalagens etc., sobre a diversidade cultural;
- c) elaborar sequencia teatral sobre os valores humanos envolvendo personagens lúdicos;

- d) elaborar jogos de tabuleiro que possam abordar a temática do *bullying* entre os colegas;
- e) montar danças e coreografias com músicas que destacam o respeito ao outro.

Esse material deverá ser orientado e acompanhado pelo pedagógico da escola e por professores que trabalham de forma interdisciplinar seus currículos, devendo após correção e avaliação ser exposto e divulgado na biblioteca ou no laboratório de informática da instituição escolar.<sup>206</sup>

Para concluir esse capítulo vale ressaltar algumas intervenções para enriquecer o (PPP) da (UMEF)“Izaltina almeida Fernandes” no sentido de relacionar o componente curricular de (ER) com as demais áreas de conhecimentos, proporcionando aos discentes uma escola que pensa e articula suas ações na perspectiva da construção de cidadãos críticos e participativos, não com dias específicos para falar sobre religião e intolerância, mas embasando todos os saberes a partir dos fenômenos que permeiam a vida humana , desta forma o (PPP) pode : a) articular atividades extracurricular com outros componentes a partir da realidade da comunidade local como por exemplo dialogando sobre o respeito e a tolerância nos esportes; b) podem pensar em trabalhar os símbolos religiosos e a identidade religiosa a partir dos conhecimentos de matemática e arte por exemplo: c) as aulas de história , língua portuguesa e ciências podem articular as habilidades referentes as manifestações culturais e a linguagem de cada religião, evidenciando aquelas que predominam na comunidade escolar; d) realizar eventos extracurriculares para apresentar as culturas e as características das religiões não predominantes. Entre tantas outras ações que devem ser pensadas e organizadas pelo coletivo da escola.

<sup>206</sup> Elaboração própria, dados inéditos, 2022.

## CONCLUSÃO

Ao analisar o componente curricular (ER) no (PPP) da (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes”, em Vila Velha (ES), foi possível constatar que a escola em questão aborda duas ações previstas no calendário letivo referente ao *bullying* e ao dia mundial de tolerância religiosa, além de projetos pedagógicos sobre o folclore e a consciência negra. Entretanto os objetivos e as habilidades para o componente curricular de (ER) previsto na (BNCC) devem constar desde a elaboração do (PPP), seguindo a perspectiva do currículo intercultural considerando os fenômenos culturais e religiosos que constituem a identidade de uma sociedade.

Desse modo, as assimilações concebidas nesta dissertação demonstram o engajamento dos/as docentes em desenvolver um trabalho pedagógico voltado para a construção de uma sociedade democrática e plural articulada à emancipação social dos envolvidos por meio das aulas do componente curricular de (ER), de maneira a contribuir com outros profissionais da educação, pois, segundo dados da Prova Brasil, 47% (quarenta e sete por cento) dos/as discentes optam por não cursar as aulas do componente curricular de (ER) no estado do Espírito Santo e as escolas acabam por deixando-os em aula vaga, por não ter outra opção metodológica que atenda este fim.<sup>207</sup> Logo, elaborou-se a “Oficina Lúdica Interdisciplinar” para ofertar alternativa didático-pedagógica para que a escola não fique sem poder contribuir com a formação dos sujeitos em gozo do seu direito de abster-se da frequência das aulas, mas que possa oferecer acesso aos conhecimentos sobre as Ciências das Religiões.

Considerando a importância de dialogar sobre os fenômenos religiosos, propõe-se sugestões curriculares e interdisciplinar para a (UMEF) “Izaltina Almeida Fernandes” com o intuito de alinhar os procedimentos metodológicos necessários para a execução do estudo que promovam avaliação e adequação do seu (PPP) contemplando projetos ou estratégias que abordem questões referentes a intolerância religiosa na sala de aula.

Deste modo, ao finalizar esta dissertação, reforça-se a proposta em adotar as Ciências das Religiões como modelo para a construção epistemológica do componente curricular de (ER), com o intuito de proporcionar base teórica e metodológica que se relacione com as discussões sobre as práticas pedagógicas previstas no (PPP).

---

<sup>207</sup> MEC, [s.d.], [n.p.].

## REFERÊNCIAS

- ATAÍDE, Marlene A.; GUIMARÃES, Jayson. A. M. A. P. V. Diversidade cultural e intolerância religiosa: uma afronta aos direitos humanos, uma questão de educação. *Revista Momento: diálogos em educação*, Rio Grande, v. 26, n. 2, p. 297-312, 2017. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/download/7105/5005>. Acesso em: 13 jan. 2022.
- ANDRADE, Beatriz O. *Processos de inclusão na escola: percepção de conselheiros escolares*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.
- BARBOSA, Karla C. R. S. *Ensino religioso em escolas públicas de Vila Velha (ES): avaliação e proposta*. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2018.
- BASTOS, João B. *Gestão democrática*. Rio de Janeiro: DPE, 2003.
- BENEVIDES, Maria V. M. *A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular*. São Paulo: Ática, 1991.
- BITTENCOURT FILHO, José. *Matriz religiosa brasileira: religiosidade e mudança social*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BONATO, Nailda Marinho da Costa. A Escola normal: uma escola para mulheres? A formação de professores/as para o ensino primário no Rio de Janeiro do Império à República. In: CAMPOS, M. C. S. de S.; SILVA, V. L. G. da (org.) *Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente*. Bragança Paulista: Edusf, 2002. p.163-191.
- BORIN, Cláudio L. *História do Ensino Religioso no Brasil*. Santa Maria: UFSM, 2018.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. [Fixa as diretrizes e bases da educação nacional]. Brasília: Presidência da República. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722nor-maualizada-pl.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2021.
- BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. [Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional]. Brasília: Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 20 fev. 2022.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 05 jan. 2022.
- BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 9.475, de 22 de julho de 1997a*. [Dá nova redação ao art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional]. Brasília: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/19475.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19475.htm). Acesso em: 23 dez. 2021.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual*. Brasília: MEC; SEF, 1997b.

BRASIL. Casa Civil. Decreto n. 7.107, de 11 de fevereiro de 2010. [Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé, relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, firmado na Cidade do Vaticano, em 13 de novembro de 2008]. Brasília: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7107.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7107.htm). Acesso em: 20 dez. 2021.

BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. [Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências]. Brasília: Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em: 15 jan. 2021.

CAPES. *Catálogo de Teses e Dissertações*. [s.d.]. Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 20 dez. 2021.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1995.

CUNHA, Luiz A. A luta pela ética no ensino fundamental: religiosa ou laica? *Revista Cadernos de Pesquisa*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 137, p. 401-419, 2011.

CURY, Carlos R. J. Ensino Religioso e escola pública: o curso histórico de uma polêmica entre Igreja e Estado no Brasil. *Revista Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 17, p. 20-37, 1993.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1982.

DELORS, Jacques. *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 1998.

DEMO, Pedro. *Participação é conquista: noções de política social participativa*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FAÇANHA, Marta B.; STEPHANINI, Valdir S. Aspectos do Ensino Religioso na Base Nacional Curricular Comum: os fundamentos para educação de qualidade. *Revista Pistis Praxis*, Curitiba, v. 13, n. 1, p. 477-496, 2021.

FGV. *Associação Brasileira de Educação (ABE)*. [s.d.]. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/associacao-brasileira-de-educacao-abe>. Acesso em: 20 fev. 2022.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. *O Projeto Político-Pedagógico da escola na perspectiva de uma educação para cidadania*. Porto Alegre, Artes Médicas Sul. 2000.

GADOTTI, Moacir. *Autonomia da escola: princípios e propostas*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 56.

GARCIA, Luciene T. S.; QUEIROZ, Maria A. *Embates pedagógicos e organizacionais nas políticas de educação*. Natal: UFRN, 2009.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

- GIL, Antonio C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1995.
- GOHN, Maria G. *Conselho de gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2001.
- GOODSON, Ivor F. *Políticas de currículo e de escolarização: abordagens históricas*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- GRIJÓ, Elizabeth D. *Ensino religioso nas escolas públicas de Vila Velha (ES) na perspectiva dos alunos, pais e líderes religiosos*. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2017.
- HORA, Dinair L. *Gestão democrática na escola: artes e ofícios da participação coletiva*. São Paulo: Papirus, 1994.
- IBGE. *Resultados preliminares do Universo do Censo Demográfico 2010*. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=P12&uf=00>. Acesso em: 22 fev. 2022.
- JUNQUEIRA, Sérgio R. A. *O processo de escolarização do Ensino Religioso no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- JUNQUEIRA, Sérgio R. A.; WAGNER, Raul. *A presença do Ensino Religioso no contexto da educação: o Ensino Religioso no Brasil*. 2. ed. Curitiba: Champagnat, 2011.
- LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina A. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- MARCONI, Marina A.; LAKATOS, Eva M. *Fundamentos da metodologia científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MARIANO Ricardo. Mudanças no campo religioso brasileiro no Censo 2010. *Revista Debates do NER*, Porto Alegre, a. 14, n. 24, p. 119-122, 2013.
- MEC. *Prova Brasil: apresentação*. [s.d.]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/prova-brasil>. Acesso em: 12 mar. 2022.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Base Nacional Comum Curricular: educação é a base*. Brasília: MEC; SEB, 2017.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). *Relatório Mundial da UNESCO: Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural*. Paris: CLT, 2009. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000184755\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000184755_por). Acesso em: 15 jan. 2022.
- PARO, Vitor H. *Gestão democrática da escola pública*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2012.
- PASSOS, João D. *Ensino religioso: construção de uma proposta*. São Paulo: Paulinas, 2007.

RANQUETAT JR., César A. Laicidade, laicismo e secularização: definindo e esclarecendo conceitos. *Revista Sociais e Humanas*, Santa Maria, v. 21, n. 1, [n.p.], 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/773/532>. Acesso em: 12 dez. 2021.

RICHARDSON, Roberto J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ROSÁRIO, Maria J. A.; ROSÁRIO, Luiz F. G. Intolerância religiosa no contexto escolar. *Revista Conexões de Saberes*, Belém, v. 3, n. 1, p. 115-119, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/conexoesdesaberes/article/view/7893>. Acesso em: 17 dez. 2021.

SALLES, Walter; GENTILINI, Maria A. Desafios do Ensino Religioso em um mundo secular. *Revista Cadernos de Pesquisa*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 169, p. 856-875, 2018.

SANCHIS, Pierre. As religiões dos brasileiros. *Revista Horizonte*, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 28-43, 1997.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane S.; SOUZA, Rosa F.; VALDEMARIN, Vera T.; BOMBARDI, Érica. *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004.

SILVEIRA, Emerson S.; JUNQUEIRA, Sérgio. *O Ensino religioso na BNCC: teoria para o Ensino Fundamental*. Petrópolis: Vozes, 2020.

STEIL, Carlos A. Pluralismo, modernidade e tradição: transformações do campo religioso. *Revista Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, a. 3, n. 3, p. 115-129, 2001. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/19418/000301876.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2021.

ULRICH, Claudete B.; GONÇALVES, José M. O estranho caso do Ensino Religioso: contradições legais e questões epistemológicas. *Revista Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 58, n. 1, p. 14-27, 2018.

UMEF IZALTINA ALMEIDA FERNANDES (UMEF IAF). *Projeto Político Pedagógico*. Vila Velha: Prefeitura Municipal, 2018.

VASCONCELLOS, Celso S. *Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização*. 24. ed. São Paulo: Libertada, 2014.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas: Papirus, 2013.

VILA VELHA (Cidade). Secretaria Municipal de Educação. *Lei nº 4.100, de 22 de outubro de 2003*. [Institui o sistema municipal de ensino do município de Vila Velha, Estado do Espírito Santo e disciplina seu funcionamento]. Vila Velha: Prefeitura Municipal. Disponível em: <https://www.vilavelha.es.gov.br/legislacao/Arquivo/Documents/legislacao/html/L41002003.html>. Acesso em: 01 fev. 2022.



APÊNDICE A: CARTA DE ACEITE – CONSELHO DE ESCOLA DA UMEF IZALTINA ALMEIDA FERNANDES

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES.

Mestranda: SIRLENE MARIA OLIVEIRA MONTEIRO

Título da Pesquisa: O ENSINO RELIGIOSO NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA UNIDADE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL UMEF “IZALTINA ALMEIDA FERNANDES” EM VILA VELHA/ES.

CARTA DE ACEITE

Solicito ao CONSELHO DE ESCOLA da UMEF “Izaltina Almeida Fernandes” e ao gestor /a da referida escola autorização para realizar na UMEF “Izaltina Almeida Fernandes” pesquisa bibliográfica documental com entrevistas, e estudos de documentos normativos sobre o currículo do Ensino Religioso e o Projeto Político Pedagógico- PPP, para realização da pesquisa : O ENSINO RELIGIOSO NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA UNIDADE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL UMEF “IZALTINA ALMEIDA FERNANDES” EM VILA VELHA/ES. Cabe destacar que as informações constituirão a base dos procedimentos metodológicos da pesquisa que busca investigar como o Ensino Religioso está inserido no PPP da referida escola. Ao final, o/a pesquisador/a irá propor uma devolutiva pedagógica acadêmica sobre as questões elencadas e o resultado dissertação para a equipe pedagógica da UMEF “IZALTINA ALMEIDA FERNANDES”. Os resultados deste estudo, vão compor o acervo de pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões (PPGCR) da Faculdade Unida de Vitória/ES, ficando disponíveis para consulta.

Atenciosamente, Sirlene Maria Oliveira Monteiro

Autorizado: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO APLICADO AOS DOCENTES DA UMEF “IZALTINA ALMEIDA FERNANDES”

PREZADOS/AS DOCENTES:

Agradeço por ter aceitado participar da pesquisa, respondendo o questionário, cujos dados subsidiarão minha dissertação de mestrado, cujo título provisório é: “O ENSINO RELIGIOSO NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA UNIDADE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL UMEF “IZALTINA ALMEIDA FERNANDES” EM VILA VELHA/ES. A primeira parte do questionário, refere-se aos dados pessoais, sendo necessário se identificar para garantir a veracidade da pesquisa. Na segunda parte, contendo dez perguntas semiestruturadas, marque apenas uma opção em cada pergunta.

Agradeço sua inestimável colaboração.

Sirlene Maria Oliveira Monteiro



PERFIL DO RESPONDENTE:

- 1- Escreva seu nome completo:
- 2- Qual a sua formação acadêmica?
  - a) Graduação ( ) b) Pós-graduação ( ) c) mestrado ( ) d) doutorado ( )
- 3- Qual o seu sexo?
  - a) Masculino ( ) feminino ( ) outro ( )
- 4- Qual a sua cor e raça?
  - a) Branca ( ) b) parda ( ) c) Negra ( ) d) indígena ( ) outros ( )
- 5- Sua formação foi em universidade pública ou privada?
  - a) Pública presencial ( ) b) pública semipresencial ( ) c) pública a distância d) privada presencial ( ) e) privada semipresencial f) pública a distância ( )
- 6- Você atua na Prefeitura Municipal de Vila Velha, na UMEF “Izaltina Almeida Fernandes” como?
  - a) Estatutária ( ) b) Designação temporária- contrato ( ) c) Complementação de carga horaria ( ) outros ( )
- 7- Como você conheceu o PPP da UMEF. Izaltina Almeida Fernandes?
  - g) Busquei o documento por conta própria. ( ) b) Através de formação na escola , na primeira reunião anual. ( ) c) através de outros professores da UMEF. Izaltina Almeida Fernandes. ( ) d) fica disponível na sala dos professores.( ) e) Não conheço o PPP da UMEF. Izaltina Almeida Fernandes. ( ) Utilizamos o PPP da UMEF. Izaltina Almeida Fernandes, diariamente durante os planejamentos. ( )
- 8- Você participou da elaboração do PPP na UMEF. Izaltina Almeida Fernandes?
  - e) Sim, de cada etapa da construção. Desde a pesquisa com a comunidade até a conclusão. ( ) b) Sim, desenvolvendo e alinhando com os demais professores/as da minha área de conhecimento. ( ) c) participei parcialmente da construção do PPP da UMEF. Izaltina Almeida Fernandes. ( ) d) Não, quando assumi o trabalho nesta escola o PPP já estava pronto. ( )
- 9- Segundo as Diretrizes Nacionais da Educação, a escola é laica. Você acha que dem ser abordados temas relacionados à religião no PPP?
  - a) Sim, posto que trabalhar a laicidade é dar voz a todas as religiões. ( ) b) Sim, porque trabalha a conscientização em relação a religião do próximo ( ) c) Não, porque o Estado é laico. ( ) d) Sim, porque o PPP precisa abordar os temas referentes aos preconceitos e aceitação do outro ( ) e) A religião não deve ser abordada no PPP.

- 10- Você conhece as metodologias usadas nas aulas do componente curricular de Ensino religioso da UMEF. Izaltina Almeida Fernandes?
- e) Sim nos planejamentos fazemos interdisciplinaridade dos temas relevantes abordados no PPP. ( ) b) Não, só trabalho minha disciplina sem “misturar” outras áreas do conhecimento. ( ) c) Sim ,o professor/a trabalha sozinho e professa exclusivamente sua fé durante as aulas de Ensino Religioso.( ) d) Sim, o professor desenvolve sua aula com metodologias que respeitam os fenômenos religiosos e as diferentes crenças dos alunos.( )
- 11- Qual a importância do Projeto Político pedagógico – PPP para a área de conhecimento curricular de ensino religioso na UMEF Izaltina Almeida Fernandes?
- f) Relevante, pois na UMEF. Izaltina Almeida Fernandes o trabalho pedagógico ocorre de forma interdisciplinar. ( ) b) Relevante, pois o PPP quando elaborado de forma democrática articula todas as ações da escola. ( ) c) Relevante , pois permite subsídios para desenvolver projetos que estejam de acordo com a vida dos estudantes.( ) d) Irrelevante, pois não conheço o PPP da UMEF Izaltina Almeida Fernandes.( ) e) Irrelevante, pois mais importante que o PPP, é seguir com os conteúdos. ( )
- 12- No PPP da UMEF “Izaltina Almeida Fernandes” existem projetos ou atividades que contemplem o Ensino Religioso?
- a) Sim, mais não me envolvo nessa ação promovida pela área de Ensino Religioso. ( ) b) Sim, pois cada componente curricular tem seus projetos internos.( ) c) Sim, um projeto que envolve a data 21 de janeiro: Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. Realizado no mês de novembro. ( ) d) Não, os projetos pedagógicos raramente envolve o Ensino Religioso.( ) e) Não existem projetos que contemplem o Ensino Religioso, somente as atividades da grade curricular de ER.( )
- 13- Você consegue identificar no PPP da UMEF “Izaltina Almeida Fernandes”, se as aulas do componente curricular de Ensino Religioso contemplam o diálogo inter-religioso?
- e) Sim, percebo no envolvimento dos estudantes com os temas referente ao conteúdo de Ensino Religioso. ( ) b) Sim, nas atitudes de tolerância religiosa entre os alunos.( ) c) Raramente , pois a rotina da escola é agitada e fica complicado abrir espaço dialogar sobre as religiões de cada aluno.( ) d) Não percebo nenhuma relação entre ações e orientações do PPP sobre o diálogo Inter-Religioso.( ) .
- 14- Escreva o que significa o diálogo inter-religioso pra você?
- R:
- 15- Em sua percepção o que é religião?
- R:

16- Você presenciou atitudes de intolerância religiosa em sala de aula?

a) Sim ( ) b) Não ( )

17- Escreva duas sugestões para que se possa trabalhar sobre o fenômeno religioso no contexto da UMEF “Izaltina Almeida Fernandes”:

R:

18- Você conhece os conteúdos curriculares do componente curricular de Ensino Religioso, sobretudo a partir das contribuições das Ciências das Religiões e da Base Nacional Comum Curricular – BNCC?

a) Sim ( ) b) Não ( )

19- Quais são as atividades desenvolvidas com os alunos/as que não assistem as aulas de Ensino Religioso na UMEF “Izaltina Almeida Fernandes”.

R:



## APÊNDICE C: “OFICINA INTERATIVA INTERDISCIPLINAR”

Nome do aluno: \_\_\_\_\_ Turma: \_\_\_\_\_

Nome do Responsável : \_\_\_\_\_

- 1) Público alvo: Discentes que optaram por participar das aulas do componente curricular de Ensino Religioso.
- 2) Objetivo: Elaborar e produzir jogos, trilhas pedagógicas e teatros sobre temas que envolvem o diálogo inter-religioso, a tolerância e o respeito as diferenças.
- 3) Desenvolvimento:
  - a) Assistir sob a supervisão de um profissional da equipe pedagógica ao filme: “guerra das cores”, Disponível: [www.youtube.com.br](http://www.youtube.com.br).
  - b) Produzir jogos da memória com materiais recicláveis como papelão, embalagens etc., sobre a diversidade cultural.
  - c) Elaborar sequencia teatral sobre os valores humanos envolvendo personagens lúdicos.
  - d) Elaborar jogos de tabuleiro que possam abordar a temática do *bullying* entre os colegas.
  - e) Montar danças e coreografias com músicas que destacam o respeito ao outro.

Esse material deverá ser orientado e acompanhado pelo/a pedagogo/a e por professores que estão trabalhando de forma interdisciplinar seus currículos, devendo após correção e avaliação ser exposto e divulgado na biblioteca ou no laboratório de informática da instituição escolar.

## ANEXO – OFÍCIO DE PESQUISA DE CAMPO



Faculdade Unida de Vitória  
 Mestrado - Renovação de Reconhecimento  
 Portaria nº 543, de 16/06/2020 - DOU de 17/06/2020  
 Doutorado – Portaria de Reconhecimento  
 Portaria nº 516, de 13/07/2021 - DOU de 14/07/2021



Vitória/ES, 08 de junho de 2022.



O Coordenador do curso de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões da Faculdade Unida de Vitória, no uso de suas atribuições regimentais, vem por meio desta apresentar o(a) aluno(a) **SIRLENE MARIA OLIVEIRA MONTEIRO** portador(a) do CPF **373.380.301-97**, e regularmente matriculado(a) nesta Instituição de Ensino Superior, neste semestre, sob o número de matrícula **3056457**, no curso de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões.

O(a) aluno(a) é orientando(a) do Professor(a) Dr(a). Sérgio Luiz Marlow e sua pesquisa tem como tema: “O ENSINO RELIGIOSO NO PROJETO PEDAGÓGICO DA UNIDADE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL (UMEF) IZALTINA ALMEIDA FERNANDES EM VILA VELHA-ES”. O trabalho se presta a fins acadêmicos.



Osvardo Luiz Ribeiro  
 Coordenador do curso de Mestrado  
 Profissional em Ciências das Religiões